

M₂₀₁₈



O REINO DE PORTUGAL

ESTÓRIAS DE CORRUPÇÃO SEGUNDO
UMA PERSPECTIVA CONTEMPORÂNEA
DA SÁTIRA ILUSTRADA

RELATÓRIO DE PROJECTO

de Ana Paula Teixeira

Dissertação de Mestrado apresentada
à Faculdade de Belas Artes da
Universidade do Porto, em Design
Gráfico e Projectos Editoriais.

O REINO DE PORTUGAL

ESTÓRIAS DE CORRUPÇÃO SEGUNDO
UMA PERSPECTIVA CONTEMPORÂNEA
DA SÁTIRA ILUSTRADA

RELATÓRIO DE PROJECTO

de Ana Paula Teixeira

Relatório de projecto apresentado
para cumprimento dos requisitos
necessários à obtenção do grau
de Mestre em Design Gráfico
e Projectos Editoriais, realizada sob
a orientação científica do Professor
Doutor Rui Vitorino dos Santos.

Setembro de 2018

Este documento foi escrito ao abrigo
do antigo acordo ortográfico da língua
portuguesa.

A apresentação deste relatório
tem como preferência a visualização
em dupla página.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os amigos
e familiares que me acompanharam
e incentivaram durante
o percurso deste projecto.

Um especial agradecimento
ao Professor Doutor Rui Vitorino
dos Santos pela dedicação
e aprendizagem transmitida
ao longo desta orientação.

RESUMO	12
--------	----

ABSTRACT	13
----------	----

INTRODUÇÃO	14
------------	----

1—A CORRUPÇÃO 16—59

1.1 — A ESSÊNCIA DA CORRUPÇÃO	18
-------------------------------	----

1.2 — A PRÁTICA DA CORRUPÇÃO	22
------------------------------	----

1.1.2 O Boom do Anos 90 do Séc.XX

1.2.2 Comportamentos Desviantes

1.2.3 O Pacto Oculto e os seus Actores

1.2.4 Valores Éticos e Morais

1.3 — A CORRUPÇÃO PELAS LEIS	30
------------------------------	----

1.3.1 Pela Constituição

1.3.2 Pelo Código de Processo Penal

1.3.3 Pelo Código Penal

1.4 — A DIMENSÃO E PERCEPÇÃO DE CORRUPÇÃO NA SOCIEDADE PORTUGUESA	34
---	----

1.4.1 Dimensão

1.4.2 Percepção

1.4.3 Papel dos Media

2 — A SÁTIRA E O CARTOON 40–61

2.1 — A SÁTIRA 42

2.2 — O CARTOON 44

2.2.1 O Poder da Imagem

2.2.2 As suas Origens

2.2.3 Caricatura vs Cartoon

2.2.4 O Papel do Cartunista, Benefícios e Censura

2.2.5 O Cartoon como Herança Social

2.2.6 O Cartoon em Democracia e Influências Políticas

2.2.7 A Teoria do Cartoon Político

2.2.8 Simbologias e Métodos

2.2.9 O Poder do Cartoon

2.3 — REFLEXÕES SOBRE O ACTUAL PARADIGMA DO CARTOON 56

3 — PROJECTO PRÁTICO 62–95

3.1 — CASOS DE ESTUDO 64

3.1.1 André da Loba

3.1.2 Edel Rodriguez

3.1.3 Noma Bar

3.2 — METODOLOGIAS 72

3.2.1 Definição do Tema e Conteúdo

3.2.2 Influências da Investigação no Artefacto

3.2.3 Fontes de Informação

3.2.4 Tradução da Informação em Composição Visual

3.2.5 Design Editorial e Acabamentos

3.3 — ANÁLISE DO PROJECTO PRÁTICO 76

3.3.1 Analogia entre Reis e Corruptos

3.3.2 Planeamento Editorial e Construção de Capítulos

3.3.3 Ilustrações

3.3.4 Design Editorial, Tipografia e Formato

3.3.5 Composição da Capa e seus Elementos

3.3.6 Acabamentos

3.4 — ILUSTRAÇÕES	84
3.4.1 Caso “Submarinos”	
3.4.2 Caso “Saco Azul”	
3.4.3 Caso “Homem da Mala”	
3.4.4 Caso “Apito Dourado”	
3.4.5 Caso “Freeport”	
 CONCLUSÃO E REFLEXÃO	97
 LISTA DE FIGURAS	102
 BIBLIOGRAFIA	106
 ANEXOS	112
. Anexo A	
. Anexo B	
. Anexo C	
. Anexo D	

Este projecto, intitulado *O Reino de Portugal — Estórias de Corrupção Segundo uma Perspectiva Contemporânea da Sátira Ilustrada*, combina três grandes temáticas: a Sátira, o Cartoon e a Corrupção. Começa pela caracterização da prática da Corrupção, com especial atenção ao panorama português; seguida de uma teorização da Sátira e do Cartoon; culminando num relato textual e ilustrativo de recentes casos de corrupção em Portugal, com a finalidade de ajudar na definição e caracterização deste fenómeno.

A prática da Corrupção em Portugal aparenta ser cada vez mais recorrente, no entanto, a sua divulgação peca por não transmitir uma definição técnica, criando uma noção deste conceito pouco aprofundada e somente associado à acção da esfera política. O presente projecto ambiciona definir e caracterizar adequadamente este fenómeno, tendo como foco a Corrupção praticada em Portugal. Através do estudo do Cartoon, como veículo de informação; recorrendo às capacidades da Sátira, como a censura, a crítica e a ironia; tenciona-se explorar o poder da imagem na concepção de noções, influência na sociedade, e consequente transformação na percepção da dimensão, teórica e prática, deste fenómeno — a Corrupção.

Palavras-chave:

- Corrupção;
- Sátira;
- Cartoon;
- Ilustração;
- Design Gráfico e Editorial.

This project, titled *O Reino de Portugal — Estórias de Corrupção Segundo uma Perspectiva Contemporânea da Sátira Ilustrada*, combines three great themes: Satire, Cartoon and Corruption. It begins with the characterization of the practice of Corruption, with special attention to the Portuguese panorama, followed by a theorization of Satire and Cartoon, culminating in a textual and illustrative publication of recent cases of corruption in Portugal, with the purpose of helping in the definition and characterization of this phenomenon.

The practice of Corruption in Portugal appears to be becoming more and more recurrent, however, its dissemination fails to approach a technical definition, creating a not accurate notion of this concept in society, and mostly associated with the action of the political sphere. The present project aims to define and adequately characterize this phenomenon, focusing on Corruption practiced in Portugal. Through the study of the Cartoon, as a vehicle of information, using the abilities of Satire, such as censorship, criticism and irony, it is intended to explore the power of the image in the conception of notions, influence in society, and consequent transformation in the perception of the dimension, theoretical and practical, of this phenomenon - the Corruption.

Keywords:

- Corruption;
- Satire;
- Cartoon;
- Illustration;
- Editorial and Graphic Design.

INTRODUÇÃO

O presente relatório de projecto, *O Reino de Portugal — Estórias de Corrupção Segundo uma Perspectiva Contemporânea da Sátira Ilustrada*, incide sobre a problemática do fenómeno da Corrupção na actual sociedade, como se caracteriza e é percepcionado; inserindo a Sátira e o Cartoon como método de censura e reflexão do mesmo; em busca de uma definição, caracterização e percepção da realidade deste fenómeno.

A Corrupção é uma prática que se tornou demasiado familiar nos dias que correm. Abrange cada vez mais áreas de acção e os seus métodos são progressivamente mais elaborados. Esta familiaridade foi conquistada através da elevada mediatização dos recentes casos de corrupção pelos meios de comunicação social. Porém, apesar de conhecermos os envolvidos e sabermos os contornos dos casos, há pouca profundidade na descrição dos crimes praticados, tornando o termo Corrupção demasiado vasto e consequentemente difícil de definir na exactidão. A sociedade encontra-se, então, dependente dos meios de comunicação social para se manter informada sobre os acontecimentos e conseguir formular uma percepção do fenómeno da Corrupção em Portugal; que inclui a definição dos crimes e respectivas penas aplicadas, assim como todo o desenvolvimento do processo, que engloba toda a acção judicial, desde as suspeitas de crime até à sentença final.

A motivação deste projecto reside em desenvolver uma alternativa aos veículos de informação destes acontecimentos, que se cingem maioritariamente aos meios de comunicação social, combinando a informação textual com a tradução da mesma em imagens. O poder da imagem é irrefutável, podendo alcançar uma dimensão que somente o texto não conseguiria. Nesse sentido, o Cartoon é um dos veículos de informação que consegue alcançar esse efeito. Este projecto recorre ao Cartoon como meio de comunicação visual, equiparando-o à informação textual, no modo como transmite a mensagem intencionada e proporciona um esclarecimento ao leitor. Através da Sátira, que se aplica pelo exagero, a paródia e o humor, conseguimos expor um reflexo da sociedade, contudo distorcido, mas que por essa razão, consegue destacar os verdadeiros problemas da mesma, criticando-os e censurando-os, com a ambição de surtir um efeito de transformação no pensamento e acção dessa sociedade. Neste projecto, que se caracteriza pela descrição e ilustração de casos de Corrupção em Portugal, o Cartoon constitui-se como o principal veículo de informação, e através das habilidades da sátira, pretende não só criticar, censurar e ironizar, mas também informar e esclarecer, na ambição de colmatar a distância entre a percepção da sociedade e a real dimensão deste fenómeno.

Este relatório de projecto é composto por três capítulos: a Corrupção, onde será exposto o contexto onde a problemática deste projecto se insere; a Sátira e o Cartoon, que corresponde ao estudo da abordagem utilizada para responder à problemática; por último, o terceiro capítulo destina-se à exposição e análise do projecto prático, resultante da correlação das temáticas anteriores, que pretende materializar uma resposta à problemática indicada. O primeiro capítulo irá incidir sobre o fenómeno da Corrupção, procurando defini-lo e caracterizá-lo no contexto actual, através da exposição dos comportamentos relacionados à prática, material legislativo referente à definição dos crimes e à acção da justiça, e pela análise da percepção do crime na sociedade portuguesa. A Sátira e o Cartoon serão abordados no segundo capítulo, onde se intente perceber o seu modo de acção e consequentes repercussões na sociedade. O projecto prático, apresentado no terceiro capítulo, será descrito enfatizando todas as suas características físicas e visuais sustentadas segundo a teoria consequente da investigação e análise desenvolvidas anteriormente, mas também, influenciadas pela análise dos casos de estudo, que se revelou peça fundamental na definição de uma linguagem e registo gráfico adequado a este contexto e que correspondente às minhas intenções.

Será que a sociedade percepçiona e acompanha a evolução deste fenómeno? De que modo a Sátira e o Cartoon funcionam como reflexo crítico da sociedade, e colaboram para a compreensão e a transmissão dos múltiplos desdobramentos desta prática? Qual a importância do Cartoon e da Sátira num contexto pós-digital actual? Ao longo deste relatório estas questões serão abordadas. Através das suas respostas surge o objecto prático — o culminar deste projecto de conclusão de mestrado — uma publicação ilustrada, que relata os recentes casos de corrupção em Portugal, através do Cartoon, apoiado nos princípios da Sátira.

CAPÍTULO I

A CORRUPÇÃO

ESTÓRIAS DE CORRUPÇÃO SEGUNDO UMA PERSPECTIVA
CONTEMPORÂNEA DA SÁTIRA ILUSTRADA

O REINO DE PORTUGAL

1.1. A ESSÊNCIA DA CORRUPÇÃO

18

1.2. A PRÁTICA DA CORRUPÇÃO

22

1.3. A CORRUPÇÃO PELAS LEIS

30

1.4. A DIMENSÃO E PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO NA SOCIEDADE PORTUGUESA

34

A ESSÊNCIA DA CORRUPÇÃO

A Corrupção não é um fenómeno actual, não abrange nem atinge só um tipo de cultura, mas tem evoluído ao longo da sociedade, ajustando-se cada vez mais ao seu pano de fundo. Procura novas oportunidades para se alastrar, por meios que até podem parecer legítimos, mas acarretam violações reprováveis a diferentes níveis.

Em 1887, numa conversa por correspondência entre dois historiadores, Lord Acton e Mandell Creighton, discutiu-se o papel dos historiadores na descrição dos factos que permaneceram para a história. Mandell Creighton tendia a ignorar os crimes de abuso e Corrupção que as figuras de autoridade cometiam durante a vida, enquanto que Lord Acton defendia que todos os cidadãos, líderes ou não, deveriam ser julgados pelos mesmos padrões morais. Numa dessas cartas, Lord Acton refere a importância da veracidade histórica no papel dos historiadores (Acton, 1887: s/p).

“Não consigo aceitar o seu cânone de que devemos julgar o Papa e o Rei ao contrário de outros homens, com uma presunção favorável de que eles não fizeram nada de errado. (...) A responsabilidade histórica; [isto é, o julgamento posterior dos historiadores] tem que compensar a falta de responsabilidade legal [isto é, as consequências legais durante a vida dos governantes]” (*Idem*).

Na exaltação do seu pensamento, continuou e acabou por considerar que maior parte dos grandes homens são maus pelo poder que detêm, “[o] poder tende a corromper e o poder absoluto corrompe absolutamente. Os grandes homens são quase sempre maus, mesmo quando exercem influência e não autoridade: ainda mais quando se supera a tendência ou a certeza de Corrupção pela autoridade” (*Ibidem*).

Luís de Sousa, no seu livro *Corrupção* (2016), associa os comportamentos que surgiram com a criação do Estado moderno como origem do problema da Corrupção. O Rei delegava os seus poderes a uma espécie de Administração Pública. Esses cargos eram ocupados pela nobreza e os burgueses mais ricos da região, fazendo com que eles tomassem as rédeas das decisões e criassem um monopólio de poder, consoante o pagamento de rendas ilícitas pelos súbditos que procuravam alcançar a aprovação do Rei. Este comportamento estendia-se por todos os sectores, não havendo nenhum controlo, gerando cada vez mais margens para a negociação. Como consequência, este comportamento provocou cada vez mais desigualdades sociais na população, pois quem não tinha meios

à sua disposição para participar nessas negociações nunca poderia chegar as graças do príncipe. “A Corrupção passiva surge assim como uma violação de autoridade delegada...” (Sousa, 2016: 10).

A SUA ESSÊNCIA

A Corrupção constitui-se essencialmente por um abuso de poder. Este abuso de poder está associado ao abuso de funções, ultrapassando certos princípios e deveres adjacentes ao cargo, permitindo alcançar uma vantagem indevida e em contrapartida receber bens que podem assumir as variadas formas (*Idem*: 13).

Segundo Luís Sousa, e recorrendo a Donatella Della Porta (1992), a Corrupção é um pacto oculto que envolve, pelo menos, dois agentes: o passivo e o activo. O agente passivo promove a troca de acessos privilegiados, favorecimentos ou venda de decisões. Em contrapartida recebe bens que podem envolver dinheiro, ser simbólicos ou apenas promessas por parte do agente activo. Esta diferenciação de agentes também pode ser feita através dos termos corrupto e corrompido. O corrupto é aquele que oferece para receber algo em troca, para si ou para terceiros, que resulta da prática ou omissão de actos contrários às obrigações da função desempenhada pelo corrompido. No entanto, os casos de Corrupção que têm vindo a público, que constituem parte essencial da nossa edificação da ideia de Corrupção, envolvem muito mais que apenas dois agentes, formando uma rede de extrema complexidade (*Ibidem*).

De acordo com o web site da Direcção Geral da Política de Justiça, a relação entre o que é oferecido e o objectivo a alcançar, tendo em conta o comportamento desviante praticado pelo agente passivo, é o elemento determinante para que o acto seja declarado como crime. Estes comportamentos desviantes, tanto pelo agente passivo como pelo activo, são voluntários e exigem uma reciprocidade entre si. Mesmo que eventualmente esse comportamento não tenha sido executado, continua a ser praticado um acto de Corrupção. Do mesmo modo, o valor ou a natureza da contrapartida não influencia essa afirmação.

O fenómeno da Corrupção pressupõe um abuso de poder por parte de eleitos, funcionários público ou agentes privados (Sousa, 2016: 13), entendendo-se que este fenómeno acontece tanto na esfera pública como na privada, como também, na interacção das duas. Donatella Della Porta e Yves Mény, no seu livro *Democracia e Corrupção na Europa* (1995), dão principal destaque à Corrupção exercida na esfera pública, embora afirmem que os dois fenómenos se relacionam, por terem semelhanças, e porque “a Corrupção que envolve um agente público implica também, e sempre, um parceiro privado!” (Porta;

1 — O Estado de Direito é o sistema institucional pelo qual todos os cidadãos de um Estado se regem, referente a direitos e a deveres.

2 — Os Bens públicos são todos os bens móveis e imóveis que pertencem ao Estado, aos respectivos Municípios e Autarquias;
3 — Os Bens macrosociais ou colectivos referem-se a bens públicos, que não são propriedade de um indivíduo em particular.

Mény, 1995: 13). Esta elevada importância da Corrupção na esfera pública, em relação à privada, contrai-se pelos danos provocados na essência da democracia, por atacar os seus valores fundamentais de igualdade, transparência, livre concorrência, imparcialidade, legalidade e integridade (Sousa, 2016: 8). Como Maria José Morgado e José Vegar referem, no livro *O Inimigo sem rosto: Fraude e Corrupção em Portugal* (2007), a propagação da Corrupção lesa o Estado de Direito¹ por desregular os sistemas político, social e económico, e consequentemente, causar uma deterioração nos serviços competentes ao Estado, motivando os cidadãos a terem uma percepção negativa do próprio aparelho do Estado. Como refere Almeida Costa Coimbra (1987), a Corrupção que corrompe o Estado, em prol de interesses privados, resulta de uma manipulação desse aparelho, praticada pelo funcionário público (Morgado; Vegar, 2007: 58).

Esta sobrevalorização da Corrupção na esfera pública culmina na falta de clarificação dos bens públicos², que por sua vez também inibe as intenções adjacentes a determinadas decisões políticas. Em termos jurídicos, é muito mais fácil identificar bens individuais do que bens macros-sociais ou colectivos³, pois assumem uma conotação abstracta. “É mestra sabedoria popular quando alerta que o bem público é de todos e se é de todos não é de ninguém” (Sousa, 2016: 14, 41).

O Banco Mundial caracteriza a Corrupção como o maior entrave ao crescimento económico e social. A ganância de poder supera o respeito pelas Leis, produzindo um crescimento económico reduzido, tornado o combate à pobreza ineficaz (Morgado; Vegar, 2007: 57). “A Corrupção exprime-se, portanto, com intensidade na fronteira entre o público e o privado” (Porta; Mény, 1995: 13).

—

Apesar desta breve ilustração da essência da Corrupção, é importante perceber como é que ela surgiu, situando-nos no contexto actual; como é que se desenrola e em que tipo de interacções se propaga. A análise dos factores socioculturais tornou-se uma mais valia na compreensão do fenómeno da Corrupção ao pormenor.

A PRÁTICA DA CORRUPÇÃO

O BOOM DO ANOS 90 DO SÉC.XX

A evolução dos tempos marcada pela constante modernização tem sido apontada como uma das fortes razões para a disseminação do fenómeno da Corrupção. Samuel P. Huntington (1968) reitera que este constante processo de modernização traria consigo cada vez mais estruturas de oportunidade para a prática da Corrupção. Consequentemente também iria alterar os valores cívicos, atenuando a consciência colectiva de cada sociedade, pois afastamo-nos dos valores tradicionais (Sousa, 2016: 36).

António João Maia, no seu artigo *A Questão da Corrupção e Portugal: Contributo para a sua caracterização* (2008), faz uma breve contextualização histórica, apoiando-se em Donatella Della Porta e Yves Mény (1995), Luís Sousa (2002) e Maria José Morgado e José Vegar (2003), com foco nas últimas décadas do século XX, pois foram decisivas para delinear o contexto actual do problema. Nos anos setenta do século XX as práticas de Corrupção eram percebidas como forma de contornar a excessiva e morosa burocracia que caracterizava os países com índices de desenvolvimento social e económico baixos. Na década seguinte observou-se uma aceleração dos processos democráticos, resultando numa sofisticação das estruturas dos partidos políticos, nomeadamente em países ocidentais. Estas organizações partidárias passaram de espaços de reflexão para poderosas máquinas e a sua manutenção só era possível através de financiamento provindo de entidades particulares, em troca de favorecimentos proporcionados pelos líderes do partido, enquanto detentores de um cargo público. A última década do século XX ficou marcada pelo alastramento dos ideais democráticos. A livre concorrência de mercados tornou-se evidente, apesar de já se ter iniciado em décadas anteriores, provocou uma redução no sector empresarial do Estado. Estes processos de privatização criaram lucros ilícitos para muitos dos envolvidos nos processos de avaliação e venda dos bens do Estado. Enquanto que nos anos setenta e oitenta a natureza da Corrupção estava associada a uma má gestão por parte do Estado, os anos noventa originaram novas e sofisticadas práticas de Corrupção (Sousa, 2016: 40).

O problema da Corrupção deixa de ser somente associado a sociedades menos desenvolvidas. Redefinem-se os modelos teóricos explicativos, focando a dinâmica de funcionamento das sociedades democráticas, e assume-se uma forte correlação entre fracos valores sociais e culturais com uma maior

predisposição às práticas de Corrupção. Esta redefinição do problema provocou uma necessidade de criar novos mecanismos de reacção, de defesa e de combate ao problema da Corrupção (Maia, 2008: s/p).

COMPORTAMENTOS DESVIANTES

“A Corrupção envolve um desvio de determinados padrões de comportamento” (Sousa, 2016: 17).

James Scott, na sua obra *Corrupção de Mercado e Corrupção Paroquial* (1972), diferencia estes dois tipos de Corrupção. A Corrupção de mercado baseia-se na venda de serviços e bens do Estado à entidade que faça a proposta de valor mais elevado, enquanto que a Corrupção paroquial vive das relações, dando mais atenção à proximidade dos intervenientes, independentemente do valor oferecido (Sousa, 2016: 16).

Como referido anteriormente, a Corrupção constitui-se como um abuso de poder através da influência do comportamento de outrem. Há Corrupção que surge no poder de decisão do funcionamento de entidades públicas, no poder de decisão na distribuição de recursos e benefícios públicos, no poder de decisão em questões de supervisão e fiscalização ou no poder de decisão do Parlamento (*Idem*: 28-29).

Porta e Mény referem e especificam algumas situações que suscitam e indicam a prática do acto de Corrupção. Caso o cidadão exija algo a que tem direito pela Lei, mas que no entanto, pela morosidade e mau funcionamento da administração, recorre a alguém, fora desse circuito, para que a mesma exerça influência e obtenha o que lhe é concedido por direito. Noutro caso o cidadão solicita uma decisão administrativa, que lhe pode ser de direito ou não consoante apreciação da mesma, e faz pressões para que essa decisão seja tomada a seu favor. Neste último, caso a influência utilizada permita obter uma vantagem que por direito não lhe é reconhecida, pode ser considerado acto de Corrupção se houver uma reciprocidade envolvida. Pode-se admitir que pertencer a círculos que permitam acessos privilegiados a poderes político-administrativos facilita e elimina certas dificuldades que, no entanto, deveriam ser concedidas por direito e sem obstáculos. Quando se violam as regras e procedimentos, obtendo-se algo através de um favor e não por direito, há Corrupção e há interesses económicos ou pessoais que dependiam dessa decisão para obter uma vantagem que é importante para o beneficiário (Porta; Mény, 1995: 17-18).

Luís de Sousa classifica diversos tipos de Corrupção, analisando a sua frequência, recursos e danos provocados. Um tipo de Corrupção imediata,

que não é planeada pelos intervenientes, como por exemplo um suborno oferecido por um condutor a um agente da Brigada de Trânsito quando interceptado por excesso de velocidade, é considerada uma Corrupção esporádica, de baixa frequência e de baixos recursos. Este tipo de Corrupção não ocorre num sector específico mas é praticada ocasionalmente em diversas situações, por isso não tem um contexto próprio nem intervenientes recorrentes. Existe uma Corrupção que vive das relações de proximidade e permite pedir um favor, uma cunha, ou um “puxar os cordelinhos” (Sousa, 2016: 31) para obter algo em seu benefício. Este tipo de práticas é bastante *aceitável* na sociedade portuguesa, apontando para uma falta de confiança nas instituições e na sociedade em geral, como se adoptassem um espírito de sobrevivência. Considera-se uma Corrupção cultural, de elevada frequência e baixos recursos, praticada em diversos níveis de governação e pela população em geral. Uma Corrupção considerada sistémica ou política tende a ser mais sofisticada, pois envolve vários intervenientes para além do corruptor activo e passivo, cuja função cinge-se em camuflar as operações e proteger os intervenientes de ameaças externas. É uma Corrupção de alta frequência e elevados custos. Considera-se a mais prejudicial por ir contra os valores da democracia. O financiamento de partidos e candidatos aparece regularmente associado a este tipo de Corrupção. Por último, existe uma Corrupção metas-sistémica ou de “colarinho branco” (*Idem*: 32), que por envolver recursos bastante maiores das referidas anteriormente, passa por mecanismos de transacção internacionais complexos, exigindo uma maior perícia e conhecimento por parte dos intervenientes. No entanto, é um tipo de Corrupção que não acontece com tanta frequência e envolve um número mínimo de actores para diminuir o risco de ser desvendada.”[É] um tipo de Corrupção que não está ao alcance do ‘comum dos mortais’” (*Ibidem*).

No seu web site, o Ministério Público de Portugal realça alguns dos comportamentos considerados desviantes, como a prática de conflitos de interesses, desvio de fundos públicos, quantias extorquidas por funcionários públicos ao Estado, subornos a autoridades públicas por pessoas ou empresas para ignorar incumprimentos relativos a regulamentações, etc. Deste leque de práticas o conflito de interesses é o que suscita mais dúvidas e necessidade de esclarecimento perante a sociedade, pois envolve vários comportamentos e somente a sua definição não abrange o seu significado e impacto na totalidade.

No artigo de Susana Coroado e Thierry Dias Coelho, intitulado *Transparência, monitorização, responsabilização: Como prevenir os conflitos de Interesses* (2012), para a organização Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC-Portugal), explica-se sucintamente no que consiste um conflito de interesses, “...

existe um conflito de interesses cada vez que alguém que ocupa determinado cargo público ou privado tem interesses pessoais e/ou profissionais que se podem sobrepor aos interesses associados a esse cargo” (Coelho; Coroado, 2012: 4).

Apresentam uma variação entre os conflitos de interesses: “reais”, “aparentes” e “potenciais”, que se distinguem pelo seu valor temporal. No caso dos conflitos de interesse “reais” e “aparentes”, embora ambos acontecerem no presente, distinguem-se no facto dos conflitos de interesse “reais” apresentarem, sem caso de dúvida, uma sobreposição dos interesses pessoais e profissionais às obrigações exigidas pelo cargo, enquanto que no conflito de interesses “aparente”, como está implícito no seu termo, apenas aparenta que o interesse privado esteja em conflito com os interesses adjacentes ao cargo exercido. Os conflitos de interesses “potenciais” referem-se à probabilidade dos interesses pessoais e privados, que o indivíduo possui, poderem eventualmente colidir com o interesse público que certo cargo poderá demandar no futuro. Neste último caso pressupõe-se uma atitude calculista, pois o indivíduo pode ter tomado decisões que prejudicam a actual entidade empregadora em prol da futura, poderá arrastar consigo informações valiosas que iriam afectar o bom funcionamento do cargo actual (*Idem*: 4-5).

A vigilância e supervisão destes fenómenos ganha uma atenção particular em contextos de cargos públicos, devendo-se à falta de clarificação do que é um “bem público”. Está inerente a todos os cargos administrativos e políticos que a defesa do interesse público esteja acima da valorização dos interesses pessoais, por isso admite-se que todas as decisões que partam do sector público sejam isentas e a favor da comunidade. No entanto, conflitos de interesses entre o sector público e privado são mais susceptíveis a práticas ilícitas, tais como contratações públicas ou privatizações. O indivíduo detentor do cargo público ganha benefícios indevidos, em troca de um parecer parcial, constituindo uma violação do interesse público, pois irá afectar o Estado, a essência da democracia, e consequentemente, todos os cidadãos.

O PACTO OCULTO E OS SEUS ACTORES

Quando existe Corrupção dentro das organizações tende a ser um evento que ocorre com alguma frequência. Esta normalização possibilita que haja uma fácil reciprocidade e entendimento das regras, criando um mercado ilícito estável. No entanto, é necessário criar um plano de segurança bem estruturado que garanta os mínimos riscos antes, durante e depois da transacção. Este plano de segurança envolve mecanismos de branqueamento ou eliminação de registos,

compra de silêncio ou protecção, manobras de diversão ou fugas de informação que despistem indícios da prática de Corrupção. Por outro lado, esta segurança torna-se uma falsa garantia, fazendo com que os infractores se tornem menos cautelosos. Mény (1992) conclui que maior parte dos casos de Corrupção foram descobertos porque os infractores se tornaram descuidados em eliminar as provas e o seu estilo de vida tornou-se demasiado ostensivo e suspeito de fontes ilícitas (Sousa, 2016: 19-20).

Através de trabalhos realizados por Donatella Della Porta e Yves Mény (1995), e Arnold A. Rogow e Harold D. Lasswell (1977), Luís de Sousa estabelece algumas considerações sobre o corrupto comum, embora não seja possível estabelecer um perfil analisando apenas os processos crime. A crescente interacção entre a esfera pública e privada originou uma nova espécie de políticos: o político de negócios — a personagem principal dentro da Corrupção política. Este indivíduo percepçiona “o interesse público como o interesse de um ‘clã’ e os recursos públicos como privilégio pessoal ou familiar” (*Idem*: 22); são vistos como pessoas arrogantes e exibicionistas, mas com muita audácia e habilidade, que lhes permite ter uma capacidade inovadora de empreendedorismo.

Existem três factores fundamentais para a prática de Corrupção: recursos, confiança e predisposição. Para quem procura obter uma decisão ou algo a seu favor, neste caso o corruptor activo, é necessário que esse mesmo tenha recursos para poder comprar o tal benefício que ambiciona. Maior parte desses recursos advêm de actividades ilícitas, como fraude fiscal, falsificação de facturas ou contabilidade paralela de empresas; por isso ser tão comum o recurso a contas em paraísos fiscais ou mesmo à criação de empresas que camuflem esses rendimentos através de actividades legais. Por outro lado, como Donatella Della Porta (1992) alerta, estas transacções ilícitas ocorrem num clima de incertezas, pois não existe nenhum documento ou contrato que assegure essa reciprocidade pelas partes envolvidas. Tudo acontece na opacidade. Sendo assim, é necessário que haja confiança. Ela pode surgir de laços familiares, amizades ou ligações profissionais, mas no caso da Corrupção surge pela rede construída através de contactos regulares, os que compram e os que trocam favores. A manutenção desta rede é essencial para o bom funcionamento do acto corrupto, não só por assegurar que ambas partes cumpram o prometido, como também diminui o risco de ser descoberto por não ser necessário haver uma linguagem explícita antes, durante e após a transacção. No entanto, o factor mais importante a considerar é a predisposição dos actores para violar as leis e agir desonestamente, que está relacionado com o nível de organização da administração e de tolerância do acto pela sociedade. É mais fácil encontrar

parceiros disponíveis para consumir o acto da Corrupção quando essa prática é um fenómeno recorrente na sociedade em questão. Numa sociedade de consumo com fortes desigualdades sociais, a ganância pelo êxito pessoal é incessante, tornado-se mais provável que haja Corrupção (*Ibidem*: 21, 23-25).

VALORES ÉTICOS E MORAIS

Pode-se admitir, considerando o actual panorama, que os mecanismos em funcionamento no combate e sancionamento dos crimes de Corrupção não são suficientemente eficazes: "...as leis limitaram-se a estabelecer um controlo de fachada, efectivamente incapaz de fazer face a situações de compadrio, conivência e cumplicidade que têm como propósito manter a opacidade do sistema e perpetuar poderosos negócios que unem a política ao mundo empresarial" (Coelho; Coroado, 2012: 6). António João Maia, no seu artigo *O Discurso Social sobre o Problema da Corrupção em Portugal* (2011) para o Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF), refere estudos, desenvolvidos por Susan Rose-Ackerman (2002), onde se conclui que cada país deveria perceber os contornos da Corrupção, dentro da sua comunidade, para melhor arquitectar estratégias de combate e prevenção, diminuindo o risco de que essas mesmas medidas se tornem inócuas.

Susan Rose-Ackerman (2002) identificou uma forte correlação entre os fracos valores éticos e morais de uma sociedade com uma maior propagação das práticas de Corrupção, observando também a correlação inversa. Uma sociedade com fortes valores éticos e morais tende a não compactuar com o fenómeno da Corrupção com tanta facilidade (Maia, 2011: 8). Ainda, Eric M. Uslaner (2004) e Bo Rothstein (2005), afirmam que nas sociedades onde existe um maior civismo, que inclui altos níveis de confiança social e institucional, um maior interesse e participação pela política, etc., a taxa de Corrupção é menos alarmante (Sousa, 2016: 37).

"A Corrupção é um sintoma de que qualquer coisa correu mal na condução de um Estado" (Rose-Ackerman, 2012, *cit. por* Sousa, 2016: 39). Assume-se que o Estado é um dos principais culpados pela propagação deste fenómeno em sociedades que carecem de valores democráticos, éticos e morais que, por sua vez, também sofrem de grandes desigualdades sociais. Correlacionando o índice de desenvolvimento humano (*Human Development Index*, UNDP) com o índice do volume percebido de Corrupção (*Corruption Perceptions Index*, *Transparency International*), demonstra-se que a Corrupção está fortemente conectada a sociedades com grandes desigualdades sociais (Sousa, 2016: 34).

—

Consegue-se perceber que a Corrupção é um conceito volátil. Ele vai-se construindo através da sua prática, face à evolução dos tempos e das vontades de cada sociedade. Com isto pretende-se concluir que o termo Corrupção não consegue ter uma definição limitada. Não obstante, a definição que consta no código penal é parte fundamental para alimentar essa realidade. Apesar desta se ter ajustado, embora vagarosamente, aos novos padrões do fenómeno, continua a representar uma leitura insuficiente da Corrupção. Para além de se resumir às práticas condenáveis entre a interação da esfera pública e privada, exprime uma falta de flexibilidade na interpretação dos crimes, derivado do excesso de minúcia na tipificação das infracções (Sousa, 2016: 17).

“Uma definição puramente legal omitiria todos os comportamentos corruptos que, não implicando necessariamente uma violação da lei ou de códigos formais de conduta, não deixam de constituir uma violação grave dos padrões e expectativas associados a um cargo público” (*Idem*).

A CORRUPÇÃO PELAS LEIS

Este terceiro sub-capítulo tem como objectivo perceber sucintamente os contornos jurídicos e legais que edificam o conceito de Corrupção em Portugal. Com base no livro *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: Sistemas Políticos, Sistemas Mediáticos e Enquadramentos Legais* (2014), coordenado por Isabel Ferin Cunha e Estrela Serrano, com enfoque no terceiro capítulo intitulado *Prevenir e Reprimir a Corrupção Política em Portugal – Evolução do Quadro Legal*, escrito por António João Maia e Hermenegildo Borges, pretende-se analisar e demonstrar como a Constituição da República Portuguesa, o Código de Processo Penal e o Código Penal respondem aos crimes de Corrupção. Estudos realizados por Maria José Morgado e José Vegar (2003), Luís de Sousa e João Triães (2007, 2008), Maia (2006, 2008), Gabrielle Poeschl e Raquel Ribeiro (2012), e relatórios apresentados pelo Barómetro da Corrupção da Transparência Internacional, revelam que sociedade sente que os mecanismos do sistema repressivo e punitivo da Justiça têm sido ineficazes no combate ao fenómeno da Corrupção. No entanto, Morgado e Vegar (2003), Tânia Grilo (2005), Maia (2004, 2008 e 2012), António M. F. Calado (2013), e dados estatísticos publicados no site da Direcção-Geral da Política da Justiça, concluem que os mecanismos de investigação criminal e de aplicação de penas têm se mostrado competentes. Por isso ser relevante explicar o conceito jurídico-legal, para se obter uma noção real do fenómeno, antes de se analisar a dimensão deste crime percepcionado pela sociedade em geral. Só através desta observação se consegue perceber o percurso realizado pela Justiça no âmbito do combate a este problema, incluindo a aplicação de sanções e adopção de medidas preventivas.

PELA CONSTITUIÇÃO

A Constituição da República Portuguesa (CRP) entrou em vigor a seguir à Revolução dos Cravos, a 25 de Abril de 1974, e até à data já passou por algumas alterações, sendo a última a 12 de Agosto de 2005. A CRP representa os valores éticos, morais e filosóficos que os cidadãos portugueses, que constituem o Estado, devem aplicar em sociedade.

Nesta análise da CRP, Borges e Maia apoiam-se na investigação tomada por Sousa e José de Melo Alexandrino (2000), focando a sua principal função como protectora do direito democrático. Quanto a processos judiciais a CRP defende

o segredo de justiça, bem com a conclusão destes processos em tempo útil. Um processo judicial só pode surgir de uma acusação feita pelo Ministério Público, em colaboração com a Polícia de Investigação Criminal, demonstrando indícios claros de prática de crime. A sentença final anunciada terá sempre de se basear numa Lei que declare essa acção, ou omissão, como crime (Borges; Maia, 2014: 77-81). ⁴

4 — Consultar os artigos referidos no Anexo B, pag. 204.

PELO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

O Código de Processo Penal surgiu do Decreto-Lei nº 78/87, aprovado a 17 de Fevereiro de 1987, e até à actualidade já sofreu várias alterações. Este documento refere-se a todo o processo judicial que se desenvolve com o intuito de demonstrar a ocorrência de crime e identificar os seus responsáveis. Através de Paulo Pinto de Albuquerque (2006), Calado (2009) e Ribeiro (2011), Borges e Maia examinam o Código de Processo Penal, onde retiram considerações a ter em conta nos processos criminais referentes a crimes de Corrupção.

O processo criminal inicia-se através de uma denúncia feita ao Ministério Público, seguido pela fase de inquérito, que inclui todas as diligências necessárias, de modo a obter provas que comprovem a denúncia e possam suportar uma acusação. Finalizada esta fase o Ministério Público determina se o processo é arquivado, caso não haja provas que sustentem uma acusação, ou apresenta a acusação. Após a acusação o arguido ainda tem possibilidade de requerer uma fase de instrução, onde são revistas todas as provas usadas a favor da acusação. Caso sejam comprovadas, o processo segue para julgamento, desenrolando-se em sessões de audiência pública num Tribunal, tendo como objectivo avaliar todas as provas, de ambas partes, de modo a obter a verdade. No final do julgamento, que engloba várias sessões, o Tribunal determina a absolvição ou condenação do arguido. Caso seja condenado, a pena a cumprir terá de estar descrita no Código Penal. O Código de Processo Penal possibilita que ambas partes possam recorrer da decisão (*Idem*: 81-89). ⁵

5 — Consultar os artigos referidos no Anexo C, pag. 206.

PELO CÓDIGO PENAL

O Código Penal Português existe através do Decreto-lei n.º 400/82, desde 23 de Setembro de 1982, e é através deste documento que se definem os crimes praticados e as devidas sanções a aplicar. Borges e Maia abordam o Código Penal dando ênfase aos crimes praticados por funcionários públicos contra o Estado, baseados nas leituras de Morgado e Vegar (2003), Manuel Lopes Maia Gonçalves (2007), Santos (2009), Débora Thaís de Melo (2009), Albuquerque

(2010), Damião da Cunha (2011), José Mauraz Lopes (2011) e Inês Isabel Lopes Nunes (2012). Para além do Código Penal Português é importante referir a legislação avulsa, aprovada posteriormente, essencial para a especificação do crime de Corrupção e suas vertentes.

Dos principais crimes relacionados com actividades corruptas é importante salientar a diferença entre o crime de Corrupção passiva para acto lícito e para acto ilícito, sendo que essa diferença reside no recebimento de uma vantagem indevida por um acto correspondente às funções do cargo, e no outro caso, por um acto contrário aos deveres da função, respectivamente. A Corrupção activa é praticada por quem oferece essa vantagem. Os crimes de peculato e peculato de uso referem-se a apropriação abusiva de pertences do Estado que estão a cargo do funcionário. Participação económica em negócio consiste em beneficiar o negócio de terceiros prejudicando interesses do Estado; enquanto que a Concussão refere-se ao benefício do próprio funcionário por erro da vítima. Os crimes de Abuso de Poder e Tráfico de Influências são dos mais falados em sociedade. O primeiro consiste num abuso de poder, proporcionando um benefício indevido; o segundo acontece quando o funcionário aceita uma vantagem indevida para influenciar uma entidade pública.

A leis avulsas posteriores a este documento permitiram definir os crimes praticados por titulares de cargos políticos, introduzir o crime de Corrupção do sector privado, criar o crime de branqueamento de capitais, e constituir o recebimento indevido de vantagem como crime (*Ibidem*: 89-94).⁶

6 — Consultar os artigos referidos no Anexo D, pag. 208.

Os processos criminais passam por várias fases, como verificámos neste sub-capítulo. Por mais célere que este seja terá que seguir o seu curso natural, por vezes bastante moroso aos olhos da sociedade. Num estudo feito por Maia (2008) percebeu-se que maior parte dos casos, ou alegados casos, são muito expostos numa fase inicial, quando ainda decorre a fase de inquérito e não há acusação ainda definida. Esta mediatização contribui para um julgamento antecipado na sociedade, induzindo um juízo de culpa imediato, que por vezes não chega a ser comprovado. Contudo, quando o processo é finalizado não recebe a mesma atenção pela imprensa e, conseqüentemente, não causa efeito na população em geral, permanecendo com a opinião anteriormente construída. A comunicação social representa parte essencial na edificação do termo Corrupção, por estimular o julgamento e a condenação na praça pública, por isso é imperativo que seja isenta e objectiva no discurso que promove.

A DIMENSÃO E PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO NA SOCIEDADE PORTUGUESA

Neste sub-capítulo pretende-se compreender a dimensão real do crime, em confronto com a percepção do fenómeno da Corrupção em Portugal, e o modo como a mediação feita pela comunicação influencia essa mesma percepção. Para isso recorreremos novamente aos estudos realizados por Maia (2008).

Através de trabalhos desenvolvidos por Sousa (2002), Maia realiza um retrato que caracteriza esta problemática dos dias que correm, extraindo cinco traços fundamentais: a intensidade imposta pelo cada vez maior destaque mediático dos casos de Corrupção; a complexidade e sofisticação destes actos, que apesar de se considerarem censuráveis moralmente o código penal não os consegue cobrir; o crescimento exponencial dos aparelhos partidários, que, por vezes, sobrevive através de financiamentos associados às práticas de Corrupção; a actual globalização permitiu o uso de ferramentas tecnológicas que permitem uma rápida e facilitada movimentação de dinheiro; e por fim, a evolução dos índices de condenação social, que variam entre momentos de grande censura e alguma tolerância social.

DIMENSÃO

Como referido anteriormente, os casos de Corrupção ganharam grande dimensão a partir dos anos noventa do séc. XX. No caso de Portugal Maia refere Morgado e Vegar (2003) para sustentar esse crescimento do fenómeno, apontando dois grandes factores: o facto de Portugal ter recebido grandes quantias através da União Europeia, para o processo de concessão de Fundos Estruturais ⁷, não havendo uma fiscalização apropriada que controlasse o destino destes fundos; o outro factor recai no sistema penal. É considerado desadequado por não ter experiência para enfrentar devidamente esta nova criminalidade.

7 – Fundos Europeus Estruturais são ferramentas financeiras, cedidas pela União Europeia, com o objectivo de apoiar o desenvolvimento do País.

8 — O termo “Cifras Negras” refere-se à diferença entre a criminalidade real ocorrida e a criminalidade reconhecida pelo sistema.

Existe um grande desfasamento entre a realidade e a dimensão percepcionada das práticas de Corrupção. Muito se deve ao facto destes crimes serem considerados “crimes sem vítima” (Maia, 2008 : s/p), por não se permitir definir vítimas concretas, embora seja o Estado o principal lesado. A criminalidade conhecida e percepcionada assemelha-se à parte emersa de um icebergue, enquanto que a parte submersa corresponde às “cifras negras”⁸ na qual nunca se consegue identificar uma dimensão exacta.

Ao analisar os processos crime iniciados por suspeita de práticas de Corrupção, entre 1994 e 2007, Maia conclui que em, aproximadamente, um terço desses processos a investigação criminal reuniu provas suficientes para sustentar uma acusação. Dessas acusações, que posteriormente foram a Julgamento, dois terços permitiram que os suspeitos fossem condenados. Perante estes dados pode-se afirmar que a investigação criminal do crime de Corrupção em Portugal é eficaz, por apresentar acusações sólidas que levam à condenação dos suspeitos. Assume-se então que o problema da Corrupção em Portugal está associado à grande porção de “cifras negras” que nunca chegam ao conhecimento das autoridades competentes. Este facto é comprovado pelos resultados de um inquérito realizado por Sousa (1996), em que apenas 10% dos inquiridos, que admitiram ter sido convidados a participar em actos de Corrupção, denunciaram o acto às autoridades (Maia, 2008 : s/p).

PERCEPÇÃO

Maia destaca trabalhos de Serge Moscovici (1969, 1972, 1976, 1984, 2001) em que o mesmo afirma que as representações sociais estão na origem da edificação de certos objectos. Moscovici comparou a mente humana a um espelho que assume os reflexos captados como o objecto em si, o sujeito percepciona o reflexo captado como a imagem real. “Aquilo a que cada um de nós chama realidade não é mais do que uma construção mental elaborada e sustentada e partilhada por cada um de nós, e que resultará dos processos sociais em que desenvolvemos toda a nossa existência” (Berger e Luckman, 1998 *cit por* Maia, 2008: s/p).

Num estudo exploratório realizado por Maia (2006), apresentado e defendido no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, partindo de um inquérito a 88 indivíduos residentes na região da Grande Lisboa, observou-se que a acção praticada pelo corruptor passivo é mais criticada que a acção praticada pelo corruptor activo. Maior parte dos inquiridos, que lêem notícias de Corrupção pela imprensa, associam-nas a um grau elevado de gravidade.

Através dos Inquéritos da *Transparency International*, divulgados anualmente, revela-se o nível de Corrupção no sector público de cada país e entende-se parte dos contornos dessa prática no respectivo país. Nos últimos três anos Portugal oscilou entre o 28º e 29º lugar, sendo que se revelou mais corrupto desde a primeira apreciação em 1998, ocupando o 22º lugar. Nestes inquéritos também foi possível observar que os portugueses têm uma percepção da Corrupção constante. Afirmam que ela deriva maioritariamente do sistema político e acreditam que o problema da Corrupção tende a crescer.

Um estudo elaborado por Sousa, *a Corrupção e Ética em Democracia: o Caso de Portugal* (2006, 2007), com enfoque nas percepções sociais demonstradas pelos portugueses, revelou que os mesmos confiam na comunicação social, pois maior parte dos inquiridos constrói a sua opinião através de canais televisivos e imprensa, embora achem que se deva proteger o segredo de justiça. Foram percebidos outros factos igualmente importantes, como a falta de confiança nos Serviços Públicos e Partidos Políticos, pois os inquiridos associam o grande índice de Corrupção a casos relacionados com futebol e política (*Idem*).

PAPEL DOS MEDIA

Através do estudo *Corrupção: Realidade e Percepções – o Papel de Imprensa* (2008), Maia encontra três factores que se relacionam entre si e sustentam o problema da Corrupção: a dimensão dos crimes, a percepção que se tem desses mesmos e a divulgação desta problemática através dos media. Podendo concluir-se que o aumento de casos sucedidos depende da percepção sobre a Corrupção existente nessa sociedade e que a divulgação dos casos de Corrupção pela imprensa dependerá do seu grau de noticiabilidade, portanto muitos ficarão de fora e não irão fazer-se reflectir na percepção da sociedade; importa então perceber como é que as notícias divulgadas influenciam a percepção da sociedade.

Maia refere ainda estudos realizados no início do século XX que reflectem a importância da comunicação social na sociedade. Harold Lasswell (1927 e 1948), Handley Cantril (1940), Paul Lazarsfeld, Bernard Berelson e Hazel Gaudet (1944), Wilbur Schramm (1954) e Joseph Klapper (1960) elaboram uma “teoria das balas mágicas” que caracteriza os alvos, a quem se destina as mensagens — os espectadores — como indivíduos sem capacidade de filtragem, aceitando o que lhes é apresentado, sem duvidar. Outros autores, Johan Galtung e Marie Ruge (1965), Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972), Thomas Patterson e Robert McClure (1976), Gaye Tuchman (1978), Galtung e Richard Vincent (1992) e Philip Schlesinger (1990), desenvolveram a “teoria do *agenda setting*”,

em que caracteriza a comunicação social como focos de luz que captam a atenção, guiando a sociedade pelas problemáticas que acham merecer uma reflexão.

Ainda neste estudo desenvolvido por Maia foi avaliado o conteúdo das notícias de Corrupção divulgadas nos jornais com mais tiragens, entre 2000 e 2004. O autor observou um crescente número de notícias divulgadas, embora apenas 1/4 apresentem uma definição de acordo com o código penal. Quanto às fontes de informação, um terço das notícias divulgadas não revelam as fontes e 1/5 menciona as instituições de justiça. Analisando os intervenientes, dá-se um maior destaque à acção do corruptor passivo e dentro do domínio público as notícias referem mais instituições de administração local e serviços da administração central. Quando mencionado o corruptor activo, é mais associado a cargos de chefia particular (empresários). Por último, verificou que maior parte das notícias são divulgadas quando o processo se encontra numa fase inicial, na fase de inquérito, quando ainda ninguém foi acusado e apenas existem suspeitos (*Ibidem*).

—

Como podemos observar, os números de processos crime iniciados por suspeitas de Corrupção têm vindo a aumentar e a população tem a percepção que este é um fenómeno em crescimento, devendo em muito à investigação jornalística. No entanto, a comunicação social tende a cobrir acontecimentos mais associados a figuras da política portuguesa, provocando um efeito na percepção social que associa maior parte dos crimes de Corrupção ao sistema político. Como referido anteriormente, a imprensa prefere divulgar acontecimentos mais recentes, preferindo focar-se na fase inicial das investigações e negligenciar as decisões finais declaradas em Tribunal, fazendo com que a população não tenha uma percepção real e alegue que o aumento dos casos de Corrupção se deva ao mau funcionamento do sistema judicial. Porém, a comunicação social contribui imenso para a percepção do problema da Corrupção, por trazer à luz do dia temáticas que nunca seriam abordadas sem esse estímulo.

Ao longo deste capítulo percebemos que a nossa percepção do conceito de Corrupção deriva em muito das características e especificidades dos casos mediáticos mais actuais, no entanto, a Corrupção surgiu antes que nos pudéssemos aperceber dos seus efeitos colaterais.

Cometemos o erro de associar os privilégios da Corrupção somente aos mais privilegiados da hierarquia social, pois nestes casos as lesões causadas são muito mais profundas e prevêm-se irreversíveis, nomeadamente quando o Estado é o principal lesado. Observando o seu comportamento até meados dos anos noventa do séc. XX, a Corrupção era algo aceitável numa sociedade pelo facto de muitos terem de recorrer a estes mecanismos para obter algo que lhes era de direito. A Corrupção era vista como um acto de sobrevivência, por isso estava directamente associada aos países menos desenvolvidos em que o dever cívico era mais descredibilizado. A constante modernização, tanto social como tecnológica, permitiu uma panóplia de oportunidades para o acto de Corrupção, abrangendo áreas mais diversificadas, tornando mais complexa a criação de mecanismos de prevenção, e mesmo de acção. As leis sancionatórias advêm de lacunas que se vão pressentindo ao analisar os casos de Corrupção que vão sendo descobertos. É notória uma evolução no sistema judicial, através contínua criação e alteração de leis e decretos de leis dentro desta matéria para melhor se ajustar ao paradigma actual. Também existe uma evolução na percepção social deste fenómeno, através do mediatismo provocado pelos media, classificando-o cada vez mais como um acto condenável.

Ao considerarmos os meios de comunicação social incluímos não só o telejornal e o jornal impresso, como todos os veículos que se destinam a partilhar e comentar os eventos mais actuais da sociedade. A Sátira tornou-se um meio de comunicação, por esclarecer e informar, mas sobretudo por cativar a audiência através da forma provocante e sagaz de como expõe os assuntos. Ela dissemina-se através de artigos de opinião, programas televisivos, livros, peças de teatro, e também pelos Cartoons. O foco do próximo capítulo será neste veículo de informação, o Cartoon, e o próprio cartunista. Examinaremos a sua origem, a sua complexidade, os seus benefícios e poder de influência na sociedade, enfatizando a forma como dá um rosto, ou uma imagem, às práticas de Corrupção.

CAPÍTULO II

A SÁTIRA
E O CARTOON

2.1. A SÁTIRA

42

2.2. O CARTOON

44

2.3. REFLEXÕES SOBRE O ACTUAL PARADIGMA DA SÁTIRA E DO CARTOON

56

A SÁTIRA

John T. Gilmore, em *Satire: The New Critical Idiom* (2018), elucida-nos sobre a versatilidade da Sátira. Ela está presente em poemas, romances, peças de teatro, Cartoons, filmes, programas de televisão e em material encontrado online, como vídeos do *youtube* e outras redes sociais. Arthur Pollard denomina-a como “um camaleão adaptando-se ao seu próprio ambiente” (Pollard *cit. in* Gilmore, 2018: 3-4). A Sátira é um conceito dependente, necessita de um alvo e de uma audiência, tornando-se eficaz quando a sua compreensão não abrange somente o seu autor. A sua resposta é variável consoante factores temporais e de circunstância, originando actos consequentes, por vezes não contemplados antecipadamente pelo autor (Gilmore, 2018: 2-4).

Khin Wee Chen, Robert Phiddian e Ronald Stewart, em *Towards a Discipline of Political Cartoon Studies: Mapping the Field* (2017) quinto capítulo do livro *Satire and Politics*, e apoiados em Dustin H. Griffin (1994), denominam a Sátira como uma distinção do vício da virtude, enquanto Thomas A. Koeble e Steven L. Robins (2017) classificam-na como um espelho moral (Chen; Phiddian; Stewart, 2017: 134).

Não existe uma técnica artística que esteja directamente associada à Sátira. A Sátira aplica-se através do exagero, da obscenidade, do humor, da paródia, da alusão, ou do recurso à imaginação, mas nenhuma destas técnicas é propriamente satírica (Gilmore, 2018: 12). Em *The Art of Controversy* (2013), Victor S. Navasky considera a Sátira parasítica por abordar o assunto pela sua essência. Wolcott Gibbs reitera que a Sátira deveria estar ao mesmo nível de uma crítica inteligente. A Sátira, que critica, ironiza, e entretém, deveria ser protegida pelo mesmo sistema constitucional que o discurso político (Navasky, 2013: 18).

Aceitando que a humanidade se mantém, pelo menos relativamente constante em alguns aspectos, podemos concluir que as manifestações satíricas prolongam o seu apelo e encanto para além do momento da sua criação. Esta afirmação levanta a questão da Sátira ser sobre indivíduos ou tipos de comportamento humano. Neste sentido, o poeta romano Horácio discute a legitimidade da Sátira quando refere personalidades específicas. Samuel Johnson (1775) distingue a “Sátira apropriada” da “Sátira pessoal”⁹.

Essa diferença reside no facto da Sátira apropriada visar uma mudança de comportamento, enquanto que a Sátira pessoal procurar irritar o alvo escolhido. A linha que as separa revela-se difícil de definir e levanta a questão se todo o tipo de Sátira procura visar uma transformação (Gilmore, 2018: 7-8).

9 — Tradução livre das expressões “proper satire” e “personal satire”, respectivamente.

Raymond N. Morris (1992), partindo da teoria de Charles Press, aponta distinções entre a baixa, a média e a alta Sátira, quando aplicada a Cartoons. Na baixa Sátira o cartunista ataca um indivíduo, ou partido político, de forma selectiva, correspondendo à ideologia do proprietário do jornal; a média Sátira ridiculariza as decisões tomadas pelo sistema democrático; e a alta Sátira combina ambos, concluindo que os Cartoons políticos se inserem nesta última categoria (Chen; Phiddian; Stewart, 2017: 134).

Haydon Manning e Robert Phiddian, no artigo *Censorship and the Political Cartoonist* (2004), referem a facilidade de exagerar ou diminuir a importância do Cartoon político. Eles oscilam entre um mero entretenimento até um esclarecimento de uma questão política relevante — entre um comentário até à Sátira política. Os cartunistas exploram a sua licença de várias maneiras e reconhecem a ampla divisão do seu trabalho dentro do espectro da Sátira, onde procuram transmitir algo significativo ou uma piada, que existe para entreter o leitor. Os Cartoons podem falar pelo cidadão comum, podem levantar questões e propor alternativas de pensamento, e até expor as condutas mais desonestas da nossa sociedade (Manning; Phiddian, 2004: 2-6, A).

—

Se a Sátira é um reflexo da sociedade, devemos lembrar que é um reflexo não a cópia exacta do original. Considerando-a um mero reflexo distorcido da realidade, ou reconhecendo o seu poder de reforma, o seu incentivo no debate público é incontestável (Gilmore, 2018: 176-177, 186). Nesse sentido, o Cartoon é um dos veículos que alcança esse poder de reflexo da sociedade, e na actualidade é um dos veículos de comunicação que tem surtido mais efeitos a impulsionar o debate público.

O CARTOON

PODER DA IMAGEM

“Conceitos complexos são melhor digeridos quando reduzidos a imagens” (Eisner, 2008: XVII). No livro, *Graphic Storytelling and Visual Narrative* (2008), Will Eisner reforça a importância das imagens na condução e compreensão do texto, concluindo ser a forma mais lógica de transmitir a mensagem. O avanço tecnológico permitiu que as imagens funcionassem como meio de comunicação, querendo cada vez menos o uso da leitura textual.

No artigo *Brief Communication — Cartoons as information* (2002), Mariam Ginman e Sara von Ungern-Sternberg reflectem sobre o seu estudo que avaliava o impacto de mensagens em forma de Cartoon, em oposição ao formato tradicional, enviadas aos trabalhadores de uma organização. Apesar de haver uma clara evidência que as mensagens com imagens são mais facilmente memoráveis, alguns trabalhadores questionaram se o uso de humor seria apropriado para mensagens de conteúdo mais sério. Vários investigadores demonstram um grande interesse em entender o grande contraste entre uma simples ilustração e o complexo simbolismo visual e verbal transmitido pelos Cartoons (Ginman; Sternberg, 2002: 76).

Clive Ashwin defende que os Cartoons são das formas mais complexas e sofisticadas na área da comunicação visual por combinarem o poder da imagem com uma análise crítica, de questões sociais, culturais ou políticas, criando imagens inesquecíveis que reflectem e descrevem certa sociedade no momento em que foram criados (*Idem*: 70).

A imagem alcança uma nova dimensão, e o valor do Cartoon reside nessa circunstância. Ao utilizar agilmente os elementos característicos de humor, de modo fortalecer a receptividade da mensagem na população, pode apresentar uma forte alternativa à informação verbal (*Ibidem*).

Navasky indaga sobre o que leva o Cartoon político a provocar tanta agitação social, dado que até meados do século passado o Cartoon era considerado um fraco meio de ilustração. A arte do Cartoon está directamente relacionada com a conduta de uma sociedade, dependendo em muito da experiência adquirida pelo leitor para que o seu efeito seja imediato. A simplificação das imagens, criando símbolos e, conseqüentemente, estereótipos, torna-se necessária para que a mensagem tenha a rapidez e o poder pretendidos. A criação destes estereótipos depende do seu reconhecimento em sociedade, apesar de que muitos deles conseguem transcender os limites culturais (Eisner, 2008: 11,13).

ORIGENS

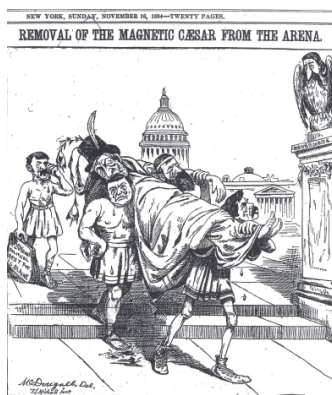


Fig. 1 – Cartoon publicado na primeira página do jornal *World* a Novembro de 1884.

Rhonda Walker, no seu artigo *Political Cartoons: Now you see them!* (2003), aponta 1884 como o início do Cartoon editorial com a publicação de uma Caricatura de um candidato Republicano na primeira página do jornal Nova Iorque *World*, fundado por Joseph Pulitzer. A autora destaca ainda a mudança drástica que esta publicação provocou noutros jornais, ao transformar as notícias em algo gráfico e cativante, através da ilustração e do Cartoon (Walker, 2003: 16).

Contudo, o Cartoon e a Caricatura emergiram no século XVI como uma manifestação e contradição à arte da época considerada *high art*. Crê-se que um dos primeiros Cartoons terá sido pintado por

Leonardo Da Vinci durante o seu estudo sobre a Caricatura (*Idem*). No entanto, os especialistas não conseguem concordar numa data que marque a origem da Caricatura, pois muitos até associam o seu início às pinturas egípcias, em 1360 A.C., que retratavam o marido da rainha Nefertiti (Navasky, 2013: 21).



Fig. 2 – Caricatura de Gian Lorenzo Bernini, (1610-80).

De acordo com o web site da Enciclopédia Britannia, focando o artigo sobre Caricatura e Cartoon escrito maioritariamente por Winslow Ames, o termo Caricatura deriva do verbo italiano “caricare”, que significa sobrecarregar. A Caricatura foi um primeiros exemplos de Sátira visual a ser usado como ferramenta contra a opressão, permitindo que os artistas comentassem os acontecimentos da época e as políticas regentes (Walker, 2003: 17). As primeiras Caricaturas actualmente reconhecidas são as de Gian Lorenzo Bernini, um caricaturista, escultor e arquitecto italiano do séc. XVII que introduziu o termo Caricatura em França a 1665. Após o seu começo em Itália e a sua expansão por França, a Caricatura alcançou a Grã Bretanha

no século XVIII, tornando-se num termo cada vez mais abrangente (Ames *cit. in* Britannia, s/a: s/p).

O Cartoon desenvolveu-se devagar ao longo do séc. XVI até finais do séc. XVII. Surgiu como protesto aos princípios renascentistas de ordem, simetria e cânones de beleza, querendo trazer de volta os costumes passados, como reacção à novidade do Renascimento e à variação de classes sociais. No início dos anos 40 do séc. XIX, quando o Cartoon se tornará a última fase de aprendizagem no estudo da pintura tradicional renascentista, após o declínio da prática em estúdio, o Cartoon adquiriu um novo significado quando perceberam que, através do mesmo, podiam instigar a sociedade acerca de acontecimentos sociais ou políticos (*Idem*).

Em *More than Words: Rhetorical Constructs in American Political Cartoons* (2013), artigo publicado no livro *Studies in American Humor*, Larry Bush recorre a Michael Wynn Jones, em *The Cartoon History of Britain* (1971), para afirmar que os cartunistas viam o mundo tal como ele era, enquanto que seus colegas compunham alegorias impressionantes evocando uma visão idealista ou romântica (Bush, 2013 : 73).

CARICATURA VS CARTOON

No seu início a Caricatura exprimia diferentes significados. Para Albrecht Dürer significava um exercício matemático que quebrava com o conceito ideal de beleza, enquanto que para Leonardo da Vinci a Caricatura era uma extrapolação levada ao limite do realismo (Navasky, 2013: 22).

Hélder Santos, no seu relatório de projecto intitulado *O Cartoon como Crítica Social — Cêpa-Torta* (2015), descreve a Caricatura como Sátira em forma de imagem que exagera certas peculiaridades do seu aspecto físico, mas com principal enfoque nos traços que marcam a sua personalidade. Essa distorção pode ser injusta e por vezes humilha a pessoa em questão (Santos, 2015: 20).

Enquanto que a Caricatura está relacionada com as características individuais de cada indivíduo, o Cartoon representa o comportamento de um grupo, as suas acções e características. Ambos surgiram como reacção ao Renascentismo, mas o Cartoon só se conseguiu afirmar em finais do século XVIII, pois era considerado inferior em comparação à Caricatura. Ao passo que a Caricatura era praticada por artistas reconhecidos e respondia maioritariamente a impulsos artísticos, o Cartoon cresceu partilhando os mesmos impulsos responsáveis pela criação do estado moderno (Ames *cit. in* Britannia, s/a: s/p).

O PAPEL DO CARTUNISTA, BENEFÍCIOS E CENSURA

Os Cartoons são instrumentos gráficos e editoriais, não apenas uma ilustração, pois podem ser julgados e afectar a opinião pública. No entanto ultrapassam os limites textuais e podem evocar certos pensamentos que uma fotografia nunca conseguiria transparecer (Walker, 2013: 19).

Os cartunistas trabalham essencialmente para jornais com a meta de entreter e incitar o pensamento. Frequentemente são a parte menos disciplinada da linha editorial de um jornal. Muitos desesperam por se tornarem influentes, enquanto

outros temem tornarem-se demasiado, contudo, um dos medos do cartunista é que o seu trabalho se evapore sem produzir nenhum efeito. Ainda assim, nenhuma forma de comentário tem tanto sucesso em transformar a opinião de uma sociedade como o Cartoon (Manning; Phiddian, 2004: 3-4, A).

Geralmente os princípios jornalísticos não permitem o uso da Sátira, ao contrário dos Cartoons que vivem da crítica através da mesma. A sua simplicidade e carga simbólica, acompanhadas pelo humor, permite que os Cartoons fujam da censura que as palavras poderiam sofrer; por outras palavras, o cartunista ainda pode desenhar o que os jornalistas não podem escrever. Por outro lado, enquanto que o artigo jornalístico apresenta uma versão equilibrada dos acontecimentos, o Cartoon propõe uma posição unilateral (Walker, 2013: 19). Porém, esta liberdade relativa só foi recentemente conquistada. O mercado tem vindo a posicionar-se a favor dessa liberdade, pois os editores e proprietários dos jornais tendem a escolher Cartoons que reflectem as suas convicções sob Cartoons mais chocantes ou engraçados. Por consequência, a pressão exercida nos cartunistas também tem vindo a diminuir, comparada com a que é exercida na linha editorial de um jornal (Manning; Phiddian, 2004: 15-16, A).

Muitos cartunistas viram o seu trabalho ser rejeitado por aspectos relacionados com o gosto pessoal, por isso, os meios de comunicação de cariz activista tornaram-se o seio das imagens mais explícitas. Está na sua natureza quebrar ou delinear limites. Lidar com tópicos mais tabu é uma das ambições de qualquer cartunista que queira ser mais que apenas um *entertainer*. A sua função é comentar e não reportar, por isso, o comentário tende a ser extravagante. Nesse sentido os autores defendem o direito dos cartunistas arriscarem a irresponsabilidade. Quanto menos sentirem essa pressão ética, legal ou corporativa, melhor poderão desenvolver o seu trabalho, explorando os fenómenos político-social, e colaborando para uma imprensa livre. Os cartunistas promovem um veículo de comunicação e a sua presença é considerada saudável. A sua licença para satirizar é tão abrangente quanto lhe possibilitam, e isso indica valores de uma política democrática liberal (*Idem*: 27-28, A).

CARTOON COMO HERANÇA SOCIAL

A retórica dos Cartoons baseia-se em suplantar as palavras, criar um sistema que combina símbolos, imagens e texto, para que os leitores compreendam a mensagem transmitida. Um Cartoon editorial é um Cartoon político desenhado no presente, em que geralmente o tempo entre a sua finalização e publicação é menos que uma dia. A verdade é que maior parte dos leitores não percepçiona

a mensagem transmitida pelo artista, mas, para a minoria que entende, este meio de comunicação transcende a sua acção humorística e proporciona conteúdo informativo sobre os acontecimentos actuais (Bush, 2013: 63-64).

Os Cartoons são desenhados para actuar imediatamente, por isso a sua compreensão tem um limite temporal, de acordo com a sua longevidade. Com o passar do tempo o impacto inicial desvanece-se, o seu valor altera-se e desperta diferentes apreciações. Devido a esta característica temporal os Cartoons são subestimados, no entanto, pelo seu carácter imediato, estes podem tornar-se enciclopédias da cultura popular (Walker, 2013: 19).

Johathan Burack (2015) defende que os Cartoons políticos descrevem pessoas, acontecimentos ou tendências que marcaram certa época, mas essencialmente, demonstram a opinião pública sobre questões políticas, sociais e culturais relativas à mesma. Roger Fisher (1996) acrescenta que para além de reflectirem a população, têm como objectivo influenciá-la, por isso, toda a sua simbologia, que se pressupõe ser compreendida no imediato, está directamente conectada com o contexto em que o Cartoon se insere e a época vigente, exprimindo características da sua cultura (Santos, 2015: 21).

CARTOON NA DEMOCRACIA E INFLUÊNCIAS POLÍTICAS

No artigo *In defence of the political Cartoonists' licence to mock* (2004), Haydon Manning e Robert Phiddian, citando Colin Seymour-Ure (1997), referem o privilégio dos cartunistas nas democracias modernas, comparando-os aos bobos das cortes por terem liberdade de ridicularizar o Rei sem represálias. Com permissão de criticar tanto personalidades como instituições, a sua extravagância tem como objectivo entreter e despertar o interesse na vida política e, conseqüentemente, incitar o debate público. Como Ernst H. Gombrich (1978), Charles Press (1981), e Seymour-Ure (2003) mencionaram anteriormente, os cartunistas defendem o seu direito de usar a Sátira e todas as suas ferramentas — como o ridículo, a ironia, a metáfora e o estereótipo — para cumprir o seu intento de criticar e censurar as acções dos mais poderosos; podendo ser apenas um comentário cómico ou até algo revolucionário (Manning; Phiddian, 2004: 26, B).

“Nas mãos de um artista talentoso, o Cartoon editorial pode ser uma arma poderosa, porque o ponto de vista apresentado pode ser rapidamente absorvido e transmitido. No entanto, os Cartoons são frequentemente negligenciados por serem considerados uma forma de comunicação política ” (Walker, 2003: 16).

Os cartunistas observam e absorvem o que lhes rodeia, por isso, os acontecimentos em volta da esfera política oferecem-lhes bastante inspiração. De acordo com Dean Minix (2004) os cartunistas defendem o que acreditam e cada um tem as suas próprias convicções e ideologias políticas, no entanto, têm a obrigação de explorar e compreender a situação política que pretendem ilustrar sem se basearem apenas nas suas crenças (Santos, 2015: 21).

Os Cartoons políticos são menosprezados pelo uso da Sátira. Muitos consideram “útil, mas abjecto” (Walker, 2003: 19), outros alegam ser uma visão absurda do contexto social e político vigente. Porém, os Cartoons políticos podem ser vislumbrados como um discurso noticiário visual. O seu sucesso está intrinsecamente relacionado com o conhecimento desse contexto ou dessa pessoa perante a sociedade. Para Rafael Barajas (2000) a principal missão do Cartoon reside no poder do medo do ridículo, podendo persuadir ou provocar uma alteração no comportamento, atitude ou situação anteriormente criticado. Os cartunistas mais reconhecidos são aqueles que contribuem para um impacto positivo na sociedade e querem promover uma mudança política em prol da mesma (*Idem*: 17,19).

Marín Arrese (2008) considera que o Cartoon político tem como alvo algo ou alguém muito específico, por isso as suas características são muito demarcadas e perceptíveis. Este modo de criticar certas figuras ou assuntos através do exagero torna-se fulcral na criação de uma opinião pública e incitação ao debate dentro de uma sociedade democrática, como Haydon Manning e Robert Phiddian (2004) referem. A política tornou-se dos temas mais trabalhados pelos comediantes e cartunistas pela variedade de material que oferecem (Santos, 2015: 20-21).

Charles Press defende que o regime político tem um impacto significativo na construção dos Cartoons políticos, dando o exemplo que em democracias mais liberais os Cartoons tendem a criticar o desempenho do Estado em vez das corporações privadas e dos cidadãos. Apesar dos jornais serem dos principais órgãos de proliferação dos Cartoons políticos e, por consequência, ditadores do que circula, o regime político em que certa sociedade vive é o principal factor de influência no Cartoon, podendo resultar em diferentes tipos de Sátira (Walker, 2003: 17-18).

A TEORIA DO CARTOON POLÍTICO

Miriam J. Shillingsburg, ao rever *The Political Cartoon* (1981) de Charles Press, para o livro *Studies in American Humor* (1983), apresenta uma divisão do Cartoon

em três grupos, baseada na interpretação de Press ao analisar o trabalho de Alan Dunn. A arte cômica, ou *comics*, que tem como propósito entreter o público; o Cartoon social, que funciona como comentário social; e o Cartoon político, que tem como objectivo influenciar a acção do governo (Shillingsburg, 1983: 207).

Press refere ainda que para analisar o Cartoon político é preciso ter em consideração quatro aspectos essenciais: o assunto fulcral e as personagens referidas; a mecânica do Cartoon; as referências históricas e sociais; e o cenário político, bem como as pressões associadas ao mesmo, em que o cartunista se insere (Chen; Phiddian; Stewart, 2017: 130).

Haydon Manning e Robert Phiddian, recorrendo a Charles Press, estabelecem uma classificação hierárquica entre os Cartoons políticos, avaliando o seu efeito em sociedade. Press dita três categorias: o Cartoon descritivo, Sátira humorista, e a Sátira destrutiva. Manning e Phiddian, ao transpor o trabalho de Press para a actualidade, acrescentam uma nova categoria, o Cartoon que provoca indignação selvagem (Manning; Phiddian, 2004: 27, B).

O Cartoon descritivo é considerado neutro com o propósito de entreter os leitores. Não contém nenhuma opinião política demarcada, pois tem como efeito neutralizar a acção política. Prefere utilizar o humor a seu favor, em vez da Sátira, por querer transmitir o seu ponto de vista através do entretenimento, não

existindo nenhuma urgência política por detrás. Press afirma que maior parte dos Cartoons desenvolvidos em democracia são considerados Cartoons do tipo Sátira humorística. Estes Cartoons apoiam uma reforma ou transformação no sistema político, sem nunca a o querer destruir, funcionando como um castigo para manter a integridade na esfera política. Ao terem esta função estabilizadora e incentivarem o debate político na sociedade, por serem o reflexo dessa realidade, tornaram-se parte essencial das democracias liberais. Porém, ao verem a sua Caricatura ou desempenho ridicularizado nestes Cartoons, certos políticos sentem orgulho e muitos pedem os originais ou cópias aos cartunistas (*Idem*: 27-30).

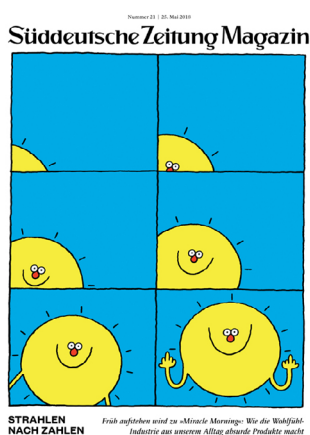


Fig. 3 – Capa da revista *Süddeutsche Zeitung Magazin*, por Nadine Redlich, publicada em Maio de 2018.

Para colmatar um intervalo existente na classificação de Press, Manning e Phiddian acrescentaram o Cartoon que provoca indignação selvagem, situando-o entre a Sátira humorística e a Sátira destrutiva. Respeitando o trabalho desenvolvido por Press e honrando o sistema desenvolvido pelo mesmo, argumentam que a categoria de Sátira humorística é demasiado ampla e não deixa transparecer as verdadeiras diferenças. Para este tipo de Cartoons, considerados os mais memoráveis e influenciáveis, a urgência não reside no desempenho do sistema vigente, contudo envolve assuntos de urgência social

mundial, como supressão de informação sobre o abuso sexual em comunidades aborígenes ou mentiras sobre as armas de destruição maciça no Iraque. Este tipo de Cartoon tem um sentido de urgência maior ao que Press projectou para a categoria de Sátira humorística, e definitivamente não se encaixam na categoria de Sátira destrutiva. Esta última tem como objectivo ser cruel. De acordo com Press, deriva de tempos revolucionários, onde o desespero social reina, e não é aceite nenhuma legitimidade do sistema vigente. Em alguns extremos o cartunista não transparece réstia de esperança na sociedade ou no alvo político retratado, demonstrando o ódio que sente, por vezes descontrolado e um pouco

demente. Este tipo de Cartoons são raros e não circulam nos grandes jornais diários. Mesmo difundidos nos meios de comunicação mais activistas, tendo como alvo leitores já convertidos a essas mesmas convicções políticas, Manning e Phiddian acreditam não terem poder de influência política. Não obstante, podem fortificar as opiniões dos já convertidos. A fraca adesão a este tipo de Cartoons não se deve ao desempenho ou a qualidade do cartunista ou do Cartoon em questão, mas sim a um público pouco impressionável. Assertivamente este Cartoon pode provocar uma consciencialização na sociedade sobre a distribuição de poder, riqueza e justiça. Contudo, se for executado de forma premeditada e demasiado persistente pode ser ignorado (*Ibidem*:



Fig. 4 — Capa da revista *Der Spiegel*, por Edel Rodriguez, publicada em Fevereiro de 2017.

30-31).

Em suma, o Cartoon descritivo tende a ser óbvio, sem exercer algum julgamento político; a Sátira humorística tem um objectivo correctivo e marca o debate político nas democracias liberais; o Cartoon que provoca indignação selvagem promove o sentido de urgência para uma revisão de aspectos sociais, políticos e culturais a nível mundial; enquanto que a Sátira destrutiva é consequência de tempos revolucionários e raramente é encontrada nos meios de comunicação convencionais (Chen; Phiddian; Stewart, 2017: 131).

Apesar desta categorização interpretativa dos Cartoons é difícil encaixá-los numa categoria em particular, pois os limites entre categorias são bastantes difusos, e o verdadeiro poder do Cartoon necessita de ser observado através dos leitores. Cada leitor faz a sua apreciação e o mesmo Cartoon pode ser inserido em diferentes categorias. Para se entender o verdadeiro poder do Cartoon e os seus efeitos políticos, é necessário compreender a interacção entre o que o cartunista pretende transmitir no seu trabalho com a percepção da mensagem pelo público (Manning; Phiddian, 2004: 31, B).

A SIMBOLOGIA

Larry Bush descreve o Cartoon como um texto híbrido. É um conjunto de símbolos e referências, que em conjunto com o humor, transformam-se num quebra cabeças sofisticado e cativante para o público. A arte do Cartoon relaciona-se com diferentes tipos de simbolismos, convergindo palavras e representações pictóricas, criando um universo de comparações verbais e ilustrativas sem limites, no entanto, quando o cartunista ultrapassa o limite da compreensão e interpretação, o Cartoon pode tornar-se inútil. Porém, também pode tornar-se algo memorável para quem conseguir conectar conceitos tão díspares. Combinando as ideias de E.H. Gombrich e Raymond N. Morris, Bush reitera que os cartunistas utilizam símbolos de forma binária, de modo a representar algo de forma positiva ou negativa. A sua interpretação difere pela forma como são usados e onde são colocados (Bush, 2013: 65-68).

Gombrich enfatiza os símbolos *ad hoc*. Estes símbolos são criados pelos artistas e com o uso repetitivo ganham uma conotação que se torna imediata para os leitores. *Ad hoc* significa improvisado, por isso pressupõe-se que estes símbolos foram projectados arbitrariamente, mas houve algo que permitiu uma conexão com o leitor e o símbolo perdurou, não necessitando de uma explicação. Contrariamente, a metáfora, um símbolo frequentemente utilizado, é naturalmente compreendido pela sociedade, como a diferença entre a luz e a escuridão, ou o pequeno e o grande. Para alcançar um maior impacto o cartunista exagera os opostos para criar um maior contraste (*Idem*: 68-70).



Fig. 5 — Primeira aparição de Zé Povinho, símbolo representativo do povo português criado por Rafael Bordalo Pinheiro, em *Lanterna Mágica* (1875).

O PODER DO CARTOON

Analisando a história, Navasky afirma que o Cartoon e a Caricatura, sobre certas circunstâncias, alcançam uma dimensão emocional com a capacidade de enfurecer grupos de pessoas, levando-as a acções desproporcionais e comportamentos violentos. Dá exemplos de cartas enfurecidas enviadas ao editor ou cancelamentos de subscrições, até perseguições, raptos, actos de violência ou mesmo assassinatos. Nos seguintes parágrafos apresentamos três teorias desenvolvidas por Navasky para explicar estes fenómenos de brutalidade extrema, focando-se no conteúdo, na forma, e na sua combinação.

A Teoria do Conteúdo explora a parte racional do Cartoon, as razões para que o seu conteúdo provoque tanto descontentamento na sociedade. Este descontentamento está maioritariamente associado a Cartoons políticos, no entanto, hoje em dia, temas relacionados com a sexualidade, raça e religião são

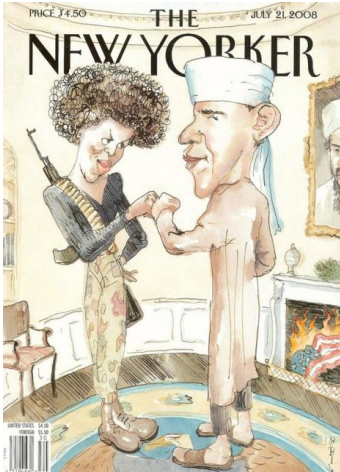


Fig. 6 — Capa da revista *New Yorker*, ilustrada por Barry Blitt, publicada em Julho de 2008.

cada vez mais trabalhados e também despoletam comportamentos agressivos. Quanto mais poderoso o Cartoon, mais escandaloso se torna e mais protestos desencadeia. Bob Mankoff, cartunista, ex-editor da *New Yorker*, e agora editor da *Esquire*, defende que cada pessoa tem as suas convicções e os seus gostos dependem disso. Um Cartoon pode ser agradável para uma pessoa como pode ser um ponto de ebulição para outra. O facto dos leitores não vislumbrarem a verdadeira intenção do cartunista, causando revolta, especialmente quando se encontram fora do contexto cultural em que o mesmo se insere, sugere que leitores interpretam e reagem a um argumento visual de forma diferente que reagem às palavras.

Enquanto que a Teoria do Conteúdo trabalha com a parte racional da mensagem transmitida, a Teoria da Imagem remete à parte emocional. Esta última teoria explora as razões para que as pessoas reajam tão emocionalmente às formas que visualizam no Cartoon. Jean Baudrillard, Martin Jay, Guy Debord, e Ferdinand de Saussure escrevem sobre o poder totémico presente na arte em geral, uma capacidade de tornar representações gráficas em poderosos símbolos. No caso do Cartoon, por conter um argumento condensado e vincado numa só imagem, alcança um poder ainda maior.

Navasky acrescenta que os Cartoons possuem um acesso imediato às emoções do leitor, por serem tão directos e explícitos, sem criarem nuances. No entanto, ao reconhecerem o poder da imagem, muitos historiadores desvalorizam o poder do Cartoon, enquanto antropólogos defendem que as pessoas respondem a imagens como se as mesmas fossem reais. Pegando no exemplo da fotografia, Kiku Adatto explica porque os cartunistas são mais acusados que os fotógrafos, pois ambos oferecem uma versão de realidade, mas no caso da fotografia, essa só transparece uma realidade superficial e as pessoas não despendem a mesma atenção. A Caricatura, contrariamente, alcança a real essência. Ao desenhar uma Caricatura, o cartunista inconscientemente retira tudo o que considera estar associado às características de uma pessoa comum, ampliando as características que distinguem essa pessoa. O mesmo método de exagero, que resulta nos animais como um super estímulo, causa uma emoção profunda nos humanos.

Os nossos antepassados idolatravam e temiam certas imagens, porém consideramos as suas crenças *naive* e primitivas, mas estas imagens demonstram uma intuição que ainda não conseguimos compreender. W. J. T. Mitchell, autor de *What do pictures want?* (2005), afirma que apenas recentemente começámos a compreender o poder da imagem que vai para além da imagem em si. O poder totémico da imagem — o poder da representação — supera a lógica e a estética,

por misteriosamente representar algo que descrevemos. Esta teoria levanta imensas questões sobre o poder do Cartoon e da Caricatura em evocar emoções mais profundas que a própria escrita.

Por último, a teoria que combina o conteúdo e a imagem, considera o estímulo neurológico como razão para uma emoção profunda. Enquanto a teoria do conteúdo enfatiza o argumento lógico e a teoria da imagem realça o poder tótemico, esta foca-se no alvo principal do Cartoon, o nosso cérebro. Imagens combinadas, com uma narrativa que se constrói pela sua sequência, é forma mais poderosa de transmitir uma mensagem. O efeito provocado pelo Cartoon tem tanto a ver com a sua constituição como com o que está psicologicamente intrínseco no cérebro do indivíduo, da audiência ou do consumidor. A nossa reacção está directamente ligada com o nosso cérebro, isto significa que está ligada às nossas experiências pessoais e como elas influenciam o nosso pensamento. (Navasky, 2013 : 26-69).

Recorrendo a V. S. Ramachandran, Navasky afirma que ainda nos falta conceber uma explicação neurológica ou biológica que se adeque ao pensamento, à percepção ou à consciência, no entanto, são as pessoas que desenvolvem e apreciam a arte, e não apenas os seus cérebros (*Idem*).

—

Por vezes as imagens comunicam melhor que as palavras. Os Cartoons são das formas de comunicação visual mais complexas e o seu poder é irrefutável. A sua capacidade de análise e crítica é a sua maior valia, mas por vezes, quando mal interpretada pode causar consequências inimagináveis. Contudo, os Cartoons publicados ao longo da história, por reflectirem as vivências da época e as problemáticas vigentes, tornam-se agora relíquias por contarem os momentos mais marcantes da história.

REFLEXÕES SOBRE O ACTUAL PARADIGMA DA SÁTIRA E DO CARTOON

Miriam Harris, no artigo escrito para o web site *Digital Arts* intitulado *Political Cartoons in 2017: Chris Riddell, Rebecca Hendin and Dave Brown on what it's like to create satirical art in a digital world* (2017), reflecte sobre o actual paradigma da profissão, enfatizando o papel da internet hoje em dia. Os cartunistas já não dependem somente de um jornal para poder partilhar o seu trabalho e obter *feedback*. As redes sociais permitiram novos meios de partilha e os Cartoons políticos encontraram uma nova forma de viver. De certo modo, esta evolução tecnológica também trouxe os seus malefícios, derivando numa diminuição dos meios de comunicação impressos (Harris, 2017: s/p).



Fig. 7 — Cartoon de André Carrilho, publicado no *Diário de Notícias* em Agosto de 2014, que se tornou reconhecido mundialmente.

Lizza Donnelly, cartunista e escritora, no seu artigo para a plataforma digital *Medium*, com o título *Editorial Cartooning, Then and Now* (2017), escreveu “O futuro está aqui. Porque a internet abriu novos meios de partilha para o Cartoon, há mais cartunistas, especialmente mais novos, que expressam a sua opinião através da arte” (Donnelly, 2017: s/p). Chris Riddell diz que estamos a passar por tempos áureos. A

internet facilitou a partilha e o acesso a imagens de todo o mundo, permitiu novas conexões, principalmente criativas. Apesar de tudo, tem os seus aspectos negativos, mas o cartunista prefere focar-se no lado positivo (Harris, 2017: s/p). Michael Cavanaugh, em *Here's why 2018 is a huge moment in the history of political Cartoons* (2018), artigo para o web site do *The Washington Post*, cita Ward Sutton que reitera que a internet acabou com a pressão exercida no formato dos Cartoons, que constrangia o número de quadrados usados (Cavanaugh, 2018: s/p). Já Richard Scully, professor da Universidade de New England, em entrevista para o web site da mesma, no artigo *Underlining the power of political Cartoons* (2018), refere que esta globalidade pode ser um desafio para o cartunista, por dificultar as suas delimitações. A internet desafiou as regras, “o impacto do Cartoon é agora potencialmente exponencial” (Scully, 2018: s/p). O poder do

Cartoon tornou-se variável e indeterminado. O Cartoon consegue alcançar um público a nível mundial, no entanto, o que num país pode ser considerado engraçado, noutro pode ser considerado uma ofensa (*Idem*).

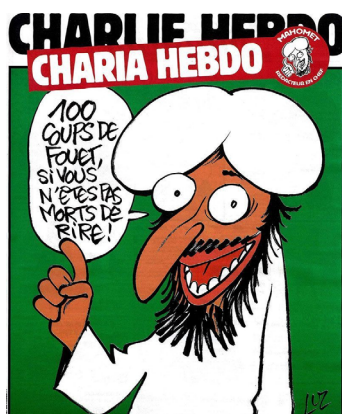


Fig. 8 — Primeira página do jornal *Charlie Hebdo* publicada a Novembro de 2011.

Os Cartoons têm estado em foco nos últimos anos, pela polémica relacionada com o jornal Dinamarquês *Jyllands-Posten* e posteriormente com o ataque terrorista ao escritórios do jornal satírico francês *Charlie Hebdo* (Donnelly, 2017: s/p). Em *Cartoonists and the Work of Healing* (2015), artigo para o *New York Times*, Liza Donnelly relata o rastilho para este ataque. Em 2005, o jornal dinamarquês decide publicar doze Cartoons sobre o Profeta Maomé, enraivecendo muitos muçulmanos e desencadeando actos de violência. Em 2006, o jornal *Charlie Hebdo* decidiu republicar esses mesmos Cartoons. Na semana seguinte ao ataque terrorista, que aconteceu em Janeiro de 2015 e vitimou doze pessoas, Jennifer Schuessler escreve *Charlie Hebdo Attack Chills Satirists and Prompts a debate* (2015), um artigo para o *New York Times*. Tributos feitos por vários cartunistas foram partilhados por todo o mundo, face a este ataque à liberdade de expressão, e o debate sobre os limites da sensibilidade instalou-se. Tom Spurgeon, autor do web site *The comic reporter*, considera a abordagem de *Charlie Hebdo* selvagem, em comparação às publicações americanas. O jornal nasceu da censura do séc. XX, na década de 70, marcada pelo aparecimento de várias publicações *underground* assentes no espírito de nada ser sagrado, e continua no mesmo registo, como diz o cartunista Art Spiegelman. Ele confere-lhes legitimidade pela republicação dos Cartoons do Profeta Maomé, considerando que foi a única publicação que o fez pelas razões certas, preservando a sua missão de ser provocativo e provocar o pensamento (Schuessler, 2015: s/p).

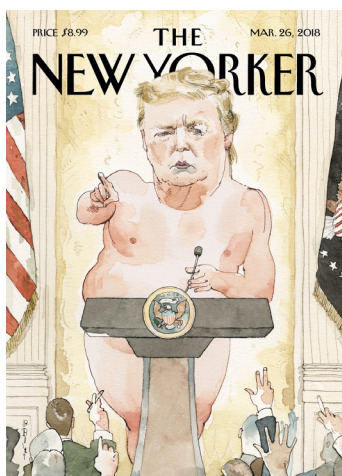


Fig. 9 — Capa da revista *New Yorker*, ilustrada por Barry Blitt, publicada em Março de 2018.

Scully menciona a performance de Donald Trump, Presidente dos Estados Unidos da América, por oferecer bastantes munições aos cartunistas no ano de 2017. “Alguns políticos são absolutos presentes — como Donald Trump, que é tão ridículo que quase torna a Sátira impossível” (Scully, 2018 : s/p). Ao finalizar um ano de presidência de Donald Trump o web site da CNN publica um artigo, *In 2017, Trump revived feminism, saved satire and reinvigorated journalism* (2017), escrito por Frida Ghitis, onde compara a sua presidência a uma “calamidade em câmara lenta” (Ghitis, 2017 : s/p). No entanto, realça que a mesma fez com que a América relembresse as suas prioridades. A autora declara que o jornalismo se encontra numa era áurea. Por Donald Trump questionar as notícias publicadas sobre o próprio, declarando guerra aos meios de comunicação, estes trabalham

com mais determinação que nunca. Jornais como o *The New York Times* e o *The Washington Post* viram as suas assinaturas subirem exponencialmente. O humor político passa pela sua melhor fase e muitos humoristas políticos consideram Trump uma *dádiva de Deus*. Programas de televisão como *Saturday Night Live* ou *The Late Show with Stephen Colbert* atingiram novos níveis de popularidade com as piadas relacionadas com Donald Trump (*Idem*).

—

Garry Trudeau, cartunista americano, no seu artigo *The abuse of Satire* (2015), afirma que “escrever Sátiras é um privilégio que nunca tomei de ânimo leve.” (Trudeau, 2015: s/p). Ele admite que a era digital permitiu que a licença dos cartunistas, comediantes e comentadores se estendesse e, por isso, não é fácil descobrir onde está a linha vermelha que delimita a Sátira. Porém deixa a questão: “Alguém se riu? Se não, talvez ultrapassaste essa linha” (*Idem*).

A actualidade marcada pelo desenvolvimento digital facultou uma panóplia de ferramentas que facilitam a disseminação de pensamentos, de opiniões e também dos Cartoons. Este acontecimento permitiu que muitos cartunistas deixassem de depender da publicação do seu Cartoon num jornal para serem reconhecidos. Porém, também facilitou a propagação de imagens mais susceptíveis à ofensa, que correm o risco de ultrapassar os limites da Sátira.

A versatilidade da Sátira é indiscutível e a sua presença na vida quotidiana incontornável, mesmo que não seja perceptível. O Cartoon, como meio de comunicação, consegue aliar informação, à imagem e à ironia. Esta é uma combinação infalível para captar a atenção do público. Como observamos neste capítulo, o Cartoon tem um poder desconhecido, que por vezes só é palpável depois do mesmo ser publicado.

A fácil propagação de informação, devido aos avanços tecnológicos, permitindo que muitos cartunistas consigam divulgar o seu trabalho que outrora seria censurado. Nesse mesmo sentido, ao haver uma maior liberdade na disseminação de conteúdo, perde-se a noção do limite do aceitável ou do correcto. No entanto, o cartunista é detentor da liberdade de escolher sobre o que trabalhar e como trabalha. Os jornais já não são detentores do poder decisivo sobre o que deve ou não ser publicado.

Nessa continuação de pensamento, desenvolvi o meu projecto com o intuito de apresentar uma publicação que combinasse a Sátira e o Cartoon com a ilustração, através de informação factual sobre a Corrupção em Portugal, de modo a salvaguardar a minha intervenção. Assim, propõe-se um novo objecto ao retratar alguns dos casos mais emblemáticos deste fenómeno em Portugal.

CAPÍTULO III

PROJECTO
PRÁTICO

3.1. CASOS DE ESTUDO

64

3.2. METODOLOGIAS

72

3.3. ANÁLISE DO PROJECTO PRÁTICO

76

3.4. ILUSTRAÇÕES

84

CASOS DE ESTUDO

O meu objecto prático, resultado deste relatório, é uma publicação que relata e ilustra os recentes casos de corrupção em Portugal. Após a investigação desenvolvida ao longo do primeiro e segundo capítulo, a próxima etapa foi definir uma linguagem e registo gráfico que reflectisse essa investigação e valorizasse as minhas motivações para este projecto. Para esse efeito, recorri a três casos de estudo, três trabalhos distintos de três diferentes artistas contemporâneos, que recorrem à ilustração para satirizar e ironizar, até mesmo, criticar e censurar. A sua análise ajudou-me a delinear factores importantes relativos à paleta cromática, à representação de personagens e ao estudo da composição de cada ilustração.

Tendo em consideração exemplos contemporâneos do Cartoon e da Sátira, em contexto nacional e internacional, baseei-me no trabalho gráfico pertencente a André da Loba, Edel Rodriguez e Noma Bar. Apesar de distintos, tanto em termos técnicos, conceptuais e formais, têm bastante similitude entre si e alicerçam decisões do meu projecto, nomeadamente na parte ilustrativa, como irei aprofundar mais à frente neste sub-capítulo.

ANDRÉ DA LOBA

André da Loba, artista e poeta relutante, como o mesmo afirma na sua página pessoal, nasceu em Aveiro em 1979. Começou por estudar Física na Universidade de Coimbra, mas voltou à cidade natal para se licenciar em Design. Após realizar uma pós-graduação em Barcelona, definiu que a *School of Visual Arts*, em Nova Iorque, seria a sua próxima paragem.

Actualmente, para além de ilustrador, também é professor. Leccionou cadeiras de Ilustração na *Parsons School of Design*, entre 2010 e 2014, em Nova Iorque; e na ESEC (Escola Superior de Educação), em Coimbra, na pós-graduação em Ilustração aplicada em Design.

Os seus clientes incluem grandes nomes internacionais como a *Time Magazine*, *The New Yorker*, *The Washington Post*, *Vanity Fair*, e o *The New York Times*, com quem trabalha regularmente desde 2009.

O início da colaboração com o *New York Times* surgiu ainda enquanto aluno. Leanne Shapton, directora de arte do jornal nessa época, visitou a sua escola

e pediu aos alunos para apresentarem os seus trabalhos. André da Loba captou a atenção da directora de arte com uma instalação semelhante a um estendal de bonecos, confessa o mesmo numa entrevista para o *Diário de Notícias* em 2012.

Em 2010 foi considerado um dos duzentos melhores ilustradores no Mundo pelo *Lurzer's Archive*. Em 2013 a *Society of Illustrators* atribuiu-lhe uma medalha de Ouro pelo trabalho de animação "Tuttodunpezzo", na categoria "Moving Image", que posteriormente se materializou em livro pelo editora italiana Topipittori. Neste mesmo ano foi premiado com outra medalha de ouro, pelo mesmo trabalho, pela revista norte-americana *3x3 Magazine*. No ano seguinte foi novamente distinguido pela *Society of Illustrators*, mas agora com o livro *Obscénica: Contos d'Escárnio & Textos Grotescos*.

André da Loba considera-se um animador, designer gráfico, escultor e educador, para além de ilustrador. Na entrevista ao DN, André descreve as suas ilustrações como "figuras simples reduzidas aos seus contornos" (Loba, 2012 : s/p cit in DN). Esta abordagem pode levar a enganos, mas mantém o seu carácter e postura provocativa, que já levou à rejeição de trabalhos.

Obscénica: Contos d'Escárnio & Textos Grotescos, publicado em 2014 pela Orfeu Negro, é a primeira parte da antologia intitulada *Obscénica: Textos Eróticos & Grotescos*. O livro reúne textos da poeta, dramaturga e romancista brasileira Hilda Hilst, referentes à sua fase erótica e satírica, publicados entre 1990 e 1992.



Fig. 10 — Ilustração de André da Loba para *Obscénica: Contos d'Escárnio & Textos Grotescos* (2014).

As composições bidimensionais ganham forma através de silhuetas distintas que vivem numa harmonia de cores gritantes e contrastantes. As formas são desconstruídas e reinventadas sem nos darmos conta, permitindo que a composição de cores se sobreponha à forma e ao conceito, e crie um padrão que nos cativa à primeira vista. O jogo cromático, entre as formas e as cores, é pensado ao pormenor, para que o foco de cada composição seja automaticamente captado.

A paleta cromática utilizada retira todo o preconceito associado ao erotismo, reinventando-o como um tópico lúdico. Esta utilização da cor, marcada pela sua diversidade, saturação e contraste, à semelhança de uma abordagem infantil, confere um sentido de diversão e entretenimento associado ao prazer.

O uso de formas representativas da natureza, como frutas, plantas e animais, concede uma certa delicadeza à composição, funcionando como uma camuflagem.

A forma fálica domina maior parte das composições através da discreta manipulação de objectos que já possuem semelhanças, conotativas e formais, com o órgão sexual masculino. O órgão sexual feminino é representado por diferentes tipos de frutas e flores, acentuando a sua diversidade. É uma ideia bastante defendida ao longo da obra.



Fig. 11 — Ilustração de André da Loba para *Obscénica: Contos d'Escárnio & Textos Grotescos* (2014).

Apesar das silhuetas generosas controlarem a composição, existem subtis pormenores feitos a linha ou mancha, especialmente usados na representação das plantas e flores. Em oposição, a forma humana é representada por formas menos detalhadas, reforçando novamente a elegância transmitida pela natureza e a sua proximidade com a essência da obra.

O preto é deixado de parte, com excepção da ilustração desenvolvida para a capa deste livro, sendo perceptível a distinção entre essa mesma e as restantes que se encontram ao longo da publicação. Ao utilizar a cor preta, é possível fazer uma conexão mais directa e objectiva ao erotismo e ao obsceno. Por isso somos surpreendidos pela inexistência dessa cor no seu interior, substituída por conjugações de cores vibrantes que sugerem uma experiência afrodisíaca, estimulando efeitos associados ao psicadelismo.

EDEL RODRIGUEZ

Edel Rodriguez nasceu em Havana, capital de Cuba, em 1971. Cresceu numa pequena quinta em El Gabriel, rodeado de campos de tabaco e canas de açúcar. Em 1980, juntamente com a sua família, rumou até aos Estados Unidos da América e instalaram-se em Miami. Foi em 1994 que Edel Rodriguez se licenciou, com menção honrosa, em Pintura no *Pratt Institute* em Brooklyn, Nova Iorque. Nos quatro anos seguintes, até 1998, concluiu o mestrado em Pintura no *Hunter College* em Manhattan, Nova Iorque.

Em meados de 2016, Rodriguez incendiou a internet com as ilustrações sobre Donald Trump, tornando-se agora ilustrador preeminente da era Trump. As suas ilustrações aparecem regularmente como capa de publicações como a revista *Time* ou a *Der Spiegel*.

Aos 26 anos Rodriguez ganhou um concurso para desenvolver uma capa para a revista *Time*, catapultando-o para director de arte da revista, onde trabalhou nas secções internacionais para o Canadá e a América Latina. Permaneceu nesse cargo até 2008, quando decidiu focar-se a tempo inteiro no seu trabalho como ilustrador.

O seu trabalho foi reconhecido pela *Society of Illustrators* em 2011, com uma medalha de prata na categoria de publicidade; e em 2012, com uma medalha de Ouro na categoria de livro. Em 2016, uma das suas infames capas sobre Donald Trump, intitulada “Total Meltdown” e publicada na revista *Time*, foi eleita a melhor capa do ano pela *American Society of Magazine Editors*. Nesse mesmo ano foi considerado uma das cinquenta pessoas mais criativas do ano pela *Advertising Age*.

A sua mudança para Miami introduziu-o à cultura pop americana e influenciou o seu trabalho como artista. No seu trabalho podemos observar a influência da estética da propaganda socialista da União Soviética, que marcou a primeira metade do séc. XX, bem como aspectos da vida citadina contemporânea, como o mesmo refere na sua página.

O artista afirma que se inspira ao contemplar o seu passado, rituais religiosos, política, memória e nostalgia. O seu trabalho figurativo é arrojado e reflecte sobre a identidade, o deslocamento cultural e a mortalidade.

É notório, e Edel Rodriguez já admitiu em várias entrevistas, que o seu propósito não é fazer uma caricatura de Donald Trump, mas sim focar-se na sua actuação enquanto Presidente dos Estados Unidos da América, nos seus momentos mais caricatos e insólitos, e nas suas decisões políticas mais controversas.



Fig. 12 — Ilustração de Edel Rodriguez para a capa da revista *Time* publicada a Agosto de 2016.

Edel Rodriguez criou uma nova personagem, um homem com a cara cor de laranja, cabelo curto de cor amarela, que mantém a boca aberta em todas as ilustrações. Esta personagem, Donald Trump pelos olhos de Edel Rodriguez, tornou-se um símbolo — um símbolo *Ad Hoc*. Este personagem foi criado arbitrariamente, mas a sua repetitiva utilização em combinação com especificidades da sua construção gráfica, provocou tal efeito positivo no seu público que o símbolo ganhou vida, uma conotação própria e uma associação imediata. Obstante o seu contexto, quando vemos esta personagem, ou este símbolo, associamos imediatamente a Donald Trump.

A expressão do desenho é levada ao limite da simplificação, deixando apenas os traços mais identitários. A intenção da criação de um símbolo é reforçada pela forma como as figuras interagem dentro da composição. As ilustrações funcionam a partir da justaposição e aglutinação de diferentes objectos, tendo como princípio comum o símbolo que representa Donald Trump. Esta técnica funciona como uma metamorfose do símbolo original e acrescentam outro significado à conotação inicial.



Fig. 13 — Ilustração de Edel Rodriguez para a capa da revista *Der Spiegel* publicada a Abril de 2017.

A paleta cromática é restrita, pois as ilustrações vivem através das cores que caracterizam Donald Trump. Quando são utilizadas outras cores, para além do laranja e amarelo, significa que houve um acrescento de informação. De modo a manter o seu registo, apoiado no limite da simplificação, a justaposição ou aglutinação de outras figuras, e a combinação de outras cores é também minimalista, indicando um pensamento construtivo meticuloso. No entanto, as cores utilizadas por Edel Rodriguez possuem um alto nível de saturação, permitindo que haja sempre um contraste marcado. Os polos cromáticos opostos, preto e branco, estão sempre presentes. Quando existe uma sobreposição entre esses polos, está muitas da vezes associada a momentos mais

negros e pesados, ou insólitos e hilariantes, respectivamente.

NOMA BAR

Noma Bar nasceu a 1973, em Israel, no seio de uma família de artistas, permitindo um contacto imediato com o mundo da arte. Ainda em Israel, Bar completou o serviço militar obrigatório e frequentou uma escola de artes em Jerusalém, onde estudou caligrafia tradicional e tipografia hebraica. Os seus professores, ex alunos da Bauhaus, instruíam um espírito de descoberta e criatividade que lhe permitiu explorar o potencial do espaço negativo, especialmente ao estudar tipografia, como o artista confessa em entrevista para o web site *It's Nice That* em 2017.

Bar tem uma atracção especial por caras e um talento extraordinário em desconstruí-las. Os seus cadernos de desenho são preenchidos por caras que observa durante as suas viagens. O artista revela que se diverte em desconstruir caras icónicas, pois pega nas expressões que mais as caracterizam e quebra o que as torna icónicas (Bar, 2017 : s/p cit. in *It's Nice That*).

O trabalho de Bar estende-se pela ilustração, alcançando a publicidade e a animação. Já trabalhou para o *The Guardian*, o *The New York Times*, o *Time Out*, o *The Observer*, entre outros; realizou campanhas para a *Google*, *Sony*, *Nike*, *Coca-Cola* e *Vodafone*; e ainda ilustrou capas de coleções de livros de Haruki Murakami e Don Delillo. O artista já publicou três livros em nome próprio: *Guess Who - The Many Faces of Noma Bar* em 2008, *Negative Space* em 2009 e *Bittersweet* em 2017, uma retrospectiva de carreira.

A lista de prémios e menções honrosas de Noma Bar é extensa, por isso, o seu reconhecimento a nível mundial é inevitável. Alcançou vários prémios pelo *D&AD Professional Awards*, incluindo o prémio *Yellow Pencil* em 2012.

Em 2016 ganhou duas medalhas de ouro, no prestigiado *Clio Awards*, pelo seu trabalho de animação e direcção de arte para a campanha do Hospital *New York Presbyterian*, onde destacava novos métodos para o tratamento de cancro. Mais recentemente, em 2017, ganhou um prémio de excelência, atribuído pela *Society for New Design*, pela capa do *The Guardian* sobre o Brexit.

As suas ilustrações, por viverem através da forma e da linha, adquirem uma semelhança muito forte e pouco usual. Em 2013, numa entrevista para o *The Guardian*, Bar compara o seu trabalho a um analgésico. Os editores tendem a procurar o artista quando têm em mãos tópicos mais obscuros. O seu registo ilustrativo, marcado por blocos de cor gritantes, relembra cartazes de cinema da época da arte deco ou da estética do construtivismo russo, combinando alusões a Alan Fletcher, Milton Glaser e Paul Rand (Bar, 2013 : s/p cit. in *The Guardian*).

Esta publicação, intitulada *Bittersweet*, foi publicada em 2017 pela Thames & Hudson e conta com textos de Michael Beirut. É a retrospectiva de carreira do artista mais recente, engloba trabalhos desde os tempos de estudante do ilustrador, desde 1990, até à actualidade. Este conjunto de trabalhos, que funciona como uma autobiografia visual, permite-nos compreender a evolução na definição do registo gráfico que o autor pratica.

A forma como Noma Bar comunica através das suas ilustrações revela uma perícia e inteligência pouco usual. Este minimalismo formal, que aparenta ser simples e superficial, resulta de uma desconstrução e apropriação de figuras, criando várias camadas que promovem um diálogo, ou interacção, entre si.

A intenção transmitida não é imediata, faz-nos indagar e reflectir enquanto nos perdemos nos pormenores de algo que parecia tão imediato, é nesse efeito que reside o poder da ilustração de Bar.

É no espaço negativo que Bar expande a sua técnica, promovendo um jogo entre o negativo e positivo, criando versões e narrativas diferentes, que dependem da perspectiva do leitor. O artista expressa-se intensamente através da metáfora visual, recorrendo à justaposição de figuras, manipulando escalas e proporções.



Fig. 14 — Ilustração de Noma Bar em *Bittersweet* (2017).

As ilustrações bidimensionais vivem num equilíbrio entre o orgânico e o geométrico, através de silhuetas dominantes e linhas que definem os pormenores essenciais. As composições gráficas surgem da desconstrução



Fig. 15 — Dupla página de *Bittersweet* (2017) com as capas da colecção de Haruki Murakami ilustradas por Noma Bar.

do conceito, adaptando figuras e objectos existentes que possuem uma conotação própria, a um novo paradigma. Essas conjugações, que funcionam como um puzzle, adquirem um novo significado. A ilustração é composta por elementos distintos que só na sua soma dá o todo — a verdadeira intenção.

Observando toda a sua obra, percebemos que o autor não é restritivo na paleta cromática. Contudo, em cada ilustração, ou trabalho que desenvolve, tende a utilizar o mínimo de cores possível, mantendo uma essência minimalista, em busca de uma harmonia de cores que garanta uma familiaridade. A preferência por cores fortes é evidente, de modo a promover um grande contraste entre formas, auxiliando-se sempre no poder de oposição entre o branco e o preto.

A forma como André da Loba utiliza as cores nas ilustrações do livro *Obscénica: Contos d'Escárnio & Textos Grotescos* assemelha-se a abordagem que apliquei no meu objecto prático. As cores puras, fortes e contrastantes conferem um sentido lúdico à temática trabalhada, alterando e ocultando a carga negativa que a temática da Corrupção acarreta.

Em termos de composição, houve uma tentativa de actuar pelo mesmo pensamento construtivo de Noma Bar, desconstruindo formas e utilizando os espaços brancos como parte integrante da composição. Estas técnicas, juntamente com a metáfora e a metamorfose, provocam um efeito de camuflagem, escondendo a verdadeira intenção, tal como as práticas de Corrupção necessitam de ser camufladas para perdurarem.

No trabalho desenvolvido por Edel Rodriguez, em específico as recentes capas referentes a Donald Trump, observamos que o artista, mesmo estando a criticar uma personalidade individual, nunca optou por fazer um retrato caricaturista. No meu projecto são referidas bastantes personalidades da vida política portuguesa, mas no entanto, seguindo a abordagem de Edel Rodriguez, optei por fazer um retrato baseado em factores e especificidades relacionadas com o caso em questão, sem trabalhar aspectos relacionados com a fisionomia.

METODOLOGIAS

DEFINIÇÃO DO TEMA E CONTEÚDO

Em conversa com o meu orientador, reflectindo sobre o trabalho desenvolvido anteriormente na disciplina da ilustração, em combinação com os meus interesses e objectivos projectados para este relatório de projecto, decidi focar-me na sátira política, mais especificamente em casos passados de corrupção política em Portugal. Iniciei este processo com a busca de um início temporal lógico que permitisse a continuação do projecto posteriormente à apresentação deste relatório. O facto do trabalho incidir em acontecimentos passados e não em situações que marcam a actualidade, como é o propósito do cartoon editorial, permitiu que houvesse muito mais informação para análise e, consequentemente, um melhor sustento das minhas decisões como ilustradora, pela forma como relatei os casos. Esta decisão também protegeu o meu trabalho, pois ao incidir sobre tópicos mais actuais podia correr o risco de difamação, já que a informação, apesar de detalhada, seria baseada em especulações sem passar pela apreciação da Justiça.

Este primeiro volume retrata os casos de corrupção mais mediáticos da primeira década do século XXI. Nesta primeira fase de investigação acumulei diferentes casos de corrupção, incluindo suspeitas de corrupção, e a escolha destes cinco casos baseou-se nas proporções mediáticas que alcançaram; na apreciação feita pelo Ministério Público, preferindo casos que tivessem resultado numa condenação; e, por final, no interesse gráfico que certos casos despertaram em mim. Todos os casos retratados resultaram numa acusação do Ministério Público e em seguinte num julgamento, à excepção do caso “Submarinos”, que após alguma hesitação, acabou por ser incluído devido à sua grandiosidade, por envolver entidades internacionais que acabaram por ser julgadas e condenadas no seu país. O caso “Apito Dourado” e “Saco Azul de Felgueiras” são casos de corrupção que marcaram incontestavelmente a sociedade portuguesa, pelo número de políticos e personalidades reconhecidas envolvidas, pela sua extensão e grande cobertura por parte dos meios de comunicação. O menos mediático, o caso “Homem da Mala”, foi escolhido pela capacidade de exploração da narrativa visual através da ilustração. As histórias caricatas que o envolviam foram a razão para a sua inclusão. O caso “Freeport”, também detentor de grande noticiabilidade, tornou-se mais reconhecido por envolver o nome de José Sócrates, no entanto nunca foi constituído arguido. Este projecto possibilita um esclarecimento e uma aproximação à veracidade dos acontecimentos, abrangendo não só as especulações iniciais, como também o seu desfecho. Como referido no primeiro capítulo, em relação à percepção da sociedade por

influência dos *media*, observamos que os mesmos tendem em focar-se no escândalo inicial, negligenciando a continuação e finalização do processo. Esta publicação é uma oportunidade de contradizer essa tendência e expor os factos à sociedade, informando devidamente sobre o desenlace destes casos.

INFLUÊNCIAS DA INVESTIGAÇÃO NO ARTEFACTO

Em paralelo à construção deste artefacto foi desenvolvida uma investigação intensiva na temática da Corrupção, da Sátira e do Cartoon, expostas nos capítulos 1 e 2, respectivamente. O capítulo 1, sobre corrupção, foi decisivo na construção do plano editorial deste artefacto, como iremos explicar mais à frente, acabando por influenciar não só o tipo de conteúdos incluídos, mas também a forma como eram descritos. O capítulo 2, sobre sátira e cartoon, ajudou-me a compreender a potencialidade do cartoon em sociedade e foi ferramenta essencial para perceber como composição gráfica deveria actuar como cartoon político, através da sátira, ironia e humor.

FONTES DE INFORMAÇÃO

Após definir os 5 casos de corrupção, centrei-me em recolher o máximo de informação para que no final fosse possível ter dados suficientes para apresentar conteúdo detalhado que sustentasse todas as minhas decisões como ilustradora. A ideia inicial seria recolher informação através dos comunicados de imprensa pelo Ministério Público e das atas concebidas após cada sessão do julgamento; no entanto a informação desse carácter é escassa e demasiado complexa. Por isso, redefini os meus locais de pesquisa, focando-me nos grandes meios de comunicação social nacional, impressa e digital, como o jornal *Público*, *Observador*, *Expresso*, *Jornal de Notícias* e *Diário de Notícias*. Com essa informação produzi uma cronologia organizada por ano e mês, desde a acção do suposto crime até à última decisão decretada pelo Tribunal, enfatizando os principais acontecimentos sucintamente. Para além da cronologia, a recolha de informação deu origem a uma contextualização e a uma percepção da personagem principal de cada caso, bem como os restantes envolvidos.

TRADUÇÃO DA INFORMAÇÃO EM COMPOSIÇÃO VISUAL

A desconstrução do caso em fases distintas, podendo demonstrar o desenrolar de todo o processo e não só o seu desfecho, foi imperativa no pensamento inicial das ilustrações. Ao detalhar esta sequência de eventos obtive uma panóplia de possibilidades de composições, a partir daí o caminho seguinte foi perceber o seguimento mais consistente possível e que valorizasse o meu trabalho. Antes de serem escolhidos, os momentos chave de cada caso foram testados por mim, em termos de composição, inclusão de referências externas, formas, proporções, cor, etc. Esta foi a fase mais morosa e menos consistente, marcada por vários avanços e recuos, para garantir que todas as ilustrações reflectissem a mesma linguagem e representassem um todo. Enquanto que algumas composições foram imediatas, muitas passaram por várias versões, alterações e ajustes até ao produto final. Apesar de ter sido a fase projectual mais exigente, foi também a mais estimulante e a que mais desfrutei concretizar.

DESIGN EDITORIAL E ACABAMENTOS

O artefacto editorial possui cinco capítulos, correspondentes aos cinco casos de corrupção trabalhados, e duas secções complementares, para além da introdução e das notas bibliográficas. Por ter várias hierarquias de informação sobre cada caso — ilustrações, contextualização, cronologia, crimes praticados e desfecho do processo — a primeira resolução foi definir o melhor encadeamento do conteúdo, para que houvesse uma conexão e sucessão lógica, mantendo o foco na ilustração sem sacrificar a informação secundária. Nessa linha de pensamento, esta última característica foi o mote para o desenvolvimento do design editorial do artefacto.

Para enaltecer a analogia que deu origem a este projecto, a comparação entre reis e corruptos, e o diálogo entre a veracidade e a história contada pelas ilustrações, procurei duas tipografias distintas, que resultassem em conjunto, e que funcionassem com o carácter editorial pretendido para este objecto.

Em termos de acabamentos o pensamento centrou-se na percepção inicial que eu queria que transparecer — no efeito provocado no público — que pretendia captar a combinação das essências das duas temáticas privilegiadas neste projecto, a corrupção e monarquia. Esta última fase foi bastante comprometida pelos recursos que eu tinha ao meu alcance. Procurou-se soluções que valorizassem o objecto, que replicassem as intenções do seu

interior, e reflectissem as minhas expectativas, sempre com o pensamento de apresentar um objecto físico realista e consciente das exigências de um artefacto desta natureza com o objectivo de chegar ao público.

ANÁLISE DO PROJECTO PRÁTICO



Fig. 16 — Capa do projecto
prático *O Reino de Portugal*
— *Estórias de Corrupção*.

ANALOGIA ENTRE REIS E CORRUPTOS

O Reino de Portugal — Estórias de Corrupção, o objecto prático resultante deste relatório de projecto, parte de uma analogia que compara o típico corrupto, com que nos debatemos hoje em dia, com os absolutos Reis de antigamente. O corrupto age pela sua própria lei, alcançando os seus objectivos por recorrer a esquemas ilegais que envolvem uma série de intervenientes complacentes em compactuar. Esta comparação por semelhança reside no facto de que nos tempos da monarquia a lei que sobrevivia era a do Rei, praticando

um poder absoluto. Este monopólio criado, para o efeito da corrupção, é bastante semelhante ao que existia antigamente derivado da delegação de poderes feita pelo Rei, permitindo que muitos burgueses tivessem de corromper vários intermediários para chegar às graças do Rei, como referido no início do primeiro capítulo. Esta aproximação aos tempos monárquicos não só funciona a favor da sátira como também dá ênfase à origem deste fenómeno, na criação do Estado Moderno, afastando a ideia de ser apenas uma consequência da era contemporânea. Os métodos poderiam ser outros, mas as vontades continuam as mesmas.

Ao longo do artefacto prático produzido é perceptível que as abordagens tomadas, desde micro a macro detalhes, assentam numa aproximação à era monárquica, como também num reflexo da essência fundamental da corrupção.

PLANEAMENTO EDITORIAL E CONSTRUÇÃO DE CAPÍTULOS

No desenvolvimento da investigação para a construção do primeiro capítulo, a propósito de uma contextualização do fenómeno da corrupção, deparei-me com certos aspectos e conclusões impactantes que ajudaram a definir o conteúdo editorial deste artefacto. Inicialmente projectado como

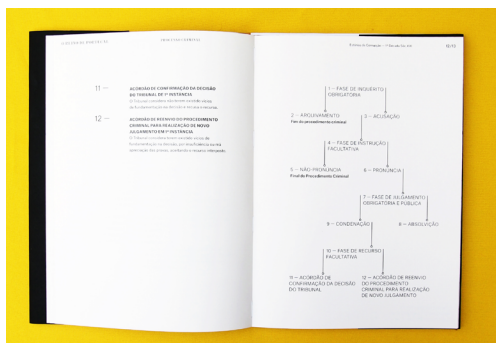


Fig. 17 — Esquema referente às fases do processo criminal português.

Fig. 18 — Índice do projecto prático *O Reino de Portugal — Estórias de Corrupção*.



Fig. 19 — Exemplo de separador de introdução de capítulo.

Fig. 20 — Exemplo da primeira dupla página de cada capítulo.

um artefacto essencialmente ilustrativo, em que o foco estaria estritamente centrado na tradução dos factos através da ilustração e do cartoon, passou a abranger conteúdos mais descritivos que permitem uma maior compreensão do fenómeno da corrupção. Isso acontece através da catalogação dos crimes associados ao acto da corrupção e de um esquema que sintetiza todos os passos do processo criminal português.

O artefacto divide-se em cinco capítulos. Para além de uma cronologia detalhada, por ano e mês, cada caso possui uma contextualização inicial, uma lista dos crimes cometidos pelos envolvidos no caso e esclarece sobre o seu desfecho, entre arquivamento, condenação ou absolvição. Por vezes cada caso envolve mais que um julgamento, podendo existir mais do que uma decisão final em cada caso.

O capítulo é introduzido pelo o nome que ficou reconhecido pelos meios de comunicação social, pela lista de crimes referentes às suspeitas levantadas pelo Ministério Público e pelo intervalo cronológico que indica o início do suposto crime até à última decisão tomada pelo Tribunal. A dupla página que se segue contém o desfecho do processo, se foi arquivado, ou se resultou numa absolvição ou condenação. Esta informação foi colocada no início do capítulo para não induzir no erro que todos os casos de corrupção trabalhados resultaram numa condenação. Apesar dessa informação estar explícita na cronologia, esta resolução permite uma resposta directa ao leitor sobre o desfecho do processo, não dando espaço para outras interpretações. Nesta mesma secção a personagem principal de cada caso é destacada, através da ilustração e de uma caracterização textual satírica. Em seguida existe uma contextualização baseada na informação recolhida de cada caso, estritamente descritiva e sem carácter opinativo, que retrata os principais contornos de cada caso, essencialmente a sua origem e aspectos mais peculiares. Cada caso possui duas ilustrações, de dupla página, que relatam a generalidade do caso, ou dois momentos chave distintos. As ilustrações

posicionam-se entre a contextualização e a cronologia. A cronologia, por ser mais detalhada, contudo, a parte mais exacta sobre os casos, foi colocada no



Fig. 21 — Exemplo da página referente à contextualização.
Fig. 22 — Exemplo de dupla página com a cronologia e legendas das ilustrações.

final do capítulo de modo a alicerçar a informação reflectida pelas ilustrações, sem se sobrepor às mesmas, tornando-se uma informação de consulta facultativa. As legendas de cada ilustração foram colocadas nesta mesma secção para facilitar uma melhor compreensão entre a intenção das ilustrações e os factos. O pensamento construtivo destes capítulos preocupou-se na apresentação da informação do macro para o micro, começando pelo conteúdo mais essencial e impactante, acabando na informação que requer mais atenção e compromisso pelo seu detalhe, garantindo que o leitor capte a informação fundamental logo de início. No mesmo sentido, esta progressão de informação estimula o interesse em ir até ao seu detalhe.

O objecto desenvolvido compreende a primeira década do séc. XXI e é o primeiro volume desta colecção, portanto cada capítulo irá relatar uma década. Os seguintes volumes irão manter a estrutura base apresentada neste primeiro, variando a cor utilizada na serigrafia em tecido feita para a capa do objecto, e as combinações cromáticas da sobre-capa que abraça o tecido.

ILUSTRAÇÕES

Este projecto apresenta dois tipos de ilustração distintos, as ilustrações referentes às personagens principais de cada caso, e as que relatam a história e os momentos chave de cada um. Apesar de partilharem a mesma linguagem visual foram desenvolvidas através de fundamentos diferentes. As personalidades ilustradas não pretendem ser caricaturas, apesar de algumas possuírem características de fisionomia semelhantes às quais se inspiram ou retratam. O objectivo do projecto é relatar os acontecimentos e não retratar os indivíduos envolvidos, seguindo a abordagem de Edel Rodriguez.

As ilustrações alusivas às personagens principais são ilustrações de uma única página e inserem-se numa forma oval, complementada por elementos gráficos que remetem às molduras de quadros trabalhados em ouro e incorporam o símbolo que representa este projecto, inspirado no primeiro Brasão representativo de Portugal. As figuras representadas assumem uma postura semelhante à representada na maioria dos retratos de Reis do século XVII e XVIII, época marcada pelo Barroco, onde os Reis eram pintados numa posição de 3/4, em termos de rotação do corpo e de exposição do corpo, e evidenciavam o seu poder através do seu traje.

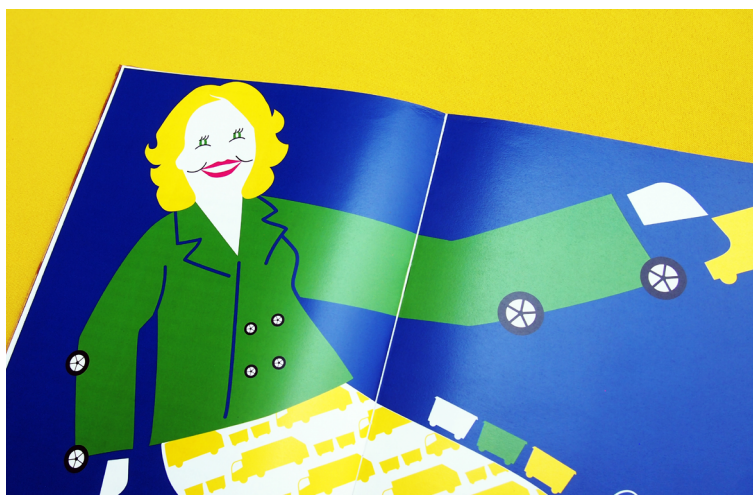
Fig. 23 — Pormenor da
ilustração “Toureiros de
Alcochete”.



Fig. 24 — Exemplo da
representação do brasão
no pormenor da ilustração
“Barões Alemães
Consórcio”.



Fig. 25 — Pormenor
da ilustração “Lixeira
Dourada”.



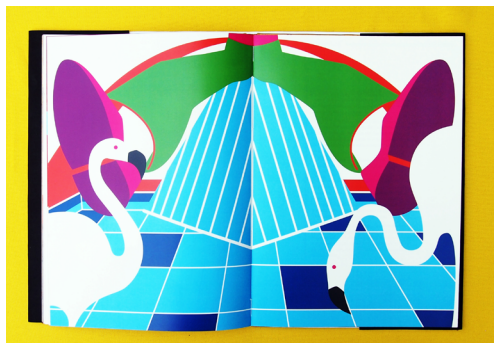


Fig. 26 — Ilustração
"Invasão Biológica".
Fig. 27 — Ilustração
"Quarteto Fuzileiro".



As ilustrações de dupla página, que relatam a história dos casos, foram projectadas para preencher todo o espaço da ilustração, de modo a que os espaços brancos, ou nulos, fizessem parte da composição, tal como observamos no trabalho de Noma Bar. Esta dupla utilização do espaço branco, como fundo e elemento formal da composição, por vezes oculta a sua intenção e não deixa ser perceptível de imediato, tal como a corrupção paira na sociedade, imperceptível à primeira vista. A metáfora visual é frequentemente utilizada, bem como o exagero e deformação de proporções; por vezes é utilizada a técnica de aglutinação de figuras ("A Lixeira Dourada") ou de justaposição ("Invasão Biológica"). Enquanto que algumas composições possuem apenas uma camada de informação visual ("Um Cabaz de Frutas"), outras fragmentam-se em causa e efeito ("Tu, Pinto da Costa"). Existem referências a fenómenos socioculturais ("Quarteto Fuzileiro") e a

acontecimentos que marcaram a história de Portugal ("Re-descobrimientos do Brasil"). Em algumas ilustrações são pequenos detalhes que revelam parte importante da história ("Os Toureiros de Alcochete"). Estas características serão aprofundadas mais à frente na descrição e análise individual de cada ilustração.

As formas utilizadas, que resultam de uma combinação entre o orgânico e o geométrico, são simplificadas enaltecendo o carácter bidimensional, em que a linha é utilizada para detalhes ou contornos essenciais. A paleta cromática caracterizada por cores fortes, de alto grau de saturação, promove o contraste entre as figuras. Tal como referido no trabalho de André da Loba, o uso de cores puras e saturadas altera a percepção da temática e retira a carga negativa associada à corrupção, aproximando-a mais da ironia e da sátira.

DESIGN EDITORIAL, TIPOGRAFIA E FORMATO

O Design Editorial deste objecto tem como objectivo ser o mais minimalista possível, para não retirar poder às ilustrações. Os textos encontram-se somente a preto, sendo que a cor é apenas utilizada nas ilustrações e nos separadores que introduzem cada caso. Existe uma primazia pelos espaços brancos para garantir a supremacia das ilustrações, mas também para que informação mais detalhada seja apreciada, pois ao estar mais aglomerada pode correr o risco de ser descartada. A utilização destes espaços brancos sugere um ritmo contínuo

que é quebrado quando surgem as ilustrações, conquistando a atenção do leitor. Nesse mesmo sentido, de valorizar a ilustração, optou-se por um formato de dupla página semelhante a um A3 (400 x 280 mm), para proporcionar o maior espaço de intervenção possível, fazendo sentido com o conteúdo textual exposto e sem comprometer a sua impressão, encadernação e custos.



Fig. 28 — Pormenor da tipografia "Solide Mirage".
Fig. 29 — Pormenor do contraste entre as tipografias utilizadas.

Foram utilizadas duas tipografias diferenciadas, ajustadas aos dois discursos proeminentes no objecto, a informação factual e a minha interpretação satírica. A tipografia escolhida para a parte factual, "Atlas Grotesk", é uma tipografia não serifada com uma série pesos que facilitaram a criação de hierarquias sem recorrer a diferentes tamanhos. Esta característica particular é valorizada nas secções relativas à cronologia. A sua forma estrutural realça o carácter burocrático da informação. Por contraste, a tipografia "Solide Mirage", caracterizada por serifas delicadas que exercem um grande contraste com o restante corpo, assumem um comportamento peculiar em letras como o "R", concedendo um sentido jocosos a toda a tipografia e, consequentemente, ao objecto gráfico. O seu desenho assemelha-se aos cunhos tipográficos usados antigamente, mas sua delicadeza, adquirida pelo grande contraste, em combinação com a peculiar característica das serifas, confere-lhe uma contemporaneidade.

COMPOSIÇÃO DA CAPA E SEUS ELEMENTOS

O Brasão assemelha-se ao primeiro brasão histórico associado ao Condado Portucalense, fundado em 1095. Acompanhado de uma coroa, no seu topo, permite uma melhor associação aos brasões que conhecemos na actualidade e enfatiza a personagem do Rei. A moldura em seu redor possui símbolos que fazem referência aos chapéus usados pelos bobos da corte. Eles tinham como principal função entreter e fazer rir a corte. Este elemento, para além de comparar o bobo da corte ao cartunista contemporâneo, remete à censura do cartunista, pois os bobos da corte teriam permissão de criticar e ridicularizar o Rei sem que houvesse represálias, contrariamente ao que pudemos constatar no capítulo anterior, quando reflectimos sobre as repercussões do Cartoon.



Fig. 30 — Demonstração do funcionamento das duas capas, enfatizando a serigrafia feita em tecido.
Fig. 31 — Pormenor da serigrafia.



Fig. 32 — Pormenor do miolo pintado a dourado.

ACABAMENTOS

Como já referimos anteriormente, a corrupção é um fenómeno que ocorre na opacidade e a falta de transparência das instituições corrobora com a quase inexistente percepção da dimensão real do problema. Inspirando-se nessa opacidade, a gramagem do papel utilizada neste artefacto possibilita uma transparência entre as ilustrações apresentadas. No entanto, em conjunto com a utilização da macha branca como parte integrante da composição gráfica, torna a composição menos perceptível e provoca um efeito de camuflagem das devidas intenções, tal como a prática da corrupção.

A encadernação foi feita em capa dura, envolvida num tecido dourado com uma serigrafia do desenho descrito anteriormente, na composição da capa. Por ser o primeiro volume da colecção decidi que a serigrafia devia ser a azul real. Como o seu nome indica, este tipo de azul é imediatamente associado à realeza e ainda corresponde à cor que compõe o primeiro brasão do Condado Portucalense, onde este desenho se inspirou. Esta capa, para além do desenho serigráfico, contém apenas a indicação do volume correspondente. Por essa razão existe uma segunda capa — uma sobre-capas — género de brochura que abraça a capa do objecto. Contém as restantes informações (título, subtítulo, autor, volume e ano) e possui o mesmo desenho da capa, mas com toda a paleta cromática utilizada ao longo das ilustrações. A cor do brasão continua em azul real, representando o volume a que corresponde. Isto significa que nos seguintes volumes, apesar da paleta cromática permanecer, as combinações utilizadas na sobre-capas serão diferentes, mas a cor do brasão, que indica o volume, será a mesma que a utilizada na serigrafia.

Para enfatizar a ideia de ostentação associada à monarquia, já explícita no uso do tecido dourado na encadernação da capa, a parte visível do miolo, quando o artefacto se encontra fechado, foi pintada a dourado.

Esta decisão de possuir uma segunda capa deve-se à fragilidade do tecido e da serigrafia, mantendo-os menos expostos ao desgaste. A capa feita em tecido, por apenas conter o desenho, quando não tiver a segunda capa a envolvê-la, torna-se num objecto misterioso como se o seu interior revelasse algo muito valioso e proibido. A sobre-capas, por ser feita num material menos precioso, em

combinação com o seu aspecto mais irónico conferido pela variação de cores utilizada, transmite uma sensação mais popular. Esta dicotomia entre a capa e a sobre-capa, entre a elite e o povo, remete para a problemática deste projecto. A corrupção não é só uma prática de elites e está cada vez mais intrínseca na sociedade em geral.

ILUSTRAÇÕES

As ilustrações desenvolvidas neste projecto afastam-se da linguagem gráfica habitualmente reconhecida como cartoon. Procuraram uma abordagem mais contemporânea e com mais recurso a meios tecnológicos digitais. Nessa busca, os casos de estudo apresentados anteriormente, foram peças fundamentais no resultado final que será apresentado a seguir.

Existem dois tipos de composição: as de página única, que retratam a personagem principal de cada caso e aparecerão em primeiro nos seguintes conjuntos de três ilustrações apresentados; as de dupla página, relativas aos momentos mais emblemáticos de cada caso, que compreendem as duas imagens seguintes.

CASO “SUBMARINOS”

Este caso de corrupção é referente ao negócio da compra de submarinos em que o Estado recebeu propostas de venda por parte de um consórcio francês e outro alemão. Apesar do consórcio francês apresentar uma proposta mais vantajosa para o Estado português, acabaram por negociar com o consórcio alemão.

Figura 33 — “Barões Alemães Consórcio”

A personagem principal deste caso é a empresa alemã, *German Submarine Consortium*, por vender submarinos com defeito, causando um enorme prejuízo ao Estado. Ela é representada pela figura de um barão, uma palavra de origem germânica, geralmente associada a alguém que detém a supremacia de algo. Essa referência é acentuada pelo uso do monóculo, do manto, do chapéu e do cachimbo, assemelhando-a à figura representativa do jogo “monopólio”, um jogo de tabuleiro em que o principal objectivo é enriquecer através da simulação de compra e venda de bens. O uniforme usado, com os suspensórios presos aos calções, remete aos trajes tradicionais alemães, enquanto que as cores utilizadas foram inspiradas na bandeira alemã, facilitando a sua associação. O pormenor da caneca de cerveja ajuda novamente nessa associação, pois a Alemanha é conhecida pela cerveja que produz.

Figura 34 — “De Encalhado, a Escolhido”

Esta ilustração relata o negócio entre o Estado português e os dois consórcios, francês e alemão. O desenho dos submarinos inspirou-se na emblemática capa do álbum dos Beatles, *Yellow Submarine*, ilustrada com um submarino amarelo que posteriormente se tornou um dos símbolos da banda inglesa.

Fig. 33 — Ilustração
“Barões Alemães
Consórcio”.



Fig. 34 — Ilustração “De
Encalhado, a Escolhido”.



Fig. 27 — Ilustração
“Quarteto Fuzileiro”.



O facto deste ser um símbolo amplamente reconhecido, permite que leitor associe imediatamente esta figura a um submarino. Os submarinos distinguem-se pela sua paleta cromática, ambas inspiradas na bandeira representativa do seu país. A mão que surge no canto superior direito da imagem, em direcção ao submarino francês, representa o Estado português e sugere um entendimento entre as partes, como se tudo apontasse para que o negócio se concretizasse com o consórcio francês. No entanto, no canto inferior direito, encontra-se o submarino alemão, encalhado e escondido por detrás das algas, a ser “pescado” por um anzol preso a uma maçaneta de uma porta entreaberta, que revela a sombra de uma pessoa — a orquestradora deste negócio — o Ministro da Defesa da altura, Paulo Portas. Esta composição, para além de dar a entender as excelentes condições da proposta apresentada pelo consórcio francês, revela as debilidades da proposta alemã e a pessoa por detrás dessa decisão, simbolizado pela sombra e a representação de uma porta, que se evidencia pela maçaneta e fechadura.

Figura 27 — “Quarteto Fuzileiro”

Aqui são representados os quatro intervenientes deste caso que se distinguem pela caracterização do seu vestuário e paleta cromática utilizada. O primeiro, Paulo Portas, veste as cores do seu partido, o azul e amarelo utilizados no logótipo do CDS-PP, que está presente no seu casaco através da sua repetição, criando um padrão. O segundo representa o grupo Espírito Santo que elaborou a proposta de negócio em conjunto com o consórcio alemão. Evidencia-se pela cor do seu fato, o verde utilizado no logótipo do antigo Banco Espírito Santo, que também é representado em pequena escala na meia. Em terceiro aparece o consórcio alemão representado pelas cores utilizadas na bandeira alemã, que em relação aos restantes, por ter sido o único condenado, aparece algemado e com a cara cabisbaixa. Por último temos a empresa que construiu os submarinos, a *Man Ferrostaal*, representada pelo funcionário com um uniforme que se distingue dos restantes e utiliza as cores do primeiro logótipo da empresa, uma representação do mesmo na manga, e um capacete protector, que mais uma vez reforça a diferença entre as entidades que participaram no negócio e a empresa que construiu os submarinos. A representação de um arpão e um tridente é referência aos dois submarinos, com o mesmo nome, vendidos a Portugal.

CASO “SACO AZUL”

Este caso de corrupção relata os supostos negócios ilícitos que levaram Maria Fátima Felgueiras, na altura Presidente da Câmara de Felgueiras, a ser acusada de Corrupção.

Figura 35 — “Rainha Dona Maria Fátima Felgueiras”

A grande personagem deste caso é Maria Fátima Felgueiras e pela grandiosidade que este caso alcançou, todos os momentos caricatos que proporcionou, como o da sua fuga para o Brasil, era inevitável não caracterizá-la como uma Rainha. Foi coroada com um saco de lixo comum azul, em vez da habitual coroa dourada, pois a sua grande parceira neste suposto caso de Corrupção foi uma empresa de resíduos industriais, a *Resin*, que fazia avultados donativos ao clube da cidade e em troca prestava serviços à Câmara de Felgueiras no mesmo valor. A Câmara fazia diversos contratos fictícios com diferentes empresas de recolha de resíduos para encobrir a saída de dinheiro, por esse motivo este caso ficou conhecido como o “saco azul”.

Figura 36 — “A Lixeira Dourada”

Este caso de Corrupção ficou reconhecido pelos supostos contratos fictícios com diversas empresas de recolha de resíduos. O dinheiro da câmara, que seria destinado a essas empresas era transferido para uma conta bancária para donativos da campanha eleitoral de Maria Fátima Felgueiras, mas que no entanto, era utilizada para usufruto próprio. O esquema montado pela presidente de Câmara tornou-a na rainha do lixo, pois enriqueceu à custa do mesmo. Maria Fátima Felgueiras assume grande parte desta composição, demonstrando o seu poder absoluto. As mangas do seu casaco transformam-se em carrinhas de recolha do lixo e as suas calças possuem um padrão que consiste na repetição dessas carrinhas e caixotes do lixo, simbolizando o controlo que tinha sobre essas empresas. Através do sorriso rasgado, a personagem apresenta uma grande satisfação pelo feito concretizado — a criação deste monopólio de empresas de recolha de resíduos para benefício próprio.

Figura 37 — “Re-descobrimientos do Brasil”

Ainda em fase de investigações, o tribunal decretou a suspensão do mandato de Maria Fátima Felgueiras como presidente da Câmara de Felgueiras e pediu prisão preventiva. Como possui dupla nacionalidade, portuguesa e brasileira, fugiu para o Brasil para evitar a sua detenção. Para simbolizar a mudança de Portugal para o Brasil foi colocada uma representação do Cristo Rei (Lisboa), do lado direito, e do Cristo Redentor (Rio de Janeiro), do lado esquerdo da composição. A sua direcção é perceptível pela diferente proporção das figuras.

Fig. 35 — Ilustração
“Rainha Dona Maria Fátima
Felgueiras”.



Fig. 36 — Ilustração “A
Lixeira Dourada”.



Fig. 37 — Ilustração
“Re-Descobrimientos
do Brasil”.



O Cristo Rei tem uma escala menor por estar longe e o Cristo Redentor assume grande parte da composição, por ser o local de chegada. A caravela representada, inspirada no monumento do Padrão dos Descobrimentos, possui as cores do símbolo da Câmara de Felgueiras, o amarelo e o roxo. Maria Fátima Felgueiras segura um coco com uma palhinha, uma bebida muito associada aos países tropicais, em especial ao Brasil, e possui um chapéu de aba larga, que lhe tapa parcialmente o rosto e não permite que seja reconhecida, remetendo novamente à sua fuga.

CASO “HOMEM DA MALA”

Este caso de corrupção envolve um ex-deputado do PSD, António Preto, que na altura terá pago quotas em atraso a militantes do seu partido, para que em troca recebesse o seu voto para ser eleito Presidente da Distrital de Lisboa. Apesar de ser o caso menos conhecido, conta momentos caricatos que o tornam inesquecível, como a falsificação da assinatura da mulher e o falso engessamento do braço para fugir à perícia da sua caligrafia.

Figura 38 — “Dom António I de Preto”

Nesta ilustração, António Preto é desenhado com uma mão de gancho, característica muito associada à representação de piratas, uma palavra que vem do termo “tentar assaltar”. A mão de gancho encontra-se sobre uma perna flectida, que se destaca por se assemelhar a uma perna feminina, pela sua forma mais curva e o uso de um sapato alto, remetendo ao facto de António Preto ter falsificado a assinatura da mulher para benefício próprio. Ele usa uma mão de gancho para que, sempre que necessário, possa substituir pela mão da sua mulher. Os seus olhos arregalados, com o símbolo do cifrão reflectido, remete à sua reacção ao ver o dinheiro que lhe foi entregue para pagar as quotas em atraso dos militantes do partido.

Figura 39 — “Empréstimo de Braço”

A ilustração contextualiza o momento em que António Preto recebe o dinheiro de dois empresários para pagar as quotas em dívida. Este episódio deu-se durante a noite, mas não passou despercebido, e isso evidencia-se pela representação dos candeeiros de rua acessos. António Preto estava a ser investigado pela polícia judiciária e acabou por ser apanhado em flagrante, por câmaras de segurança na rua, com uma mala suspeita. Foi assim que ficou conhecido pelo “homem da mala”. Mais uma vez, a ilustração remete ao acontecimento caricato da falsificação da assinatura da sua mulher, através da diferenciação de proporções entre o braço e mão com o restante corpo da

Fig. 38 — Ilustração
“Dom António I de Preto”.



Fig. 39 — Ilustração
“Empréstimo de Braço”.



Fig. 40 — Ilustração
“Escutas.Fm”.



personagem. Nesta ilustração este acontecimento foi exagerado, e por isso a figura possui mais elementos associados ao universo feminino, como os anéis de pedras, os sapatos altos, e a mala de senhora.

Figura 40 — “Escutas.Fm”

Após ter recebido uma grande mala cheia de dinheiro, nessa mesma noite António Preto contactou os empresários que lhe deram o dinheiro e confessou nunca ter visto tanto dinheiro na sua vida. Como já estava a ser investigado pela polícia judiciária, esta conversa acabou por ser gravada e confirmou o recebimento do dinheiro. A escuta é representada pela ligação entre a linha do telefone e a fita da cassete, e o pormenor dos botões do casaco, onde são representados símbolos utilizados nos equipamentos de gravação e reprodução de som, que indica que a conversa telefónica está a ser gravada. Esta gravação tornou-se viral, quando ouvida era notório a surpresa e o entusiasmo de António Preto, por isso, o mesmo é representado com os olhos arregalados e a língua de fora, para representar a mesma reacção transmitida pela gravação.

CASO “APITO DOURADO”

O caso “Apito Dourado” é o maior caso de corrupção até à data. Envolveu crimes como tráfico de influências, pagamento a árbitros em troca de favorecimento de equipas e manipulação da classificação dos mesmos. Um dos grandes intervenientes deste caso foi Valentim Loureiro, Presidente da Liga de Futebol na altura, e por isso é considerado a personagem deste capítulo.

Figura 41 — “Capitão Major Valentim Loureiro”

Valentim Loureiro é reconhecido pelo fervor que marca as suas intervenções políticas, bem como, pelo seu o movimento dos braços, representado na figura. Nesta ilustração ele veste umas luvas, que se assemelham às luvas utilizadas para apoiar as equipas, de cor azul, vermelha e amarela, que remetem às cores do símbolo da Câmara de Gondomar, município onde foi Presidente de Câmara. Este movimento de braços icónico foi utilizado quando Valentim Loureiro se candidatava à presidência do município. As suas calças possuem um padrão axadrezado que remete ao clube de futebol Boavista, presidido pelo seu filho João Loureiro na altura dos acontecimentos, que também esteve envolvido neste caso de Corrupção. A cor verde utilizada faz-nos associar imediatamente ao mundo do futebol, por se assemelhar à cor dos relvados dos campos de futebol.

Fig. 41 — Ilustração
"Capitão Major Valentim
Loureiro".



Fig. 42 — Ilustração
"Cabaz de Frutas".



Fig. 43 — Ilustração
"Tu, Pinto da Costa".



Figura 42 — “Um Cabaz de Frutas”

Nas investigações deste caso foram feitas escutas a muitos dos intervenientes, incluindo Pinto da Costa, presidente do Futebol Clube do Porto. Numa dessas escutas, que aconteceu antes de um jogo do seu clube, Pinto da Costa dizia que ofereceria um cabaz de frutas ao árbitro desse jogo, se em troca ele favorecesse a equipa durante a partida. Esse termo, “cabaz de frutas”, era referente a mulheres, por isso, nesta ilustração é representado um corpo de uma mulher manipulado pela forma de diversas frutas.

Figura 43 — “Tu, Pinto da Costa”

Na altura dos actos de Corrupção, Pinto da Costa namorava com Carolina Salgado. Quando este caso veio a público os dois já se encontravam separados e Carolina Salgado lançou um livro a contar a sua intimidade com o presidente do futebol clube do Porto, incluindo detalhes dessas actividades corruptas. Pinto da Costa, que já tinha absolvido, voltou a ser acusado de vários crimes por causa do conteúdo deste livro. Pinto da Costa aparece do lado esquerdo da ilustração, com a mão na cabeça demonstrando o seu desespero com a publicação deste livro que se encontra representada no lado direito da ilustração. A figura do dragão, em destaque nesta composição, remete ao futebol clube do Porto e facilita a associação de Pinto da Costa à figura do lado esquerdo. A partir da asa do dragão foi representado um livro entreaberto, evidenciado pelo desenho das suas páginas, que refere a relação íntima entre Pinto da Costa e Carolina Salgado descrita no livro e aponta a causa do aborrecimento de Pinto da Costa, a sua publicação.

CASO “FREEPORT”

O caso “Freeport” surgiu após a venda de terrenos pertencentes à zona de protecção do estuário de Tejo para a construção do centro comercial *Freeport*, em Alcochete. O estudo de impacto ambiental já tinha sido reprovado várias vezes, momentos antes das legislativas de 2002 esse estudo é aprovado e também é alterado os limites da zona protegida. Os principais intervenientes deste caso são a consultora *Smith & Pedro*, intermediária na compra dos terrenos, e o Ministério do Ambiente, que, supostamente, licenciou o projecto em troca de dinheiro.

Figura 44 — “Condes Smith & Pedro”

A consultora *Smith & Pedro* é representada pelos dois homens de fato presentes na ilustração. Ambos possuem óculos protectores e um deles tem

um machado na mão; estas características remetem à destruição da zona vegetativa protegida, no entanto, esta zona também era abrigo de diversas aves selvagens, o que significa que a esta destruição não só causou um impacto na zona vegetativa como também atingiu a fauna. Apesar da construção deste empreendimento não estar directamente associada à morte de espécies selvagens, o facto do machado estar coberto de sangue e a escorrer gotas, reforça o verdadeiro impacto ambiental deste negócio, que prejudicou espécies vegetais e animais.

Figura 45 — “Os Toureiros de Alcochete”

Alcochete, o local da construção do centro comercial, é conhecido pelo seu grande apreço à tauromaquia e a sua praça de touros é das mais importantes do país, por isso pareceu-me lógico fazer essa associação, remetendo imediatamente para Alcochete. A grande diferença reside no animal que é toureado, em vez do habitual touro existe uma ave, que representa todas as aves que estariam protegidas pela zona do estuário do Tejo e que com a construção deste empreendimento foram ameaçadas. O forçado desenhado representa todos os intervenientes que possibilitaram este negócio, contornando as leis, em especial o Ministério do ambiente, pois recebeu uma vantagem indevida para licenciar este projecto. Na altura deste negócio, o Ministro do Ambiente era José Sócrates, pertencente ao Partido Socialista, por isso o forçado possui uma rosa cor de rosa na boca, símbolo emblemático do partido.

Figura 26 — “Invasão Biológica”

Esta ilustração remete novamente à ocupação do espaço protegido para as aves selvagens por parte do Homem. A construção, pano de fundo da ilustração, é a réplica de um local existente no centro comercial *Freeport*. Esta representação apresenta uma das perspectivas mais conhecidas e utilizadas na promoção do *Freeport*, um lago com azulejos de diversos azuis com uma pirâmide envidraçada ao centro e um arco a passar por cima, assemelhando-se a um arco-íris. Esta imagem é um símbolo muito utilizado pelo *Freeport* e por isso torna a sua associação mais fácil. Os flamingos encontram-se dentro do lago, onde anteriormente seria o seu habitat natural e estão prestes a ser pisados por uma figura humana, que representa as entidades que aprovaram este projecto. Evidencia-se a parte do pé, pela sua dimensão, remetendo à pegada ecológica — o impacto causado pelas acções humanas — que esta construção causou no meio ambiente.

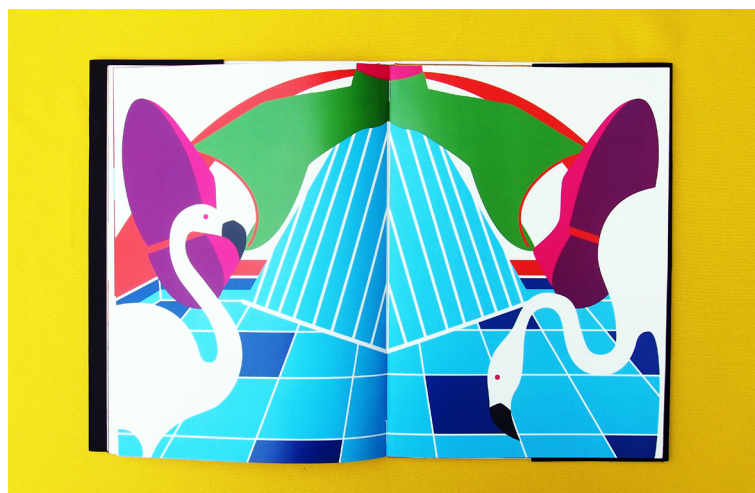
Fig. 44 – Ilustração
“Condes Smith & Pedro”.



Fig. 45 – Ilustração
“Toureiros de Alcochete”.



Fig. 26 – Ilustração
“Invasão Biológica”.



Ao longo deste relatório de projecto, *O Reino de Portugal — Estórias de Corrupção Segundo uma Perspectiva Contemporânea da Sátira Ilustrada*, abordamos três grandes matérias, a Corrupção, a Sátira e o Cartoon, que se demonstraram essenciais na materialização do projecto prático, assumido como um objecto gráfico que cruza e combina estes três universos. A sua principal função é informar, relatar e esclarecer, no entanto, vive na expectativa de provocar um efeito de transformação.

A informação consultada para este projecto baseou-se essencialmente em publicações actuais, permitindo uma exposição teórica mais real e precisa do paradigma actual, porém, houve uma recorrência lógica a conteúdo mais datado que continua a ser pertinente e referência para muitos dos estudos desenvolvidos no presente.

No primeiro capítulo, referente à temática da Corrupção, procurou-se explicar o fenómeno da corrupção de forma minuciosa: enfatizando as suas origens, desde os tempos monárquicos passando pela grande mutação no final do séc. XX; sublinhando a forma como é praticada, os comportamentos envolventes e como se tem vindo a propagar na sociedade, através de uma sucinta caracterização que permitiu categorizar este fenómeno; recorrendo à exposição da legislação referente aos crimes de corrupção, onde transportamos o discurso para termos legais, permitindo um relance da real descrição da prática dos crimes; por último, abordamos a dimensão percepcionada pela população portuguesa referindo estudos realizados à mesma e factores externos que influenciam essa percepção. Foi neste último ponto que se encontrou a principal lacuna que motiva e dá espaço a que um projecto deste carácter seja desenvolvido.

A dimensão dos crimes de corrupção reconhecidos pelo sistema judicial é apenas uma pequena porção da real dimensão. Uma das razões que influencia essa discrepância, entre a percepção e a realidade, é o facto de maior parte dos indivíduos aliciados para o pacto corrupto não denunciarem o acto às autoridades. Porém, a população portuguesa tem consciência que este é um fenómeno em constante crescimento em Portugal e associam-no maioritariamente a actividades políticas. A opinião formada pelos portugueses deriva da informação prestada pela comunicação social e, como referimos anteriormente, essa informação tende a ser facciosa — enfatiza a acção do agente passivo; raramente apresenta uma definição de acordo com o código penal; apenas uma pequena parte afirma que as suas informações provêm de instituições de justiça; e cinge-se a focar uma fase inicial, quando apenas existem especulações e não há acusação proferida, por vezes até descartando o desfecho do processo. Esta conjugação de factores não permite que a sociedade tenha uma percepção verídica dos crimes cometidos, bem como a

sua definição e acção jurídica consequente, dando origem a um sentimento de insatisfação para com as entidades jurídicas. No entanto, este projecto nunca procurou promover uma crítica ao sistema judicial, mas podemos assumir que o sistema é bastante moroso quando observamos o intervalo temporal desde a prática do crime até à decisão proferida pelo Tribunal de cada caso de corrupção trabalhado. Nesse sentido, é necessário informar a sociedade sobre o verdadeiro desfecho dos casos de corrupção, bem como todo o seu processo até tal, por isso nasce este projecto.

No início do segundo capítulo referimos que a imagem é essencial para uma compreensão do texto e transmissão da mensagem mais eficiente e assertiva, concluindo que a mesma funciona como um meio de comunicação. A imagem consegue alcançar uma nova dimensão e nesse espectro, onde o Cartoon se insere, ele é das formas mais complexas da comunicação visual, por informar, analisar e criticar. Os cartoons transcendem a ilustração e a fotografia por evocarem sentimentos e pensamentos que esses não conseguem transmitir. Eles tornaram-se potentes armas de influência no debate público, essencialmente atacando a acção política e demonstrando as suas repercussões sociais, na esperança de não só persuadir a sociedade mas também alcançar uma transformação política. O seu poder difere consoante a sua principal motivação — descritiva, humorística, de urgência, e destrutiva — e podemos classificá-lo analisando o seu conteúdo, a sua forma, e pela combinação destes dois factores. O Cartoon expressa-se através do humor, da ironia, da paródia, e principalmente da Sátira. Ela possui um efeito reflector, mas deformado, é um reflexo distorcido da realidade que ambiciona provocar uma reflexão na sociedade. A Sátira, que critica, censura, ironiza e ridiculariza, possui uma versatilidade espantosa, está presente não só em cartoons, como em filmes, peças de teatro, livros ou programas de televisão. É um conceito dependente, necessita de um alvo e de uma audiência para que a sua missão seja bem sucedida. Hoje em dia é cada vez mais fácil partilhar conteúdo devido à era digital em que vivemos, o que permitiu um prolongamento da licença dos satíricos — cartunistas, comediantes, comentadores, etc. O cartunista possui uma função na sociedade com cada vez mais responsabilidades, pois o seu trabalho consegue alcançar mais pessoas e a sua mensagem é cada vez mais valorizada.

Devido ao actual panorama tecnológico, este projecto ganha espaço e oportunidade de propagação, por não ser dependente de outrem para ser publicado, partilhado e alcançar o efeito ambicionado. A sua abordagem assenta na sátira humorística, pretendendo mostrar a necessidade de uma transformação, sem nunca agir de forma destrutiva. O tipo de Cartoon

produzido encaixa no âmbito do Cartoon político por todos os casos de corrupção serem consequentes de acção política. A perspectiva sobre os acontecimentos referentes a cada caso de corrupção é bastante diferente do que se tivessem sido abordados no momento imediato. Porém, continuam a emanar um carácter histórico, por descrever e ilustrar não só dos mais importantes casos de corrupção da primeira década do séc. XX, como dos momentos mais mediáticos da sociedade portuguesa.

As ilustrações produzidas apoiam-se nas capacidades da sátira. Elas exageram, ridicularizam e ironizam com o objectivo da crítica e censura. Apesar destes dois termos, crítica e censura, acarretarem conotações muito negativas, nunca foi minha intenção transmitir essa mesma ideia. As cores utilizadas são vibrantes e enérgicas e as suas combinações, marcadas pelo grande contraste, conferem ritmo à publicação. Esta forma de utilização concede um sentido lúdico e de entretenimento, mesmo trabalhando sobre um assunto tão sério e prejudicial como o da Corrupção. As composições ocupam a totalidade da folha, interagindo com os espaços brancos, que faz com que a nossa atenção disperse por camuflar as mensagens intencionadas, simbolizando a opacidade das actividades corruptas. Todas personalidades referenciadas nunca dependeram de uma fiel caricatura para sobressair, pois o foco sempre incidiu mais sobre os acontecimentos e não sobre quem os praticou, mas através de pequenos pormenores, que vão além da sua aparência, relativos ao seu modo de agir, ao seu papel na sociedade e a particularidades peculiares dos casos referentes, conseguem evidenciar-se e ser reconhecidas. Esta forma de pensamento só foi possível através da análise dos casos de estudo. Cada caso de estudo ajudou na sustentação de pontos muito específicos e distintos: as ilustrações de André da Loba para *Obscénica: Contos d'Escárnio & Textos Grotescos* demonstram como a paleta cromática pode alterar a conotação da temática trabalha; a obra gráfica de Noma Bar exemplifica como transmitir a mensagem através da utilização dos espaços negativos; e Edel Rodriguez conseguiu criar um símbolo gráfico, sem recorrer aos exageros da caricatura, que imediatamente é associado a Donald Trump.

Com esta investigação, em particular a que foi desenvolvida no primeiro capítulo, concluímos que a sociedade não possui uma percepção real da dimensão do fenómeno da Corrupção e que depende dos meios de comunicação social para ser informada. Os *media* são essenciais no combate à corrupção, por serem eles a ter o poder de influenciar a sociedade e mostrar que estes comportamentos são condenáveis. A Sátira e o Cartoon, estudados no segundo capítulo, demonstram ter bastante impacto na sociedade por serem reflexos distorcidos da realidade que destacam e criticam as más práticas da

sociedade. No actual paradigma pós-digital conseguiram reafirmar-se, não dependendo apenas dos meios convencionais, como os jornais, para poder propagar a sua mensagem e intenção.

As limitações ou dificuldades deste projecto foram mais notórias na materialização do projecto prático. Factores como o tipo de impressão, encadernação e acabamentos foram ajustados e influenciados pelos recursos que tinha ao meu alcance, dentro minha capacidade monetária. No entanto, as maquetes desenvolvidas vão de encontro com as minhas expectativas e ambições iniciais, tanto em termos de impressão e acabamentos, como reflecte e valoriza todo o meu trabalho desenvolvido ao longo deste projecto.

Durante este percurso, motivado pelo meu grande interesse na acção da esfera política, nomeadamente em Portugal, senti o desejo de transpor este projecto para além do contexto do mestrado, podendo invadir outros tipos de suporte (digitais e analógicos) e tenho como objectivo explorar essas possibilidades após a sua conclusão. Quanto ao objecto prático, como o subtítulo indica, este é o primeiro volume de uma colecção que pretende ser continuada, mantendo o intervalo temporal de uma década. O objecto prático poderá sofrer alterações em termos de linha editorial, mas irá manter a sua essência, relatar e ilustrar os casos de corrupção portuguesa mais mediáticos da década.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1

“Cartoon publicado na primeira página do jornal *World* a Novembro de 1884.”

Disponível em: <https://humorinamerica.wordpress.com/2015/01/29/the-1884-cartoon-campaign-of-walt-mcdougall/>

Figura 2

“Caricatura de Gian Lorenzo Bernini, (1610-80).”

Disponível em: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/381969>

Figura 3

“Capa da revista *Suddeutsche Zeitung Magazin*, por Nadine Redlich, publicada em Maio de 2018.”

Disponível em: <https://coverjunkie.com/favorites/ace-covers-2018/suddeutsche-germany-8/>

Figura 4

“Capa da revista *Der Spiegel*, por Edel Rodriguez, publicada em Fevereiro de 2017.”

Disponível em: <https://coverjunkie.com/cover-categories/controversial-covers/der-spiegel-germany-10/>

Figura 5

“Primeira aparição de *Zé Povinho*, símbolo representativo do povo português criado por Rafael Bordalo Pinheiro, em *Lanterna Mágica* (1875).”

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ze_povinho_lanterna_magica_1875.jpg

Figura 6

“Capa da revista *New Yorker*, ilustrada por Barry Blint, publicada em Julho de 2008.”

Disponível em: <https://coverjunkie.com/cover-categories/controversial-covers/the-obama-couple-satire/>

Figura 7

“Cartoon de André Carrilho, publicado no *Diário de Notícias* em Agosto de 2014, que se tornou reconhecido mundialmente.”

Disponível em: <https://www.noticiasao minuto.com/pais/291778/o-ebola-e-os-media-aos-olhos-de-um-portugues-ja-corre-o-mundo>

Figura 8

"Primeira página do jornal *Charlie Hebdo* publicada a Novembro de 2011."

Disponível em: <https://allthatsinteresting.com/charlie-hebdo>

Figura 9

"Capa da revista *New Yorker*, ilustrada por Barry Blint, publicada em Março de 2018."

Disponível em: <https://www.newyorker.com/culture/cover-story/cover-story-2018-03-26>

Figuras 10, 11

"Ilustrações de André da Loba para *Obscénica: Contos d'Escárnio & Textos Grotescos* (2014)."

Disponível em: <http://www.andredaloba.com/portfolio/obsценica-contos-eroticos-grotescos/>

Figura 12

"Ilustração de Edel Rodriguez para a capa da revista *Time* publicada a 22 de Agosto de 2016."

Disponível em: <https://www.digitalartsonline.co.uk/news/illustration/illustrator-edel-rodriguez-on-creating-those-famous-donald-trump-magazine-cover-artworks-for-der-spiegel-time/#9>

Figura 13

"Ilustração de Edel Rodriguez para a capa da revista *Der Spiegel* publicada a Abril de 2017."

Disponível em: <https://www.digitalartsonline.co.uk/news/illustration/illustrator-edel-rodriguez-on-creating-those-famous-donald-trump-magazine-cover-artworks-for-der-spiegel-time/#2>

Figura 14

"Ilustrações de Noma Bar em *Bittersweet* (2017)."

Disponível em: <https://www.dutchuncle.co.uk/noma-bar-bittersweet-soft-cover-book/>

Figura 15

Dupla página de *Bittersweet* (2017) com as capas da colecção de Haruki Murakami ilustradas por Noma Bar.

Disponível em: <https://www.dutchuncle.co.uk/noma-bar-bittersweet-soft-cover-book/>

Figura 16

"Capa do projecto prático *O Reino de Portugal — Estórias de Corrupção*."

Figura 17

"Esquema referente às fases do processo criminal português."

Figura 18

"Índice do projecto prático *O Reino de Portugal — Estórias de Corrupção*."

Figura 19

"Exemplo de separador de introdução de capítulo."

Figura 20

"Exemplo da primeira dupla página de cada capítulo."

Figura 21

"Exemplo da página referente à contextualização."

Figura 22

"Exemplo de dupla página com a cronologia e legendas das ilustrações."

Figura 23

"Pormenor da Ilustração 'Toureiros de Alcochete'."

Figura 24

"Exemplo da representação do brasão no pormenor da Ilustração 'Barões Alemães Consórcio'."

Figura 25

"Pormenor da Ilustração 'Lixeira Dourada'."

Figura 26

"Ilustração 'Invasão Biológica'."

Figura 27

"Ilustração 'Quarteto Fuzileiro'."

Figura 28

"Pormenor da tipografia 'Solide Mirage'."

Figura 29

"Pormenor do contraste entre as tipografias utilizadas."

Figura 30

"Demonstração do funcionamento das duas capas, enfatizando a serigrafia feita em tecido."

Figura 31

"Pormenor da serigrafia."

Figura 32

"Pormenor do miolo pintado a dourado."

Figura 33

"Ilustração 'Barões Alemães Consórcio'."

Figura 34

"Ilustração 'De Encalhado, a Escolhido'."

Figura 35

"Ilustração 'Rainha Dona Maria Fátima Felgueiras'."

Figura 36

"Ilustração 'A Lixeira Dourada'."

Figura 37

"Ilustração 'Re-Descobrimientos do Brasil'."

Figura 38

"Ilustração 'Dom António I de Preto'."

Figura 39

"Ilustração 'Empréstimo de Braço'."

Figura 40

"Ilustração 'Escutas.Fm'."

Figura 41

"Ilustração 'Capitão Major Valentim Loureiro'."

Figura 42

"Ilustração 'Cabaz de Frutas'."

Figura 43

"Ilustração 'Tu, Pinto da Costa'."

Figura 44

"Ilustração 'Condes Smith & Pedro'."

Figura 45

"Ilustração 'Toureiros de Alcochete'."

BIBLIOGRAFIA

Ames, W. (Sem Data). *Caricature and cartoon*.

Disponível em: <https://www.britannica.com/art/caricature-and-cartoon> [acedido a 3 de Julho de 2018].

Bush, L. (2013). *More than Words: Rhetorical Constructs in American Political Cartoons*. In *Studies in American Humor*, no. 27, (pp. 63-91).

Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23823980> [acedido a 18 de Junho de 2018].

Cavna, M. (2018, Maio 9). *Here's Why 2018 is a Huge Moment in the History of Political Cartoons*.

Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/comic-riffs/wp/2018/05/09/heres-why-2018-is-a-huge-moment-in-the-history-of-political-cartoons/?noredirect=on&utm_term=.3003909429c6 [acedido a 5 de Agosto de 2018].

Chen, K. W., Phiddian, R. & Stewart, R. (2017). *Towards a Discipline of Political Cartoon Studies: Mapping the Field*. In Davis, J. M. (ed.), *Satire and Politics*, (pp. 125-162).

Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321142810_Towards_a_Discipline_of_Political_Cartoon_Studies_Mapping_the_Field [acedido a 24 de julho de 2018].

Coelho, T. D. (2015, Maio 20). *Constituição e corrupção: (Re)pensar o Aforismo de Lord Acton*.

Disponível em: <https://observador.pt/opinioao/constituicao-e-corupcao-repensar-o-aforismo-de-lord-acton/> [acedido a 22 de Novembro de 2017].

Corrado, S. & Coelho, T. D. (2012). *Transparência, Monitorização, Responsabilização: Como Prevenir os Conflitos de Interesses*. In *Transparência e Integridade, Associação Cívica* (ed.), *Portugal, Policy Paper SNI #2: Conflitos de Interesses*.

Disponível em: <https://transparencia.pt/wp-content/uploads/2017/04/Como-prevenir-os-conflitos-de-interesse.pdf> [acedido a 29 de Novembro de 2017].

Della Porta, D. & Mény, Y. (1995). *Democracia e Corrupção na Europa*. Mem Martins: Inquérito.

Direcção-Geral da Política de Justiça. (Sem Data). *Sem Título*.

Disponível em: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/prevenir-e-combater-a-anexos/definicao-de-corupcao/> [acedido a 29 de Novembro de 2017].

Donnelly, L. (2015, Março 8). *Cartoonists and the Work of Healing*.

Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/03/09/opinion/cartoonists-and-the-work-of-healing.html> [acedido a 4 de Agosto de 2018].

Donnelly, L. (2017, Agosto 7). *Editorial Cartooning, Then and Now*.

Disponível em: <https://medium.com/@lizadonnelly/editorial-cartooning-then-and-now-6c06fb10f25a> [acedido a 5 de Agosto de 2018].

Dutch Uncle. (Sem Data). *Sem Título*.

Disponível em: <https://www.dutchuncle.co.uk/noma-bar/> [acedido a 14 de Agosto de 2018].

Eisner, W. (2008). *Graphic Storytelling and Visual Narrative, Principies and Pratiques from the Legendary Cartoonist*. Nova Iorque: W.W. Norton & Company, Inc.

Ghitis, F. (2017, Dezembro 19). *In 2017, Trump Revived Reminism, Saved Satire and Reinvigorated Journalism*.

Disponível em: <https://edition.cnn.com/2017/12/19/opinions/trumps-five-big-achievements-frida-opinion/index.html> [acedido a 7 de Agosto de 2018].

Gilmore, J. T. (2018). *Satire: The New Critical Idiom*. Abingdon: Routledge.

Ginman, M. & Ungern-Sternberg, S. V. (2002). *Brief Communication - Cartoons as information*. In *Journal of Information Science*, vol, 29, no.1, (pp. 69-77).

Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/016555150302900109> [acedido a 10 de Junho de 2018].

Harris, M. (2017, Novembro 21). *Political cartoons in 2017: Chris Riddell, Rebecca Hendin and Dave Brown on What it's Like to Create Satirical Art in a Digital World*.

Disponível em: <https://www.digitalartsonline.co.uk/features/illustration/political-cartoons-in-2017-chris-riddell-rebecca-hendin-dave-brown-on-what-its-like-create-satirical-art-in-digital-world/> [acedido a 4 de Agosto de 2018].

Loba, A. (Sem Data). *Sem Título*.

Disponível em: <http://www.andredaloba.com/bio/> [acedido a 14 de Agosto de 2018].

Lusa. (2014, Dezembro 2). *André da Loba: dos "Melhores entre os Melhores" nos EUA*.

Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/12/02/p3/noticia/andre-da-loba-dos-melhores-entre-os-melhores-nos-eua-1822156> [acedido a 14 de Agosto de 2017].

Maia, A. J. (2008). *A Questão da Corrupção em Portugal: Contributo para a sua Caracterização.*

Disponível em: http://www.cpc.tcontas.pt/documentos/outros/contributo_para_a_caracterizacao_da_corrupcao_em_portugal.pdf [acedido a 10 de Novembro de 2017].

Maia, A. J. (2011). *O Discurso Social sobre o Problema da Corrupção em Portugal.* In Observatório de Economia e Gestão de Fraude (ed.), *Working Papers, no.7.*

Disponível em: <https://obegef.pt/wordpress/wp-content/uploads/2011/04/wp007.pdf> [acedido a 21 de Novembro de 2017].

Maia, A. J. & Borges, H. (2014). 3. *Prevenir e Reprimir a Corrupção Política em Portugal – Evolução do Quadro Legal.* In I. F. Cunha & E. Serrano (eds.), *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: Sistemas Políticos, Sistemas Mediáticos e Enquadramentos Legais*, (pp. 72-123).

Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/286611096_Cobertura_Jornalistica_da_Corrupcao_Politica_Sistemas_Politicos_Sistemas_Mediaticos_e_Enquadramentos_Legais [acedido a 20 de Dezembro de 2017].

Manning, H. & Phiddian, R. (2004). *Censorship and the Political Cartoonist.*

Disponível em: <https://www.yumpu.com/en/document/view/34286860/censorship-and-the-political-cartoonist-the-university-of-adelaide> [acedido a 20 de Julho de 2018].

Manning, H. & Phiddian, R. (2004). *In Defence of the Political Cartoonists' Licence to Mock.* In *Australian Review of Public Affairs*, vol. 5, no.1, (pp. 25-42).

Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228812913_In_defence_of_the_political_cartoonists%27licence_to_mock [acedido a 7 de junho de 2018].

Ministério Público. (Sem Data). *Sem Título.*

Disponível em: <https://transparencia.pt/wp-content/uploads/2017/04/Como-prevenir-os-conflitos-de-interesse.pdf> [acedido a 29 de Novembro de 2017].

Morgado, M. J. & Vegar, J. (2003). *O Inimigo sem Rosto: Fraude e Corrupção em Portugal.* Lisboa: Dom Quixote.

Navasky, V. S. (2013). *The Art of Controversy.* Nova Iorque: Alfred A. Knopf.

Pritchard, O. (2017, Agosto 15). *"Always more!" – a Walk in the Woods with Noma Bar.*

Disponível em: <https://www.itsnicethat.com/features/noma-bar-bittersweet-graphic-design-art-150817> [acedido a 14 de Agosto de 2018].

Rodriguez, E. (Sem Data). *Sem Título.*

Disponível em: <http://edrl.com/> [acedido a 14 de Agosto de 2018].

Samson, L. (2018, Abril 26). *Edel Rodriguez on how the South African Protest Art Influenced his Work.*

Disponível em: <http://www.designindaba.com/articles/creative-work/edel-rodriguez-how-south-african-protest-art-influenced-his-work> [acedido a 14 de Agosto de 2018].

Santos, H. (2015). *O Cartoon como Crítica Social* (Tese de Mestrado, Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto).

Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/81899> [acedido a 12 de Junho de 2018].

Schuessler, J. (2015, Janeiro 9). *Charlie Hebdo Attack Chills Satirists and Prompts a Debate.*

Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/01/10/arts/an-attack-chills-satirists-and-prompts-debate.html> [acedido a 5 de Agosto de 2018].

Schwab, K. (2018, Janeiro 16). *Meet The Preeminent Illustrator of the Trump Era.*

Disponível em: <https://www.fastcompany.com/90157026/meet-the-preeminent-illustrator-of-the-trump-era> [acedido a 14 de Agosto de 2018].

Shillingsburg, M. J. (1983). *Reviewed Work: The Political Cartoon by Charles Press.* In *Studies in American Humor*, vol. 2, no.3, (pp 207-210). 1983.

Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42573174> [acedido a 16 de Junho de 2018].

Soares, A. (2012, Março 9). *André da Loba não Consegue Parar de Desenhar.*

Disponível em: <https://www.dn.pt/revistas/nm/interior/andre-da-loba-nao-consegue-parar-de-desenhar-2352058.html> [acedido a 14 de Agosto de 2018].

Sousa, L. (2016). *Corrupção.* Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Trudeau, G. (2015, Abril 11). *The Abuse of Satire.*

Disponível em: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2015/04/the-abuse-of-satire/390312/> [acedido a 5 de Agosto de 2018].

University of New England. (2018, Janeiro 30). *Underlining the Power of Political Cartoons.*

Disponível em: <https://www.une.edu.au/connect/news/2018/01/underlining-the-power-of-political-cartoons> [acedido a 6 de Agosto de 2018].

Wainwright, O. (2013, Novembro 11). *Noma Bar: 'My Work is a Painkiller'.*

Disponível em: <https://www.theguardian.com/artanddesign/2013/nov/11/noma-bar-portrait-artist> [acedido a 14 de Agosto de 2018].

BIBLIOGRAFIA

Walker, R. (2003). *Political Cartoons: Now you see them!*. In *Canadian Parliamentary Review*, vol. 26, no. 3, (pp. 16-21).

Disponível em: http://revparl.ca/26/1/26n1_03e_Walker.pdf [acedido a 5 de Junho de 2018].

ANEXOS

ANEXO A

114

ANEXO B

204

ANEXO C

206

ANEXO D

208

ANEXO A

O seguinte anexo compreende o ficheiro completo em PDF referente ao projecto prático resultante deste Relatório de Projecto, *O Reino de Portugal — Estórias de Corrupção*, Volume I — 1ª Década do Séc. XX.

ANA TEIXEIRA



O REINO DE PORTUGAL

ESTÓRIAS DE CORRUPÇÃO

VOL. I

TÍTULO
O REINO DE PORTUGAL
— ESTÓRIAS DE CORRUPÇÃO,
VOLUME I

AUTOR
ANA TEIXEIRA

EDITOR
ANA TEIXEIRA

ILUSTRAÇÕES
ANA TEIXEIRA

DESIGN E PAGINAÇÃO
ANA TEIXEIRA

CAPA
ANA TEIXEIRA

IMPRESSÃO DIGITAL
NORCÓPIA - CASULO
D'IMAGENS,LDA

IMPRESSÃO SERIGRÁFICA
DIANA FERNANDES

ACABAMENTO
CLÁUDIA QUEIRÓS

TIRAGEM
5 EXEMPLARES

1ª EDIÇÃO
AGOSTO 2018

O REINO DE PORTUGAL

— ESTÓRIAS
DE CORRUPÇÃO

VOLUME I

1ª Década Séc.XXI

PREFÁCIO	07
PROCESSO CRIMINAL	09

GLOSSÁRIO DE CRIMES	81
FONTES DE INFORMAÇÃO	85

SUBMARINOS

15

SACO AZUL

29

HOMEM
DA MALA

43

APITO
DOURADO

55

FREEPORT

69

PREFÁCIO

Esta obra, “O Reino de Portugal — Estórias de Corrupção”, narra e ilustra os casos de corrupção em Portugal que mais marcaram a sociedade portuguesa, pelo seu grande mediatismo nos meios de comunicação social.

Neste primeiro volume focamos os casos de corrupção que mais se distinguiram na primeira década do século XXI em Portugal, tal como: o caso dos “Submarinos”, o caso do “Saco Azul” de Felgueiras, o caso do “Homem da Mala”, o caso “Apito Dourado” e o caso “Freeport”.

Muitos destes casos saíram do holofote da comunicação social antes que a justiça tivesse feito a sua apreciação. Muitos foram absolvidos, outros arquivados, no entanto, nunca tecendo uma crítica à justiça portuguesa, a grande morosidade destes casos faz com que a sociedade portuguesa os esqueça.

PROCESSO CRIMINAL

Baseado num quadro apresentado por António João Maia e Hermenegildo Borges em “Prevenir e reprimir a corrupção política em Portugal – evolução do quadro legal” — um artigo presente no livro Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais (2014), coordenado por Isabel Ferin Cunha e Estrela Serrano — este quadro intitulado “As fases do percurso dos procedimentos criminais em Portugal” é bastante elucidativo das etapas, e consequente morosidade, que um processo pode levar até à sua conclusão.

1 —

FASE DE INQUÉRITO OBRIGATÓRIA

Secreta ou Pública, é dirigida pelo Ministério Público, coadjuvado pelos órgãos de polícia criminal. Visa a obtenção de indícios objectivos da ocorrência do crime e de quem possa ser o seu autor.

2 —

ARQUIVAMENTO

O ministério Público não obteve indícios suficientes para verificar o crime, ou quem possa ter sido o seu autor, ou autores.

Fim do procedimento criminal

3 —

ACUSAÇÃO

O Ministério Público obteve indícios suficientes da ocorrência do crime, e de quem possa ter sido o seu autores, ou autores.

4 —

FASE DE INSTRUÇÃO FACULTATIVA

Pode ser secreta ou pública, e é requerida pelo arguido ou arguidos acusados. Dirigida por um Juíz de Instrução, coadjuvado pelos órgãos de polícia criminal. Tem como objectivo avaliar a suficiência dos indícios apresentados pelo Ministério Público para a submissão do arguido a julgamento.

5 —

NÃO-PRONÚNCIA

O Juíz de Instrução considera que não se recolheram indícios suficientes para se comprovar a existência de crime, ou de que o arguido em questão tenha sido o seu autor.

Final do Procedimento Criminal

6 —

PRONÚNCIA

O Juíz de Instrução considera que se recolheram indícios suficientes para comprovar a ocorrência do crime, e que o arguido acusado tenha sido o seu autor.

7 —

FASE DE JULGAMENTO OBRIGATÓRIA E PÚBLICA

No Tribunal de 1ª Instância, sob a forma de sessões de audiência, as provas que sustentam a ocorrência de crime e acusação do arguido são apresentadas aos juízes que compõem o Tribunal.

8 —

ABSOLVIÇÃO

O Tribunal considera que a prova produzida não sustenta a ocorrência do crime, ou prova que o arguido tenha sido o seu autor.

9 —

CONDENAÇÃO

O Tribunal considera que as prova produzidas sustentam a ocorrência do crime, e que o arguido acusado foi o seu autor, sem margem de dúvidas.

10 —

FASE DE RECURSO FACULTATIVA

Após a decisão do Tribunal de 1ª Instância, o Ministério Público, o arguido ou o assistente, podem pedir recurso ao Tribunal de 2ª Instância, que inclui o Tribunal de Relação ou o Supremo Tribunal de Justiça.

11 —

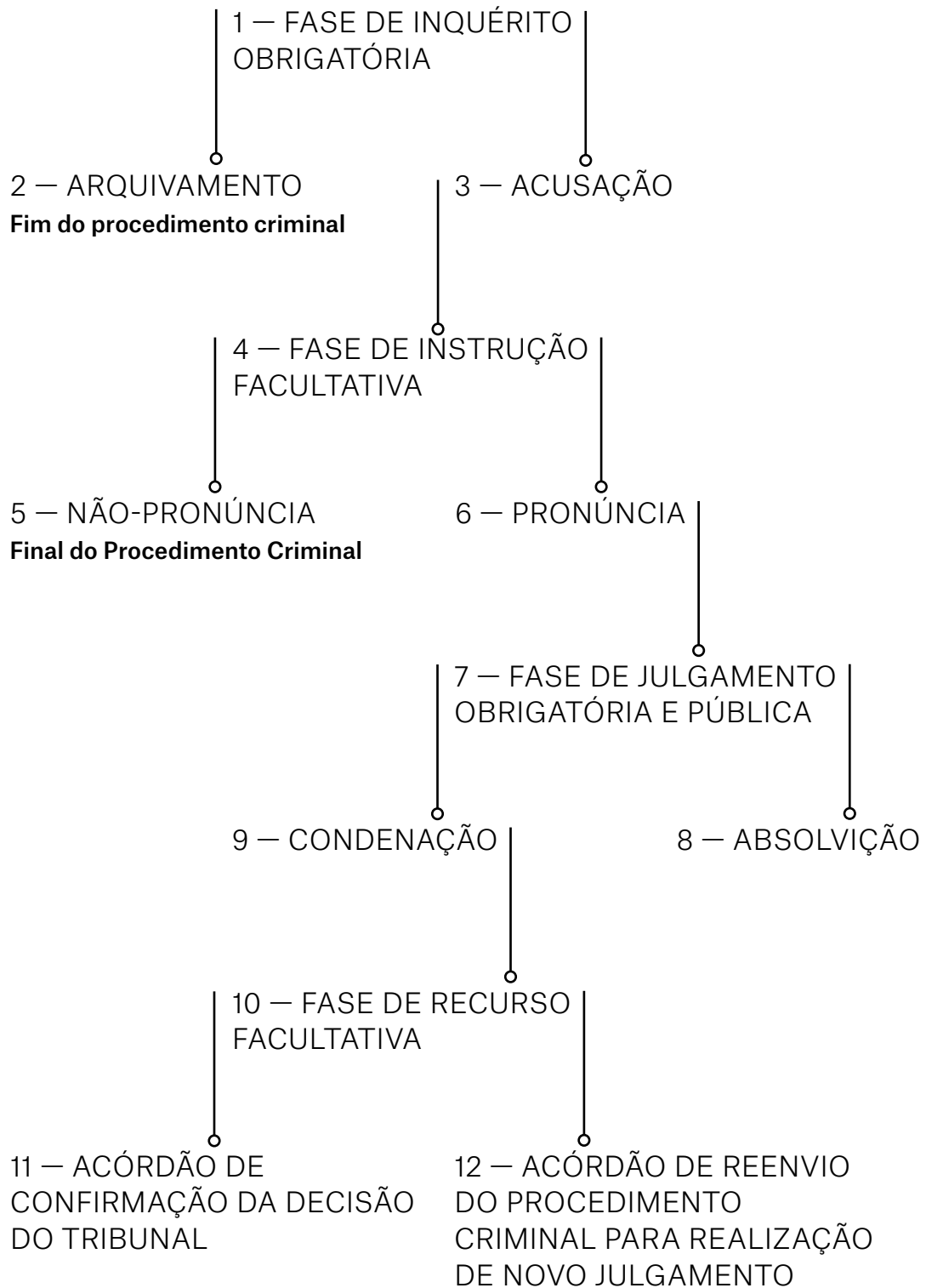
**ACÓRDÃO DE CONFIRMAÇÃO DA DECISÃO
DO TRIBUNAL DE 1ª INSTÂNCIA**

O Tribunal considera não terem existido vícios de fundamentação na decisão e recusa o recurso.

12 —

**ACÓRDÃO DE REENVIO DO PROCEDIMENTO
CRIMINAL PARA REALIZAÇÃO DE NOVO
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA**

O Tribunal considera terem existido vícios de fundamentação na decisão, por insuficiência ou má apreciação das provas, aceitando o recurso interposto.



SUBMARINOS

BRANQUEAMENTO
DE CAPITAIS;
CORRUPÇÃO ACTIVA;
TRÁFICO DE
INFLUÊNCIAS. *

1993 - 2014

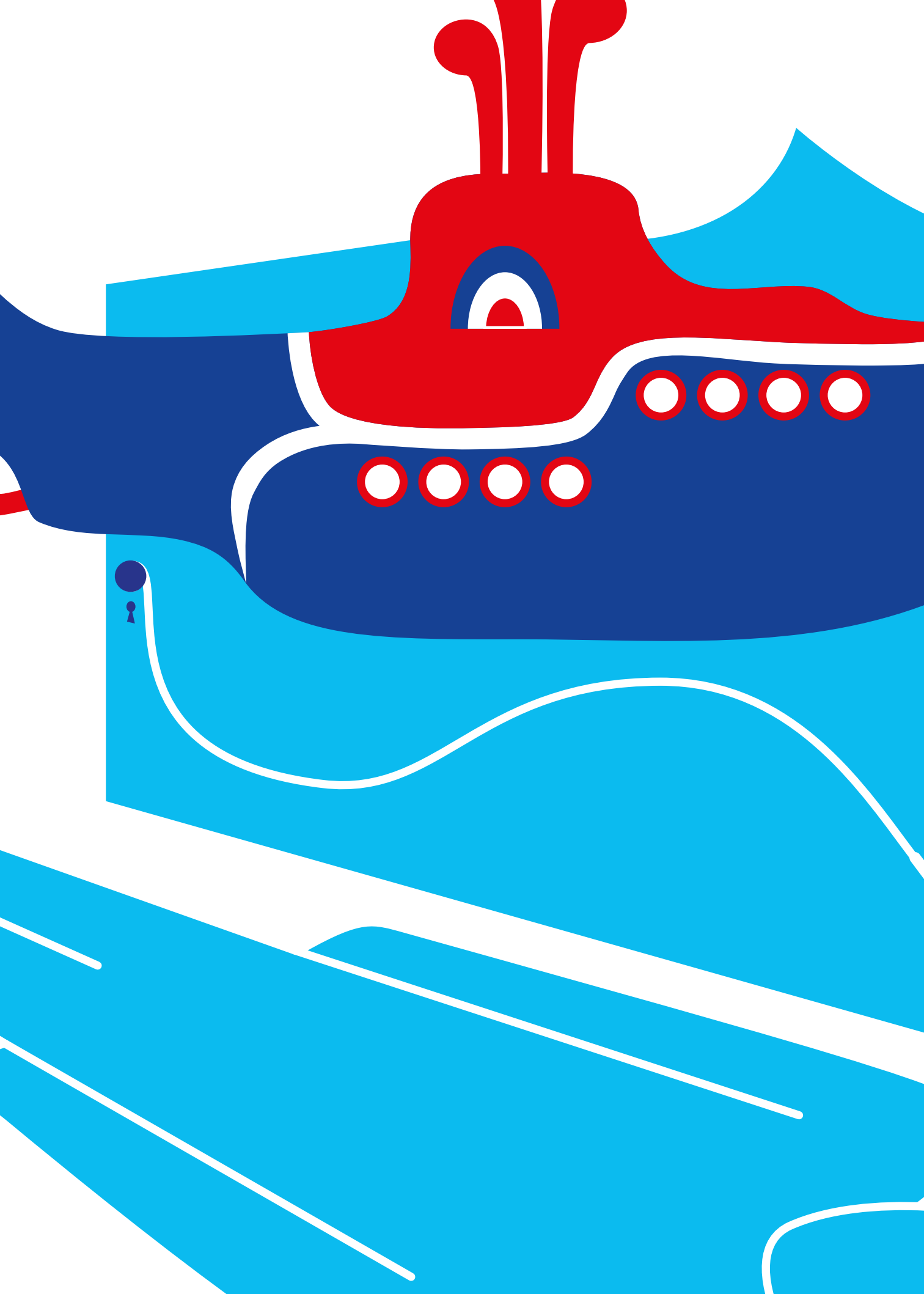
SENTENÇA
FINAL —
ARQUIVAMENTO

BARÕES ALEMÃES CONSÓRCIO

SUPLANTARAM A CARAVELA,
E TROUXERAM O GRANDE AVANÇO
TECNOLÓGICO PARA OS MEIOS
DE TRANSPORTE AQUÁTICOS.



Após decidirem investir na manutenção da capacidade submarina, o Estado português selecionou dois consórcios: os franceses da *Direction des Constructions Navales International* e os alemães da *German Submarine Consortium*, que anteriormente estabeleceram um contracto com a *Espírito Santo Commerce* para a elaborarem o plano de contrapartidas em conjunto. A proposta francesa apresentava uma melhor classificação, no entanto, o Ministro da Defesa da época, Paulo Portas, decide adjudicar o projecto aos Alemães. Entretanto, as autoridades alemães condenam ex-administradores da *Man Ferrostaal* (a responsável pela construção dos submarinos e pertencente ao grupo *German Submarine Consortium*) por distribuírem subornos a Portugal e Grécia para obterem encomendas. Os submarinos chegam a Portugal com defeitos, e o Estado português entra em conflito com a GSC devido ao incumprimento das contrapartidas estabelecidas. Até à data nunca chegaram a ser ressarcidos.









- 1993 **Agosto** — Prevê-se um investimento avultado na manutenção da capacidade submarina do país até 1997;
- 1996 **Julho** — Os Alemães da *German Submarine Consortium* e a *Espírito Santo Commerce* estabelecem um contrato para definir um modelo de financiamento e um programa de contrapartidas em conjunto para apresentar ao Estado português;
- 1999 **Setembro** — O Ministro da Defesa, Jaime Gama (PS), escolhe dois consórcios para a fase de negociações: os franceses da *Direction des Constructions Navales International* e os alemães da *German Submarine Consortium*;
- 2000 **Novembro** — Os candidatos apresentam as suas “Best and Final Offer” ao governo português;
- 2003 **Novembro** — O Ministro da Defesa, Paulo Portas (CDS), adjudica o projecto aos alemães da GSC, apesar de apresentarem uma classificação mais fraca que a proposta francesa quanto às contrapartidas; Após esta decisão o consórcio francês recorre ao Supremo Tribunal Administrativo e pede a anulação da decisão do Governo.
- 2004 **Abril** — Paulo Portas assina o contrato de compra dos submarinos com o consórcio Alemão.
Agosto — O Supremo Tribunal Administrativo chumba o recurso apresentado pelos franceses.
Dezembro — É depositado um milhão de euros numa conta bancária do CDS.

○ 2006 **Julho** — Enquanto investigações do processo “Portucale”, surgem suspeitas de corrupção relacionadas com a compra dos submarinos; É aberto um processo para investigação da compra.

○ 2009 **Setembro** — Durante a investigação surgem suspeitas de burla em relação às contrapartidas do negócio; O Ministério Público abre outro processo onde acusa 10 arguidos, incluindo responsáveis da *Man Ferrostaal*, de lesarem o Estado em mais de 33 milhões de euros.

○ 2010 **Março** — As autoridade alemãs detêm um administrador da *Man Ferrostaal* por suspeita de corrupção relacionada com a construção de submarinos para Portugal e Grécia; Um cônsul honorário de Portugal, Jürgen Adolff, também é envolvido no processo.

Agosto — O primeiro dos submarinos encomendados, “Tridente”, chega à base naval do Alfeite.

○ 2011 **Janeiro** — O submarino “Tridente” encontra-se em reparação por problemas de fabrico.

Abril — O submarino “Arpão” chega à base do Alfeite.

Dezembro — Dois ex-gestores da *Man Ferrostaal* admitem ter subornado entidades em Portugal e na Grécia com o objectivo de angariarem mais encomendas; Em Munique, estes são condenados a dois anos de prisão com pena suspensa e a uma elevada multa; A *Man Ferrostaal* é obrigada a pagar uma multa de 140 milhões de euros.

○ **2012 Outubro** — Após três anos de conflito, o Governo português e a *German Submarine Consortium* estabelecem um novo acordo sobre as contrapartidas; Apesar de muito abaixo do valor das contrapartidas, esse acordo nunca se chega a cumprir. **Novembro** — Dois anos após a pronúncia da acusação, é iniciado o julgamento relativo ao caso das contrapartidas.

○ **2013 Agosto** — São constituídos 4 arguidos no processo da compra dos submarinos, incluindo os administradores da *Espírito Santo Commerce*, acusados de suspeita de corrupção activa, tráfico de influências e branqueamento de capitais. **Novembro** — Ricardo Salgado, administrador do Banco Espírito Santo na época, confessa que parte da sua família recebeu 5 dos 30 milhões de euros pagos pela *German Submarine Consortium* ao *Espírito Santo Commerce*.

○ **2014 Fevereiro** — Os 10 arguidos do processo relativo às contrapartidas são absolvidos em primeira instância. **Março** — O ex-cônsul honorário de Portugal em Munique, Jürgen Adolff, é condenado a dois anos de prisão com pena suspensa por corrupção. **Abril** — Paulo Portas é ouvido como testemunha na investigação do processo da compra dos submarinos. **Dezembro** — O Departamento Central de Investigação e Acção Penal decide arquivar o processo, sem deduzir uma acusação que levasse a julgamento, por não ter indícios suficientes que sustentassem uma acusação e por alguns dos crimes já terem prescrito até à data.

p. 20/21

“DE ENCALHADO, A ESCOLHIDO”

Apesar do submarino francês apresentar melhores condições, o encalhado submarino alemão foi o escolhido pelo Ministro da Defesa da Época.

p. 22/23

“QUARTETO FUZILEIRO”

CDS, BES, o Consórcio Alemão e a empresa que construiu os submarinos danificados, Arpão e Tridente, são os intervenientes deste caso de corrupção que fuzilou o Estado português.

SACO AZUL

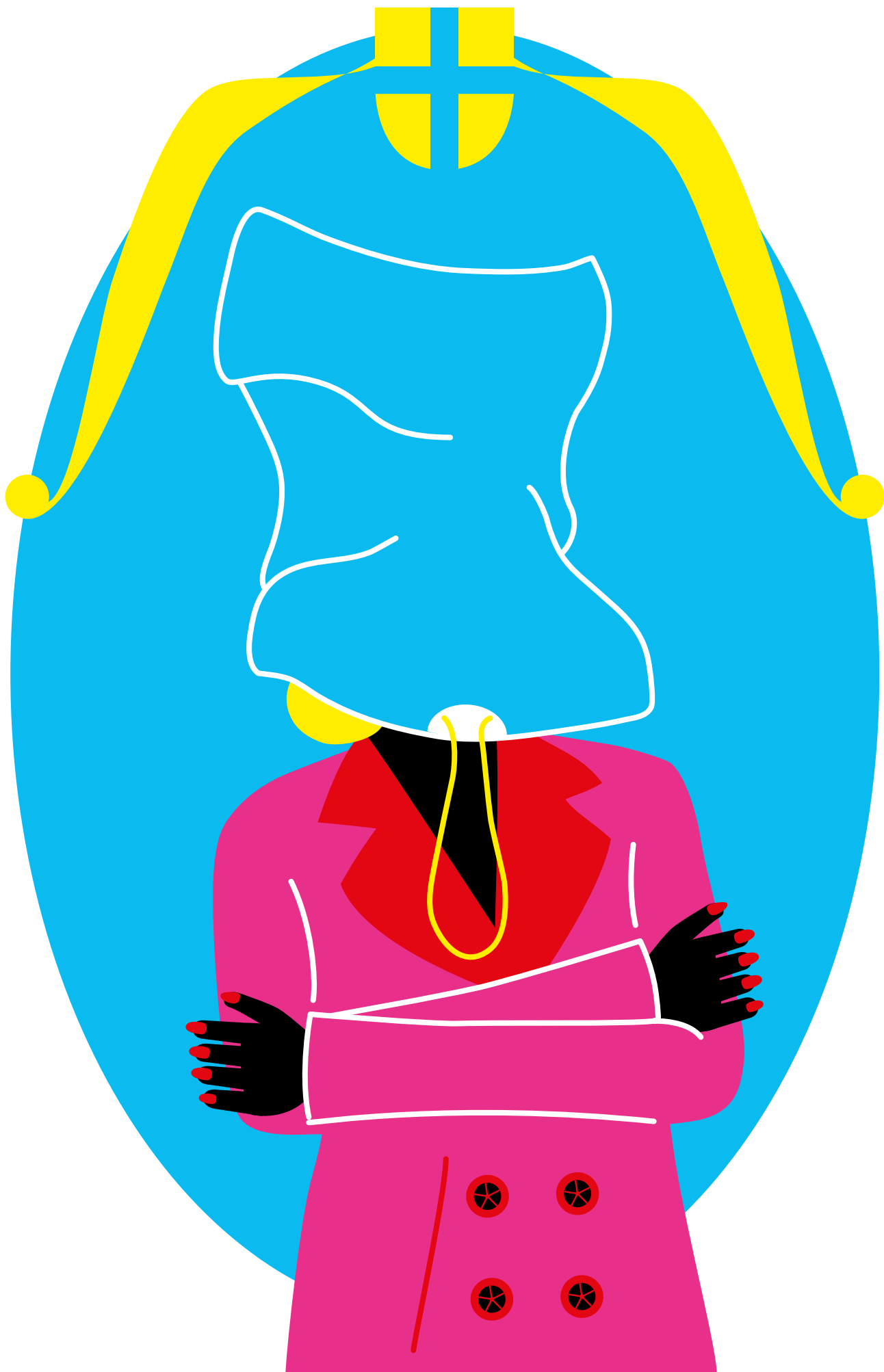
ABUSO DE PODER;
CORRUPÇÃO PASSIVA
PARA ACTO ILÍCITO;
PARTICIPAÇÃO
ECONÓMICA
EM NEGÓCIO;
PECULATO;
PECULATO DE USO;
PREVARICAÇÃO. *

1999 - 2012

SENTENÇA
FINAL —
ABSOLVIÇÃO

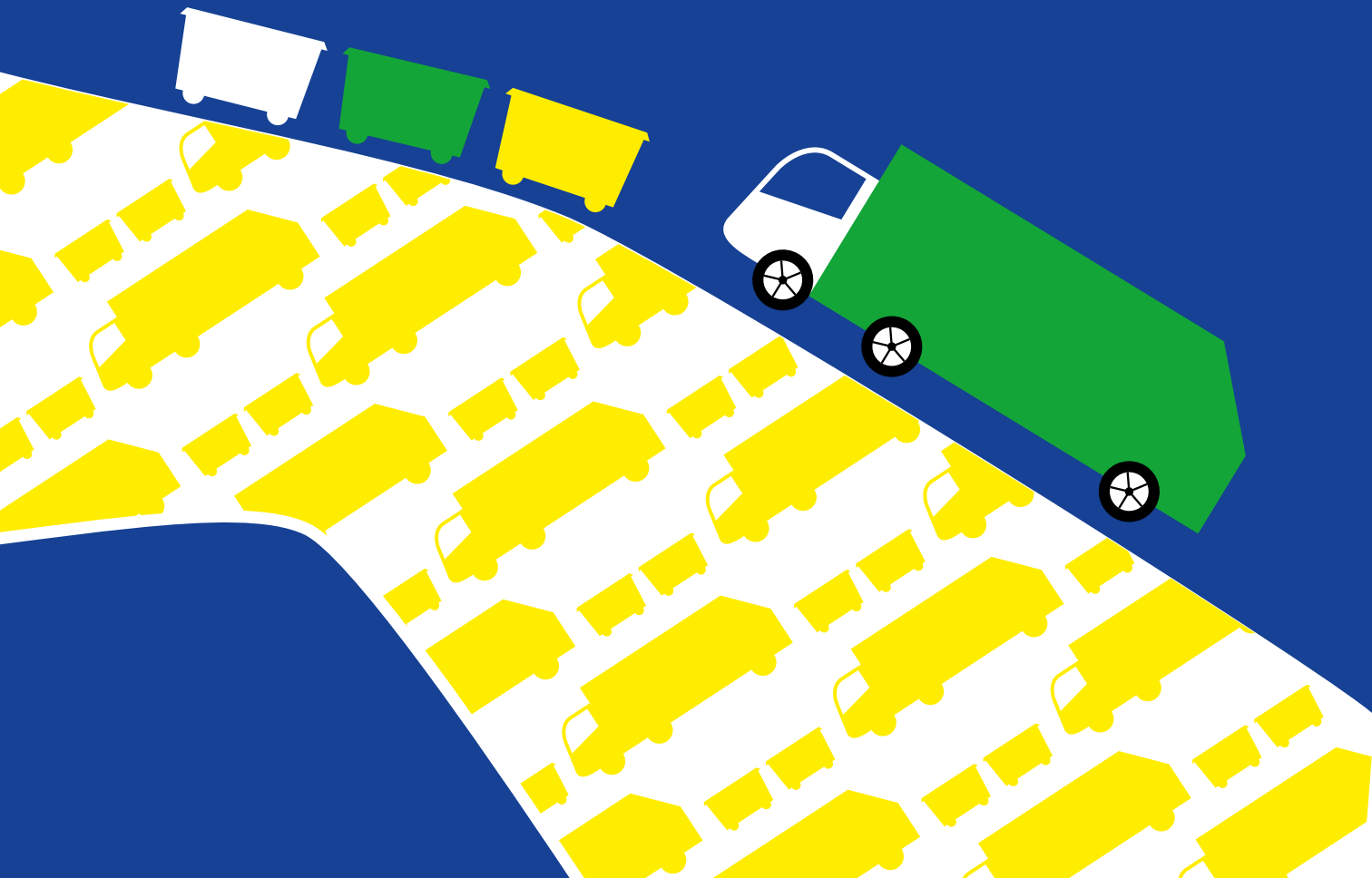
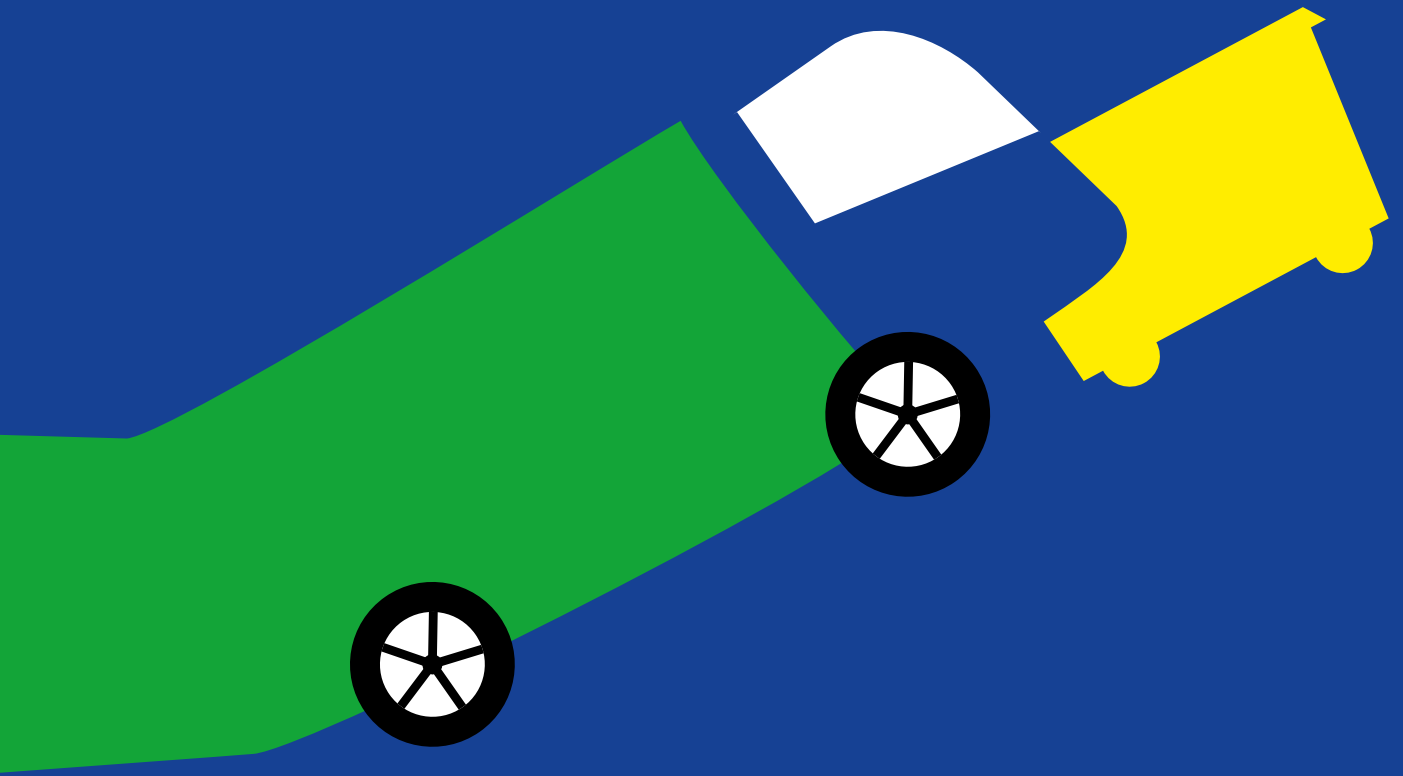
RAINHA
DONA MARIA
FÁTIMA
FELGUEIRAS

RAINHA NUNCA ESQUECIDA PELAS
SUAS INTERVENÇÕES INOVADORAS
NA RECOLHA DE LIXO DA CIDADE.



Maria Fátima Felgueiras, presidente da Câmara de Felgueiras entre 1997 e 2001, e deputada pelo PS, foi acusada de corrupção e financiamento ilegal, a seu benefício e para outros, através de irregularidades cometidas como presidente de câmara. Estes supostos negócios ilícitos envolviam uma série de contratos fictícios com várias empresas de recolha de resíduos, encobrindo a saída de dinheiro da Câmara que iriam para a uma conta bancária aberta para doações da campanha de eleitoral, mas que entretanto foi usada para comprar bens próprios e ajudar o clube da cidade. Outro grande interveniente terá sido a empresa de resíduos industriais *Resin*, que fazia grandes donativos ao clube, em troca de serviços prestados à câmara no mesmo valor. Apesar da reprovação do Partido Socialista, Fátima Felgueiras nunca deixou de contar com o apoio dos cidadãos da sua autarquia. Em 2005, no auge do escândalo político, foi reeleita presidente da Câmara de Felgueiras, como independente.









- 1999 **Dezembro** — É enviada uma carta anónima ao Procurador Geral da República a denunciar irregularidades cometidas na Câmara de Felgueiras.
- 2000 **Janeiro** — Inicia-se a investigação pelo Departamento de Investigação Criminal de Braga da Polícia Judiciária;
- 2003 **Janeiro** — Fátima Felgueiras é detida pela polícia judiciária para ser ouvida no tribunal local pelo Ministério Público e por um juiz de instrução da comarca de Guimarães; O Tribunal decreta suspensão de mandato até conclusão do inquérito. **Maio** — O Tribunal da Relação de Guimarães pede prisão preventiva como medida de coação, após recurso do Ministério Público; Fátima Felgueiras foge para o Brasil, por possuir dupla nacionalidade, e a Procuradoria Geral da República procede ao pedido de extradição.
- 2004 **Abril** — O Ministério Público formula a acusação de Fátima Felgueiras onde é indicada por 28 crimes, entre os quais: 11 de corrupção passiva para acto ilícito, 5 de participação económica em negócio, 4 de abuso de poderes, 3 de prevaricação e 5 de peculato.
- 2005 **Março** — O Tribunal de Instrução de Guimarães acusa Fátima Felgueiras de 23 crimes.
Setembro — Fátima Felgueiras regressa a Portugal e anuncia a sua candidatura à Câmara Municipal de Felgueiras como independente, através do movimento “Sempre Presente”. **Outubro** — É novamente eleita presidente do município de Felgueiras.

- 2006 **Novembro** — Fátima Felgueiras é acusada pelo Ministério Público de 14 crimes, que incluem crimes de participação económica em negócio e de abuso de poder, relacionados com alegados desvios de verbas da autarquia para benefício do Futebol Clube de Felgueiras.
- 2007 **Fevereiro** — Arranca o julgamento relacionado com o processo “saco azul”. **Julho** — O Tribunal de Instrução de Guimarães arquiva 6 dos 14 crimes que Fátima Felgueiras foi acusada relativamente aos alegados desvios para o Futebol Clube de Felgueiras.
- 2008 **Novembro** — O Tribunal de Felgueiras condena Fátima Felgueiras a 3 anos e 3 meses de prisão com pena suspensa, confirmando 3 crimes, após ter sido julgada por 11; Semanas depois, Fátima Felgueiras regressa a tribunal para ser julgada pelos alegados desvios para o Futebol Clube de Felgueiras.
- 2009 **Julho** — Tribunal de Felgueiras absolve Fátima Felgueiras dos 8 crimes que era acusada no processo relacionado com o Futebol Clube de Felgueiras.
- 2011 **Março** — Após recurso do Ministério Público, o Tribunal da Relação de Guimarães confirma a decisão de absolvição decretada pelo Tribunal de Felgueiras; Entretanto, dois dos crimes do processo “saco azul” prescrevem. **Julho** — Fátima Felgueiras é absolvida pelo Tribunal de Felgueiras no último crime que era acusada;
- 2012 **Maior** — O Tribunal da Relação de Guimarães confirma a absolvição de Fátima Felgueiras.

p. 34/35

“A LIXEIRA DOURADA”

Ao fazer contractos fictícios com várias empresas de recolha de resíduos da zona, Fátima Felgueiras tornou-se a magnata do lixo.

p. 36/37

“RE-DESCOBRIMENTOS DO BRASIL”

Para fugir à lei, e não querendo perder a dignidade, Fátima Felgueiras navega até ao Brasil, país onde nasceu.

HOMEM DA MALA

FALSIFICAÇÃO DE
DOCUMENTOS;
FRAUDE FISCAL
QUALIFICADA. *

2002 - 2016

O REINO DE PORTUGAL

HOMEM DA MALA

SENTENÇA
FINAL —
ABSOLVIÇÃO

DOM ANTÔNIO I DE PRETO

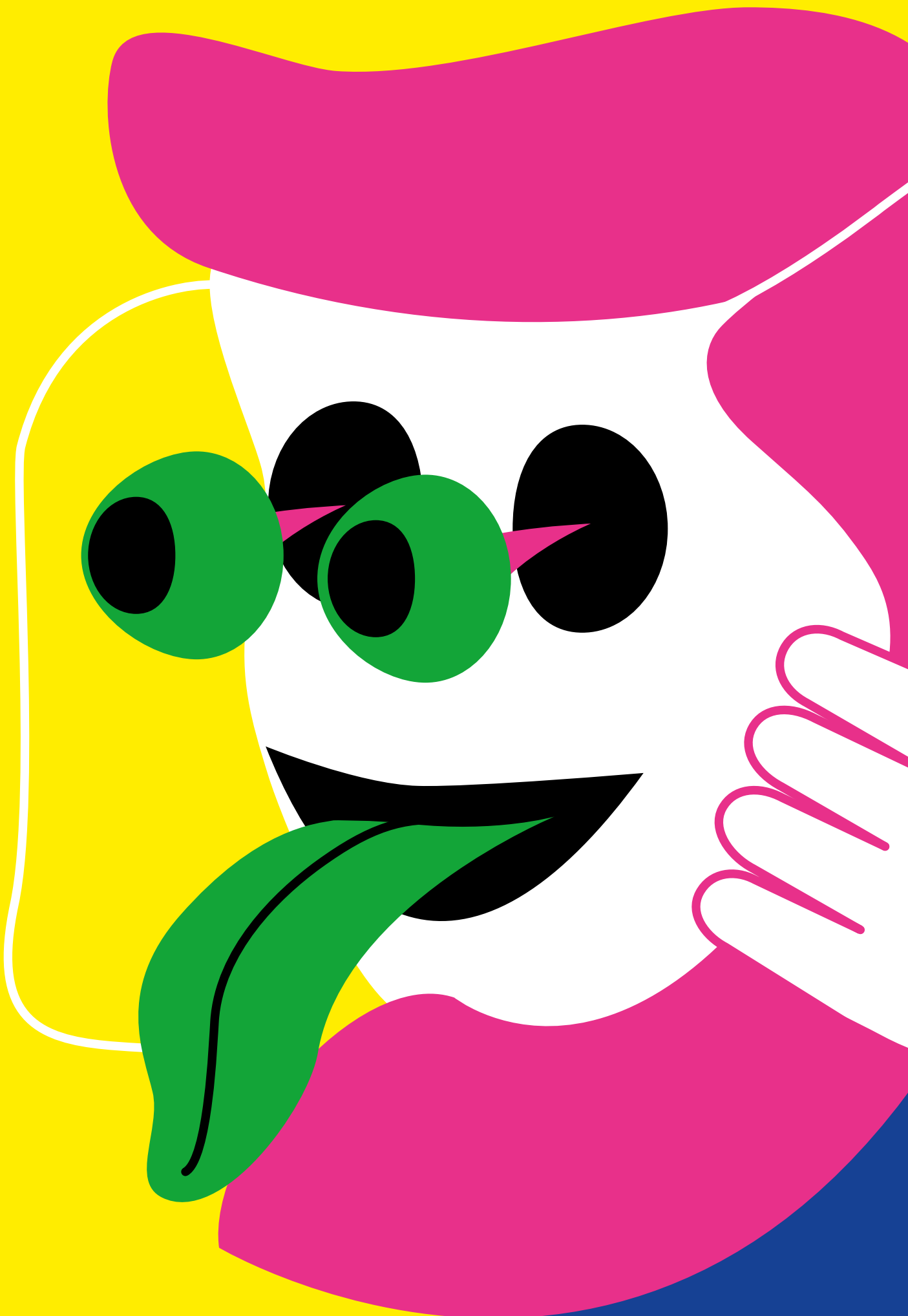
CONTA A LENDA QUE TERÁ CORTADO
A MÃO À SUA MULHER PARA PODER
PASSEAR COM ELA.



António Preto, advogado de profissão e ex-deputado do PSD, foi acusado de receber mais de 150 mil euros para pagar despesas da campanha e quotas em atraso de militantes do seu partido, por parte de dois empresários da construção civil. Em contrapartida recebeu votos e conseguiu ser eleito presidente da distrital de Lisboa. O esquema foi descoberto através de escutas feitas pela Polícia Judiciária, onde António Preto confessava nunca ter visto tanto dinheiro na sua vida. Também acusado de falsificar a assinatura da sua mulher na declaração de IRS, quando chamado pela Judiciária para fazer uma perícia à sua caligrafia, aparece com o braço engessado devido a uma inflamação de uma veia, impossibilitando-o de realizar a perícia. O médico que lhe indicou o tratamento era seu cunhado e foi censurado pela Ordem dos Médicos por má prática.









- 2002 — Data em que supostamente António Preto cometeu os crimes que foi acusado posteriormente;
- 2005 **Novembro** — Ministério Público formula a acusação, deixando de parte as suspeitas de corrupção e tráfico de influências e mantendo as acusações de fraude fiscal e falsificação de documentos;
- 2009 **Outubro** — António Preto pede suspensão do mandato de deputado do PSD no dia de tomada de posse. O pedido foi aprovado por unanimidade pela Assembleia da República na primeira sessão da XI Legislatura.
- 2016 **Novembro** — António Preto é absolvido no Tribunal Criminal do Campus de Justiça por não haver provas suficientes que sustentassem a acusação. Os dois empresários envolvidos, Virgílio Sobral de Sousa e Jorge Silvério, foram condenados por fraude fiscal a 3 anos de pena de prisão suspensa.

p. 48/49

“EMPRESTIMO DE BRAÇO”

Conhecido não só pela mala, António Preto terá falsificado a assinatura da mulher numa declaração de IRS.

p. 50/51

“ESCUTAS.FM”

Sob escuta, António Preto não escondia o extremo entusiasmo pelas grandes quantias de dinheiro que recebia naquelas malas.

APITO DOURADO

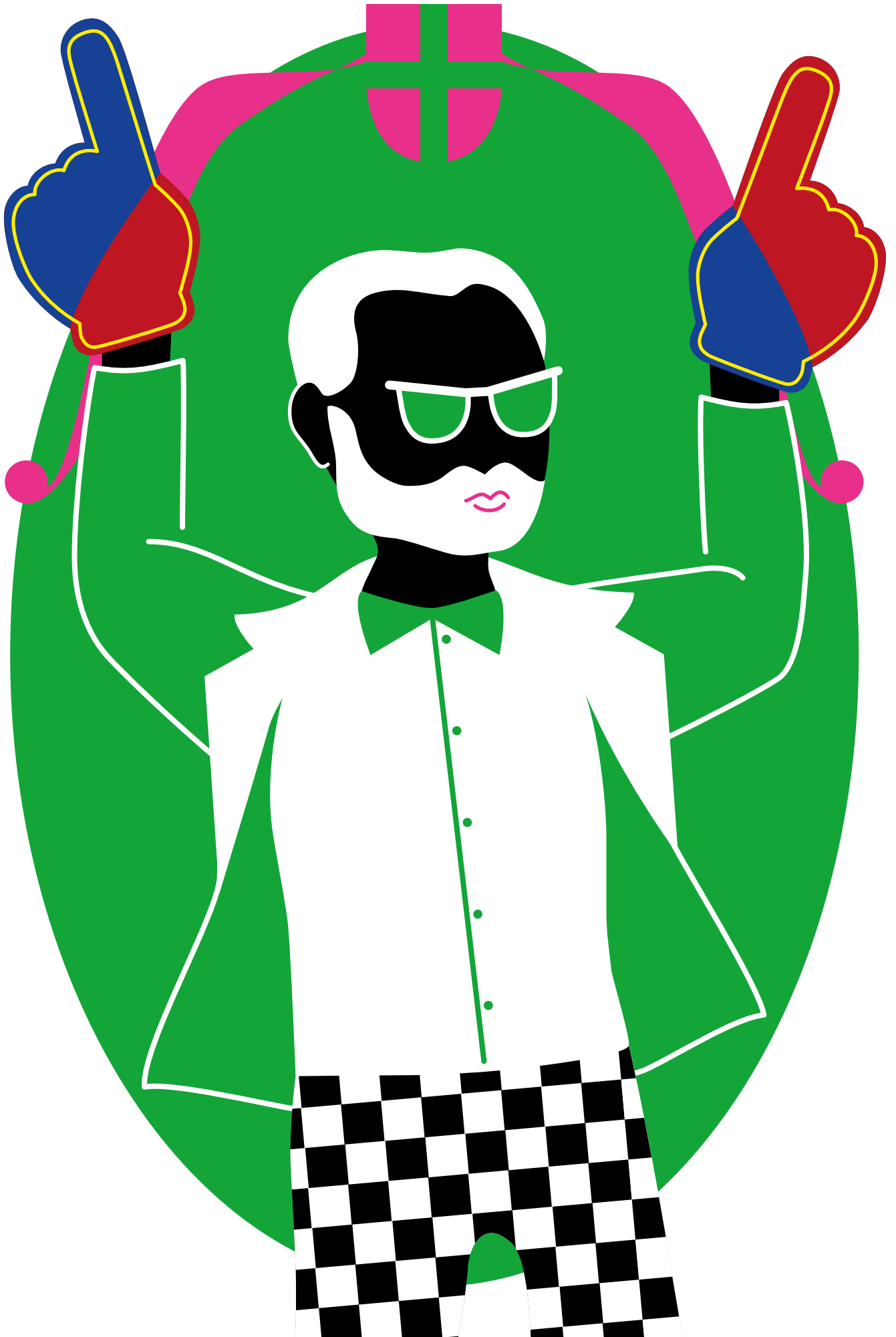
CORRUPÇÃO ACTIVA;
CORRUPÇÃO PASSIVA
PARA ACTO ILÍTICO;
PECULATO. *

2004 - 2010

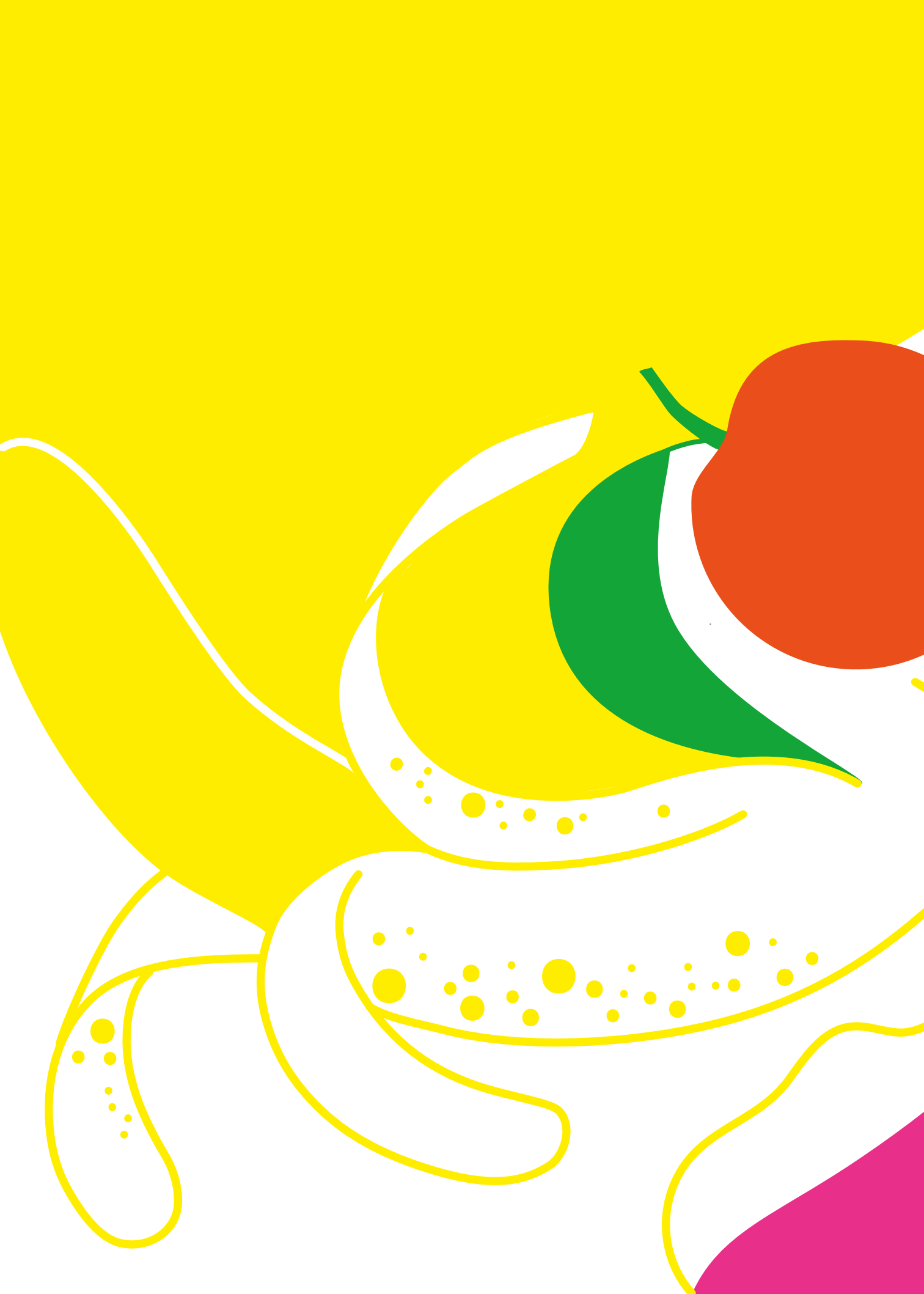
SENTENÇA
FINAL —
CONDENAÇÃO, ARQUIVAMENTO
& ABSOLVIÇÃO

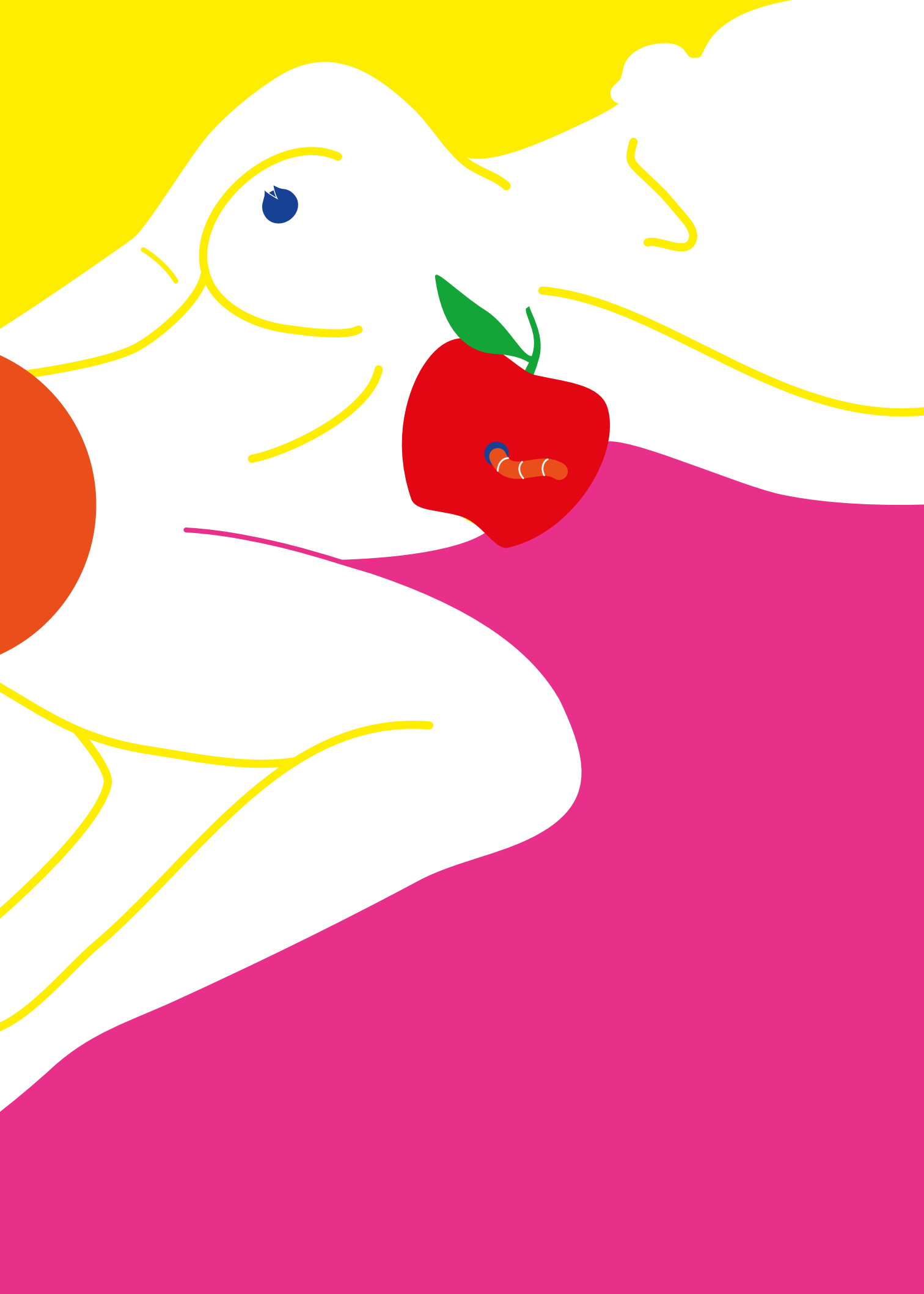
CAPITÃO
MAJOR
VALENTIM
LOUREIRO

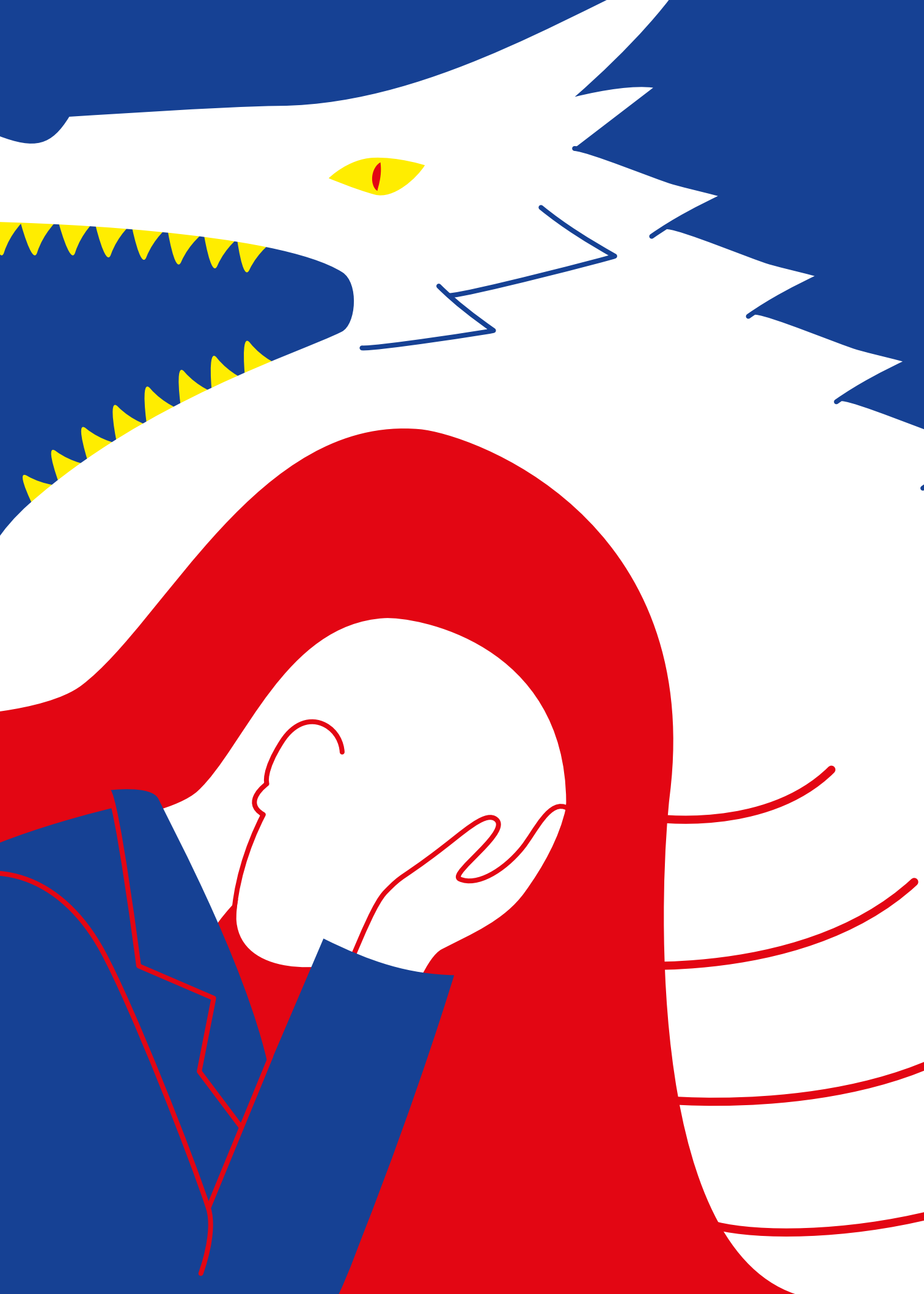
LEMBRADO COMO AFICIONADO
PELA SUA NAÇÃO, PELA SUA CIDADE,
E PELO SEU CLUBE. NÃO OLHAVA
A MEIOS PELAS SUAS PAIXÕES.

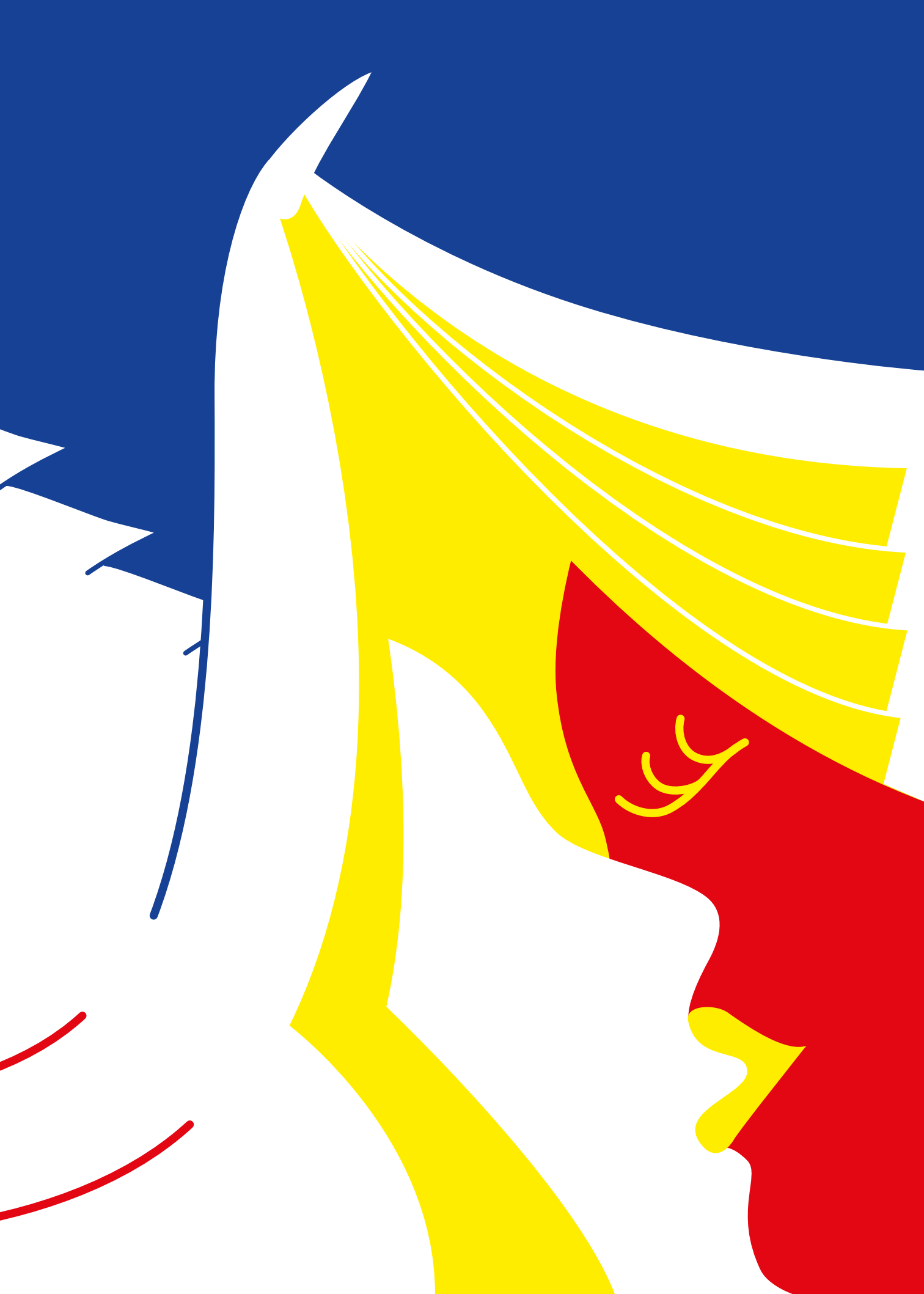


O maior caso de corrupção no futebol português até à data, envolveu 180 acusações, 24 arguidos e produziu 81 certidões pelo Tribunal. Os intervenientes deste grande processo incluíam 27 dirigentes de clubes, 110 árbitros, 28 dirigentes da Liga e da Federação Portuguesa, e ainda autarcas e empresários, destacando pela sua notoriedade, Pinto da Costa (Presidente do Futebol Clube do Porto), Valentim Loureiro (Presidente da Liga de Futebol) na altura, e João Loureiro (Presidente do Boavista Futebol Clube). Este caso de corrupção não só envolveu tráfico de influências, por parte dos dirigentes, para que os árbitros favorecessem a sua equipa, como também envolveu a manipulação da classificação dos árbitros, de modo a beneficiar os intervenientes deste esquema. As escutas feitas pela Polícia Judiciária, que mais tarde foram consideradas inconstitucionais, ainda hoje circulam na internet.









- **2004** **Abril** — Abertura do Processo “Apito Dourado” por alegados crimes de corrupção e tráfico de influências no futebol profissional e na arbitragem.
Dezembro — São tomadas medidas de coação e detidos árbitros envolvidos no “caso das frutas”, no qual Pinto da Costa também é interveniente; Pinto da Costa é interrogado e sai em liberdade.
- **2005** **Abril** — A fase de inquérito do processo “Apito Dourado” é concluída.
- **2006** **Janeiro** — O Ministério Público acusa 27 arguidos relativos ao processo de Gondomar, entre dirigentes e árbitros. **Novembro** — O Tribunal de Gondomar autoriza a abertura de instrução do processo de Gondomar solicitada pelos arguidos.
Dezembro — Carolina Salgado, ex-companheira de Pinto da Costa, lança um livro autobiográfico intitulado “Eu, Carolina”, onde denuncia casos de corrupção desportiva, evasão fiscal, violação do segredo de justiça, agressões, perjúrio e fuga à justiça; O procurador-geral da República, nomeia Maria José Morgado, directora do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP), como coordenadora do processo “Apito Dourado” com poderes de reabertura de casos arquivados relativos ao processo.

- 2007 **Janeiro** — Termina a fase de instrução do processo de Gondomar; Maria José Morgado reabre processo relativo ao “caso das frutas” após analisar o livro de Carolina Salgado. **Março** — O Juiz leva a julgamento 24 dos 27 arguidos do processo de Gondomar. **Junho** — O Juiz nomeado para o julgamento do processo de Gondomar pede escusa por ter ligações à Liga Portuguesa Profissional de Futebol Profissional; Maria José Morgado volta a acusar Pinto da Costa, agora relativamente ao “caso envelope”.
- 2008 **Fevereiro** — Realiza-se o julgamento referente ao processo de Gondomar. **Julho** — O Tribunal de Gondomar condena 14 dos arguidos do processo de Gondomar, incluindo Valentim Loureiro, José Luís Oliveira e José Pinto de Sousa.
- 2009 **Fevereiro** — O Tribunal da Relação do Porto arquiva o processo relativo ao “caso das frutas”. **Dezembro** — O Tribunal da Relação do Porto absolve Pinto da Costa no “caso do envelope” relativo a uma acusação de corrupção desportiva activa;
- 2010 **Fevereiro** — Inicia-se o julgamento referente à viciação da classificação de árbitros de futebol e observadores; Os 16 arguidos deste caso foram todos absolvidos.

p. 60/61

“UM CABAZ DE FRUTAS”

Para garantir a vitória do seu clube, os dirigentes de certos clubes de futebol ofereciam “frutas” aos árbitros desse jogo.

p. 62/63

“TU, PINTO DA COSTA”

Após o lançamento do livro “Eu, Carolina”, escrito pela ex-companheira de Pinto da Costa, o mesmo volta a ser acusado.

FREEPORT

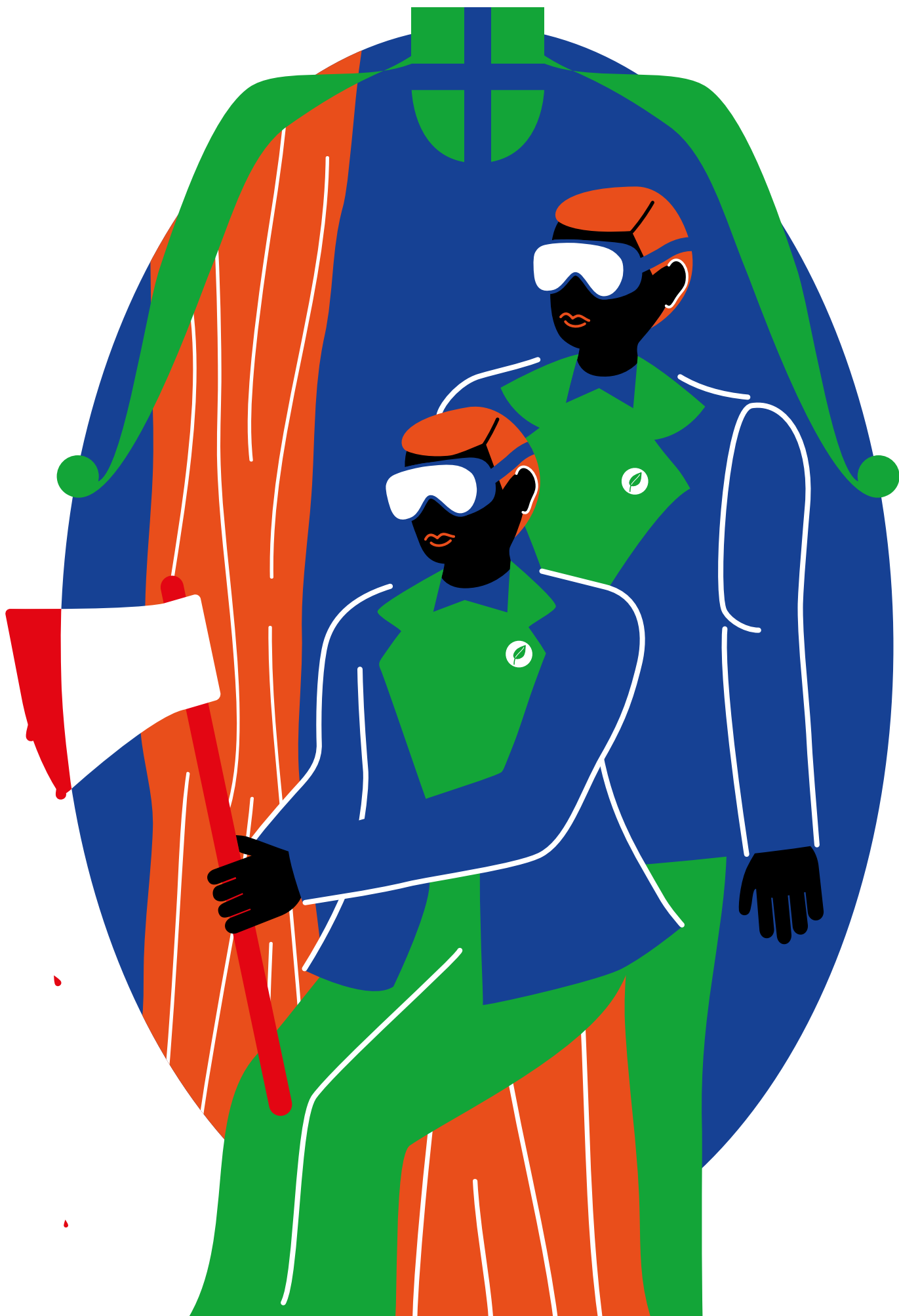
CORRUPÇÃO ACTIVA;
CORRUPÇÃO PASSIVA
PARA ACTO ILÍTICO;
PECULATO. *

2004 - 2012

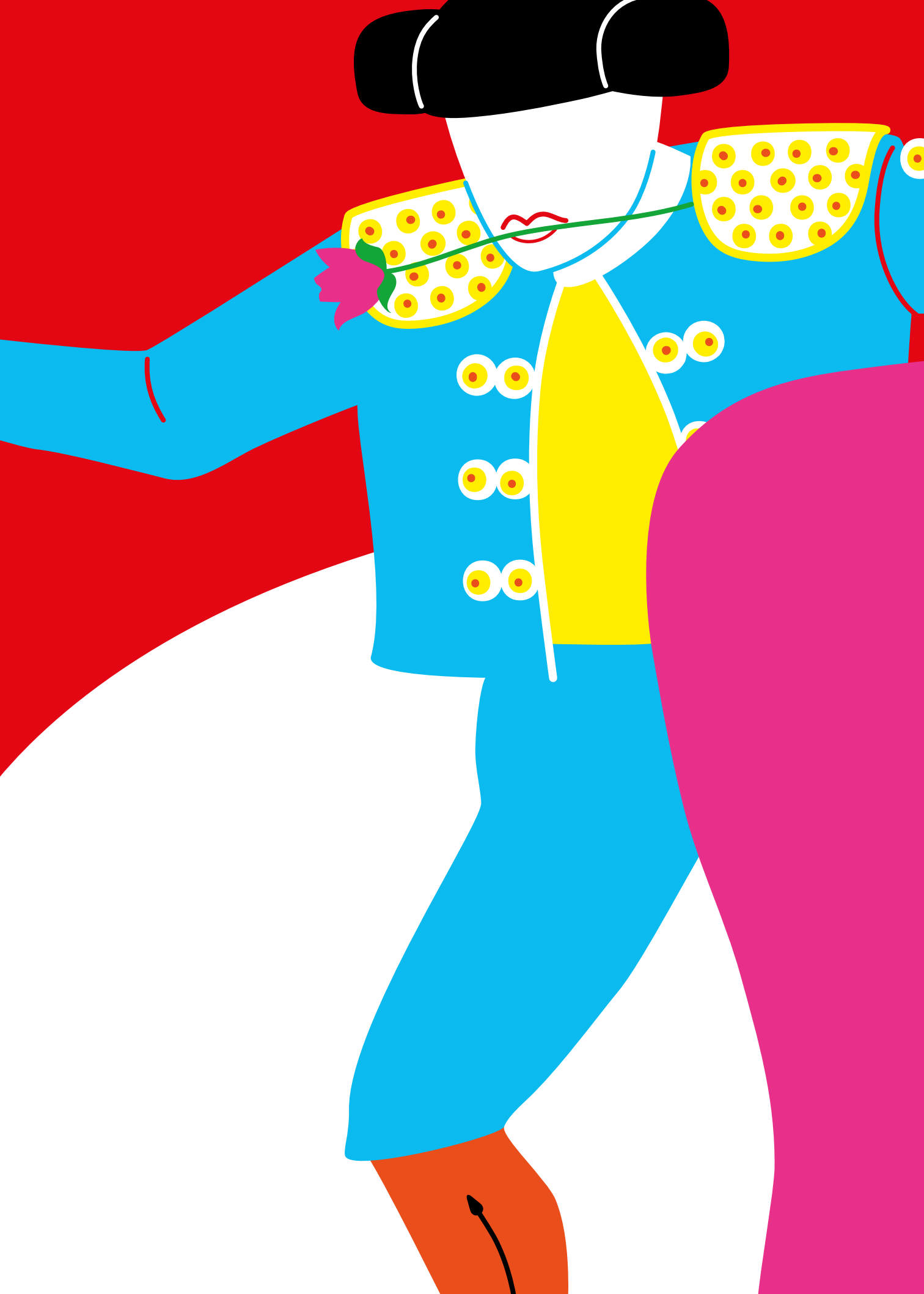
SENTENÇA
FINAL —
ABSOLVIÇÃO

CONDES
SMITH
& PEDRO

RESPONSÁVEIS PELA CONSTRUÇÃO
DO MAIOR PARQUE ECOLÓGICO
DO PAÍS NAQUELA ÉPOCA.

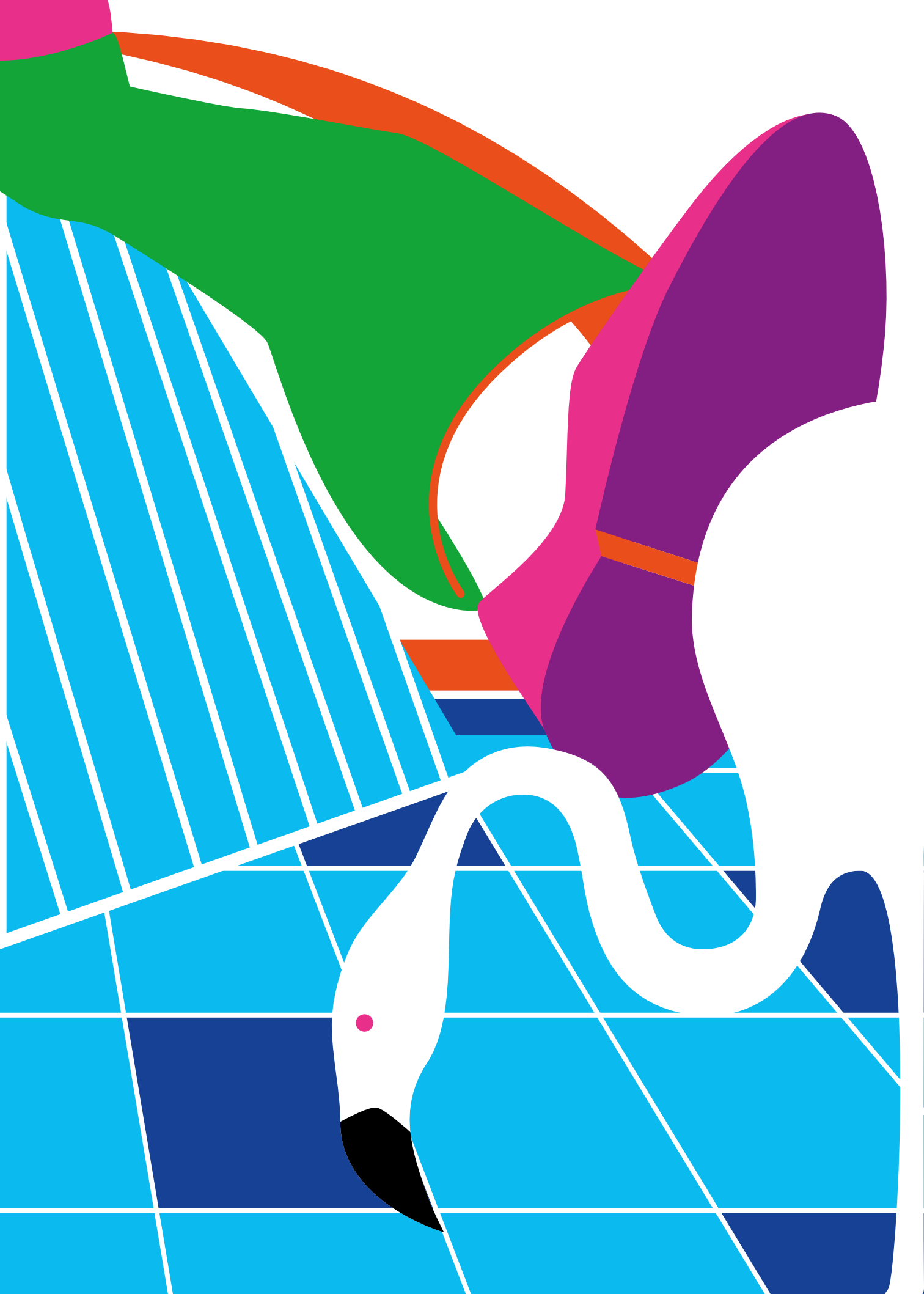


O caso *Freeport* surge na alteração dos limites da área da Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo para aves selvagens em simultâneo com a aprovação do estudo de impacto ambiental relativo à construção do *outlet*, três dias antes das legislativas de 2002. O terreno pertencia a investidores irlandeses da McKinney, e a consultora *Smith & Pedro* fez de intermediário na compra dos terrenos pelo grupo inglês *Freeport*. Consta que a empresa, *Smith & Pedro*, terá pago ao Ministério do Ambiente para assegurar o licenciamento do centro comercial *Freeport*, em Alcochete. José Sócrates, Ministro do Ambiente na altura, já tinha chumbado a construção do *Freeport* duas vezes, em 2000 e 2001.









- **2004 Outubro** — A Polícia Judiciária de Setúbal recebe uma denúncia anónima a relatar situações ilícitas, como corrupção, praticado por detentores de cargos públicos, políticos e particulares.
- **2005 Fevereiro** — Inicia-se a fase de inquérito a cargo da Polícia Judiciária de Setúbal; O caso torna-se mediático, três dias antes das eleições legislativas, por ser divulgado um documento incluindo José Sócrates nas investigações, que até a data estava na oposição do governo.
- **2008 Outubro** — O processo transita para o Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP).
- **2010 Julho** — Termina a fase de inquérito e o Ministério Público formula a acusação; Apenas dois dos sete arguidos constituídos na investigação, Charles Smith e Manuel Pedro, foram acusados de tentativa de extorsão, deixando de parte as suspeitas de corrupção, tráfico de influência, branqueamento de capitais e financiamento ilegal de partidos políticos.
- **2012 Março** — Dá-se início ao julgamento do caso *Freeport* no Tribunal do Barreiro. **Julho** — O Tribunal decreta a absolvição dos dois arguidos do crime de tentativa de extorsão, após o pedido do Ministério Público, por não ter conseguido provar em julgamento a prática desses crimes.

p. 74/75**“OS TOUREIROS DE ALCOCHETE”**

Alcochete, conhecido pela Tauromaquia, toureia as aves selvagens para construir o grande empreendimento.

p. 76/77**“INVASÃO BIOLÓGICA”**

Invasão de uma espécie numa certa região que nunca tinha sido encontrada antes, tornando-se numa ameaça para a espécie nativa.

GLOSSÁRIO DE CRIMES

Este Glossário de Crimes inclui os crimes descritos ao longo desta publicação, bem como outros que não foram mencionados, formando o espectro de crimes relacionados com o acto da corrupção que constituem o Código Penal Português.

art. 335º —

TRÁFICO DE INFLUÊNCIA

Prática intencional de solicitar ou aceitar uma vantagem indevida, patrimonial ou não, e mesmo apenas promessa, para abusar da sua influência junto de uma entidade pública, em benefício próprio ou para terceiros.

art. 372º —

CORRUPÇÃO PASSIVA PARA ACTO ILÍCITO

Prática intencional de solicitar ou aceitar uma vantagem indevida, patrimonial ou não, e mesmo apenas promessa, para cometer uma acção ou omissão contrária aos deveres do cargo.

art. 373º —

CORRUPÇÃO PASSIVA PARA ACTO LÍCITO

Prática intencional de solicitar ou aceitar uma vantagem indevida, patrimonial ou não, e mesmo apenas promessa, para praticar qualquer acto relativo aos deveres do cargo.

art. 374º —

CORRUPÇÃO ACTIVA

Prática intencional de oferecer ou prometer uma vantagem patrimonial ou não patrimonial, a fim que o funcionário, ou terceiro, pratique o que está indicado nos Artigos 372º e 373º.

art. 375º —

PECULATO

Prática de apropriação ilegítimo, para proveito próprio ou de outrem, de dinheiro ou outros bens móveis, públicos ou privados, que lhe tenham sido entregues e estejam em sua posse por razões relativas às funções do seu cargo.

art. 376^o —

PECULATO DE USO

Prática de fazer uso, ou permitir que outrem o faça, para fins contrários aos que se destinam, de bens móveis não apreciáveis, públicos ou privados, que lhe tenham sido entregues e estejam em sua posse por razões relativas às suas funções.

art. 377^o —

PARTICIPAÇÃO ECONÓMICA EM NEGÓCIO

Prática de lesar, com intenção de obter algo ilícito para si ou outrem, os interesses patrimoniais de um negócio em que a sua função seria administrar, fiscalizar e defender o mesmo.

art. 379^o —

CONCUSSÃO

Prática intencional de receber, para si ou para outrem, uma vantagem indevida ou superior à devida, mediante indução em erro e aproveitamento da vítima, no exercício das funções do cargo.

art. 382^o —

ABUSO DE PODER

Prática de abuso de poderes ou violação deveres, inerentes às funções do seu cargo, com intenção de obter um benefício ilegítimo, para si ou outrem, ou causar prejuízo a outra pessoa.

FONTES DE INFORMAÇÃO

Para a elaboração das ilustrações apresentadas, e respectivas cronologias de eventos, recorreu-se a várias fontes de informação, na maioria websites de jornais portugueses que acompanharam todos estes casos passo a passo.

pág. 13/25

CASO SUBMARINOS

Este capítulo foi baseado: “Caso dos submarinos: uma polémica na maioria”, publicado a 22 de Dezembro de 2014, via website da Revista Visão; e “Não há volta a dar. Processo dos Submarinos definitivamente arquivado”, publicado a 9 de Novembro de 2015, via website da Revista Visão.

pág. 27/37

CASO SACO AZUL

Este capítulo foi baseado em: “Fátima Felgueiras será julgada em Portugal”, publicado a 16 de Maio de 2003, via website do Jornal Público; “Fátima Felgueiras acusada por 28 crimes”, publicado a 30 de Abril de 2004, via website do Jornal Público; “Fátima Felgueiras reconhece existência de ‘saco azul’”, publicado a 6 de Julho de 2005, via website do Jornal Público; “Tribunal anuncia dia 17 se caso ‘saco azul’ de Felgueiras vai a julgamento”, publicado 8 de Março de 2006, via website do canal RTP Notícias; “Processo ‘saco azul’ de Fátima Felgueiras”, publicado a 11 de Setembro de 2008, via website da Revista Visão; “Fátima Felgueiras condenada a 3 anos e 3 meses de prisão com pena suspensa”, publicado a 7 de Novembro de 2008, via website do Jornal Público; e “Relação absolve Fátima Felgueiras”, publicado 31 de Maio de 2012, via website do canal RTP Notícias.

pág. 39/49

CASO HOMEM DA MALA

Este capítulo foi baseado em: “António Preto, o homem da mala”, publicado a 12 de Agosto de 2009, via website do Jornal Expresso; “António Preto, o ‘homem da mala’”, publicado a 27 de Outubro de 2009, via website Sapo Notícias; “Deputado António Preto já pediu suspensão de mandato”, publicado a 15 de Outubro de 2009, via website do Jornal Público; “António Preto, o ‘homem da mala’, foi ilibado década e meia depois”, publicado a 8 de Novembro de 2016, via website do Jornal Público; e “António Preto absolvido 14 anos depois: ‘Para mim isto termina aqui’”, publicado a 9 de Novembro de 2016, via website do Jornal Observador.

pág. 51/61

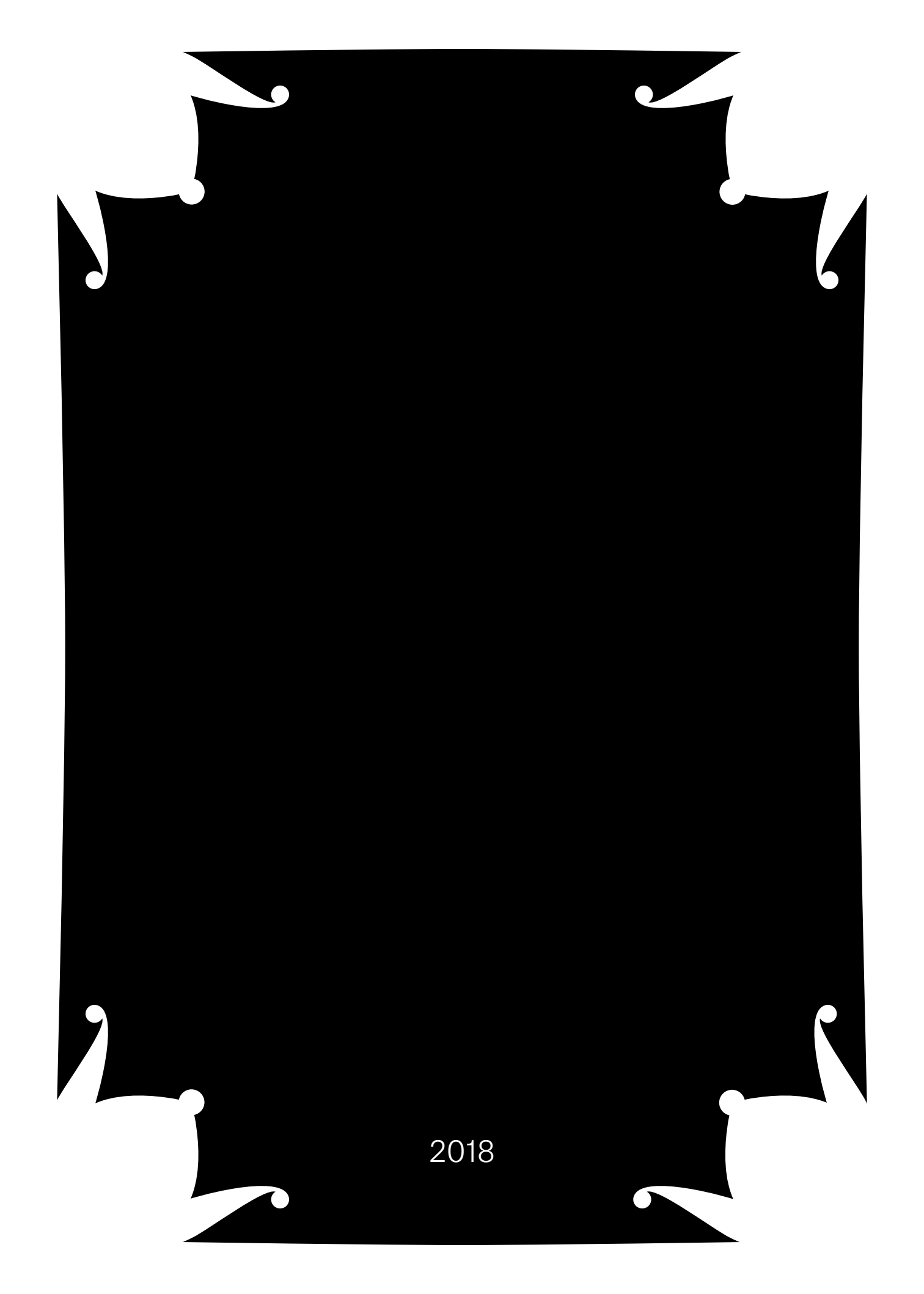
CASO APITO DOURADO

Este capítulo foi baseado em: “Processo de corrupção no futebol está concluído”, publicado a 1 de Fevereiro de 2006, via website do Jornal Diário de Notícias; “Os nomes envolvidos do ‘Apito Dourado’”, publicado a 22 de Dezembro de 2006, via website do Jornal Expresso; “Maria José Morgado volta a acusar Pinto da Costa”, publicado a 21 de Junho de 2007, via website do Jornal Expresso; “Apito Dourado leva a tribunal 180 acusações de corrupção”, publicado a 11 de Fevereiro de 2008, via website do Jornal Público; “Catorze dos 24 arguidos foram punidos”, publicado a 18 de Julho de 2008, via website do Jornal Expresso; “Apito Dourado: Relação confirma arquivamento do ‘caso da fruta’”, publicado a 12 de Fevereiro de 2009, via website do Jornal Expresso; “Apito Dourado/ Caso do Envelope: cronologia”, publicado a 2 de Março de 2009, via website do Jornal Diário de Notícias; “Relação confirma absolvição de Pinto da Costa no ‘caso do envelope’”, publicado a 11 de Dezembro de 2009, via website do Jornal Público; “‘Apito Dourado’: Tribunal absolve todos os arguidos”, publicado a 2 de Junho de 2010, via website do Jornal Diário de Notícias; “Ministério Público recorre da absolvição dos 16 arguidos no processo Apito Dourado”, publicado a 8 de Junho de 2010, via website do Jornal Público; e “Apito Dourado: Cronologia de um processo que abalou o futebol português”, publicado a 16 de Junho de 2017, via website Sapo Notícias.

pág. 63/73

CASO FREEPORT

Este capítulo foi baseado em: “Ingleses suspeitam de corrupção de ex-ministro de Guterres no caso Freeport”, publicado a 10 de Janeiro de 2009, via website do Jornal Público; “Dez pontos sobre o caso Freeport”, publicado a 26 de Janeiro de 2009, via website do Jornal Expresso; “Começa hoje julgamento do caso Freeport”, publicado a 2 de Março de 2012, via website do Jornal Diário de Notícias; e numa nota para a comunicação social, publicada a 27 de Julho de 2010, pela Procuradoria-Geral da República.



2018

ANEXO B

O seguinte anexo compreende os artigos consultados referentes à Constituição da República Portuguesa, aprovada a 2 de Abril de 1976, que alicerçaram a fundamentação das ideias expostas no Capítulo II, subcapítulo “Corrupção pelas Leis”, página 31. O texto transcrito a baixo é um cópia fragmentada dos artigos consultados no website do Parlamento português..

Artigo 2.º (Estado de Direito Democrático)

A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.

Art. 9.º (Tarefas fundamentais do Estado)

São tarefas fundamentais do Estado: [...] b) Garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático [...].

Artigo 20.º (Acesso do Direito e Tutela Juridicional)

[...] n.º 3 – A lei define e assegura a adequada protecção do segredo de justiça; n.º 4 – Todos têm direito a que uma causa em que intervenham seja objecto de decisão em prazo razoável e mediante processo equitativo; n.º 5 – Para defesa dos direitos, liberdades e garantias pessoais, a lei assegura aos cidadãos procedimentos judiciais caracterizados pela celeridade e prioridade, de modo a obter tutela efectiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses direitos.

Artigo 32.º (Garantias de Processo Criminal)

n.º 1 – O processo criminal assegura todas as garantias de defesa, incluindo o recurso; n.º 2 – Todo o arguido se presume inocente até ao trânsito em julgado da sentença de condenação, devendo ser julgado no mais curto prazo compatível com as garantias de defesa; n.º 3 – O arguido tem direito a escolher defensor e a ser por ele assistido em todos os actos do processo, especificando a lei os casos e as fases em que a assistência por advogado é obrigatória; n.º 4 – Toda a instrução é da competência de um juiz, o qual pode, nos termos da lei, delegar noutras entidades a prática dos actos instrutórios que se não prendam directamente com os direitos fundamentais; n.º 5 – O processo criminal tem estrutura acusatória, estando a audiência de julgamento e os actos instrutórios que a lei determinar subordinados ao princípio do contraditório; n.º 6 – A lei

define os casos em que, assegurados os direitos de defesa, pode ser dispensada a presença do arguido ou acusado em actos processuais, incluindo a audiência de julgamento; n.º 7 – O ofendido tem o direito de intervir no processo, nos termos da lei; n.º 8 – São nulas todas as provas obtidas mediante tortura, coacção, ofensa da integridade física ou moral da pessoa, abusiva intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações; n.º 9 – Nenhuma causa pode ser subtraída ao tribunal cuja competência esteja fixada em lei anterior; n.º 10 – Nos processos de contra-ordenação, bem como em quaisquer processos sancionatórios, são assegurados ao arguido os direitos de audiência e defesa.

Artigo 34.º (Inviolabilidade do Domicílio e da Correspondência)

n.º 1 – O domicílio e o sigilo da correspondência e dos outros meios de comunicação privada são invioláveis; n.º 2 – A entrada no domicílio dos cidadãos contra a sua vontade só pode ser ordenada pela autoridade judicial competente, nos casos e segundo as formas previstos na lei; n.º 3 – Ninguém pode entrar durante a noite no domicílio de qualquer pessoa sem o seu consentimento, salvo em situação de flagrante delito ou mediante autorização judicial em casos de criminalidade especialmente violenta ou altamente organizada, incluindo o terrorismo e o tráfico de pessoas, de armas e de estupefacientes, nos termos previstos na lei; n.º 4 – É proibida toda a ingerência das autoridades públicas na correspondência, nas telecomunicações e nos demais meios de comunicação, salvos os casos previstos na lei em matéria de processo criminal.

Artigo 161.º (Competência Política e Legislativa)

Compete à Assembleia da República: [...] c) Fazer leis sobre todas as matérias, salvo as reservadas pela Constituição ao Governo; [...].

Artigo 165.º (Reserva Relativa de Competência Legislativa)

n.º 1 – É da exclusiva competência da Assembleia da República legislar sobre as seguintes matérias, salvo autorização ao Governo: [...] c) Definição dos crimes, penas, medidas de segurança e respectivos pressupostos, bem como processo criminal; [...] p) Organização e competência dos tribunais e do Ministério Público e estatuto dos respectivos magistrados, bem como das entidades não jurisdicionais de composição de conflitos; [...] .

ANEXO C

O seguinte anexo compreende os artigos consultados referentes ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei nº 78/87, que alicerçaram a fundamentação das ideias expostas no Capítulo II, subcapítulo “Corrupção pelas Leis”, página 31. O texto transcrito a baixo é um cópia fragmentada dos artigos consultados no website da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa.

Artigo 241.º (Aquisição da notícia do crime)

O Ministério Público adquire notícia do crime por conhecimento próprio, por intermédio dos órgãos de polícia criminal ou mediante denúncia, nos termos dos artigos seguintes.

Artigo 246.º (Forma e conteúdo da denúncia)

n.º 1 – A denúncia pode ser feita verbalmente ou por escrito e não está sujeita a formalidades especiais; n.º 2 – A denúncia verbal é reduzida a escrito e assinada pela entidade que a receber e pelo denunciante, devidamente identificado [...]; n.º 3 – A denúncia contém, na medida do possível, a indicação do maior número de elementos circunstanciais do crime [...].

Artigo 249.º (Providências cautelares quanto aos meios de prova)

n.º 1 – Compete aos órgãos de polícia criminal, mesmo antes de receberem ordem da autoridade judiciária competente para procederem a investigações, praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova; n.º 2 – Compete-lhes, nomeadamente, nos termos do número anterior: a) Proceder a exames dos vestígios do crime [...], assegurando a manutenção do estado das coisas e dos lugares; b) Colher informações das pessoas que facilitem a descoberta dos agentes do crime e a sua reconstituição; c) Proceder a apreensões no decurso de revistas ou buscas ou em caso de urgência ou perigo na demora, bem como adoptar as medidas cautelares necessárias à conservação ou manutenção dos objectos apreendidos; n.º 3 – Mesmo após a intervenção da autoridade judiciária, cabe aos órgãos de polícia criminal assegurar novos meios de prova de que tiverem conhecimento, sem prejuízo de deverem dar deles notícia imediata àquela autoridade.

Artigo 262.º (Finalidade e âmbito do inquérito)

n.º 1 – O inquérito compreende o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação;

n.º 2 – Ressalvadas as excepções previstas neste Código, a notícia de um crime dá sempre lugar à abertura de inquérito.

Artigo 263.º (Direcção do inquérito)

n.º 1 – A direcção do inquérito cabe ao Ministério Público, assistido pelos órgãos de polícia criminal; - n.º 2 – Para efeito do disposto no número anterior, os órgãos de polícia criminal actuam sob a directa orientação do Ministério Público e na sua dependência funcional.

Artigo 283.º (Acusação pelo Ministério Público)

n.º 1 - Se durante o inquérito tiverem sido recolhidos indícios suficientes de se ter verificado crime e de quem foi o seu agente, o Ministério Público, no prazo de 10 dias, deduz acusação contra aquele. n.º 2 - Consideram-se suficientes os indícios sempre que deles resultar uma possibilidade razoável de ao arguido vir a ser aplicada, por força deles, em julgamento, uma pena ou uma medida de segurança; [...].

Artigo 340.º (Princípios gerais)

n.º 1 - O tribunal ordena, oficiosamente ou a requerimento, a produção de todos os meios de prova cujo conhecimento se lhe afigure necessário à descoberta da verdade e à boa decisão da causa. n.º 2 - Se o tribunal considerar necessária a produção de meios de prova não constantes da acusação, da pronúncia ou da contestação, dá disso conhecimento, com a antecedência possível, aos sujeitos processuais e fá-lo constar da acta; [...].

Artigo 375.º (Sentença condenatória)

n.º 1 - A sentença condenatória especifica os fundamentos que presidiram à escolha e à medida da sanção aplicada, indicando, nomeadamente, se for caso disso, o início e o regime do seu cumprimento, outros deveres que ao condenado sejam impostos e a sua duração, bem como o plano individual de readaptação social; [...].

Artigo 376.º (Sentença absolutória)

n.º 1 - A sentença absolutória declara a extinção de qualquer medida de coacção e ordena a imediata libertação do arguido preso preventivamente, salvo se ele dever continuar preso por outro motivo ou sofrer medida de segurança de internamento; [...].

ANEXO D

O seguinte anexo compreende os artigos consultados referentes ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-lei n.º 400/82, que alicerçaram a fundamentação das ideias expostas no Capítulo II, subcapítulo “Corrupção pelas Leis”, página 32. O texto transcrito a baixo é um cópia fragmentada dos artigos consultados no website da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa.

Artigo 335.º (Tráfico de influência)

n.º 1 - Quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para abusar da sua influência, real ou suposta, junto de qualquer entidade pública, é punido; [...].

Artigo 372.º (Recebimento indevido de vantagem)

n.º 1 - O funcionário que, no exercício das suas funções ou por causa delas, por si, ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que não lhe seja devida, [...]; n.º 2 - Quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, der ou prometer a funcionário, ou a terceiro por indicação ou conhecimento daquele, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que não lhe seja devida, [...].

Artigo 373.º (Corrupção passiva)

n.º 1 - O funcionário que por si, ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para a prática de um qualquer acto ou omissão contrários aos deveres do cargo, ainda que anteriores àquela solicitação ou aceitação, [...] ; n.º 2 - Se o acto ou omissão não forem contrários aos deveres do cargo e a vantagem não lhe for devida, [...].

Artigo 374.º (Corrupção activa)

n.º 1 - Quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, der ou prometer a funcionário, ou a terceiro por indicação ou com conhecimento daquele, vantagem patrimonial ou não patrimonial com o fim indicado no n.º 1 do artigo 373.º, [...].

Artigo 375.º (Peculato)

n.º 1 - O funcionário que ilegítimamente se apropriar, em proveito próprio ou de outra pessoa, de dinheiro ou qualquer coisa móvel ou imóvel ou animal, públicos ou particulares, que lhe tenha sido entregue, esteja na sua posse ou lhe seja acessível em razão das suas funções [...];

Artigo 376.º (Peculato de uso)

n.º 1 - O funcionário que fizer uso ou permitir que outra pessoa faça uso, para fins alheios àqueles a que se destinem, de coisa imóvel, de veículos, de outras coisas móveis ou de animais de valor apreciável, públicos ou particulares, que lhe forem entregues, estiverem na sua posse ou lhe forem acessíveis em razão das suas funções, [...].

Artigo 377.º (Participação económica em negócio)

n.º 1 - O funcionário que, com intenção de obter, para si ou para terceiro, participação económica ilícita, lesar em negócio jurídico os interesses patrimoniais que, no todo ou em parte, lhe cumpre, em razão da sua função, administrar, fiscalizar, defender ou realizar, [...]; n.º 2 - O funcionário que, por qualquer forma, receber, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial por efeito de acto jurídico-civil relativo a interesses de que tinha, por força das suas funções, no momento do acto, total ou parcialmente, a disposição, administração ou fiscalização, ainda que sem os lesar, [...].

Artigo 379.º (Concussão)

n.º 1 - O funcionário que, no exercício das suas funções ou de poderes de facto delas decorrentes, por si ou por interposta pessoa com o seu consentimento ou ratificação, receber, para si, para o Estado ou para terceiro, mediante indução em erro ou aproveitamento de erro da vítima, vantagem patrimonial que lhe não seja devida, ou seja superior à devida, nomeadamente contribuição, taxa, emolumento, multa ou coima, [...].

Artigo 382.º (Abuso de poder)

O funcionário que, fora dos casos previstos nos artigos anteriores, abusar de poderes ou violar deveres inerentes às suas funções, com intenção de obter, para si ou para terceiro, benefício ilegítimo ou causar prejuízo a outra pessoa,